



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

GABRIEL DA SILVA CUNHA

**AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS
PAULISTAS:
ANÁLISE DE PROCESSOS DE RESISTÊNCIA (2015-2018)**

GABRIEL DA SILVA CUNHA

**AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS
PAULISTAS:
ANÁLISE DE PROCESSOS DE RESISTÊNCIA (2015-2018)**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa: Geografia e dinâmica socioespacial, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof. Dr^a Jeani Delgado Paschoal Moura

Londrina
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

C9724 CUNHA, GABRIEL DA SILVA .

AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS PAULISTAS :
ANÁLISE DÉ PROCESSOS DE RESISTÊNCIA (2015-2018) / GABRIEL DA
SILVA CUNHA. - Londrina, 2018.

143 f. : il.

Orientador: Jeani D. Paschoal Moura.

Dissertação (Mestrado Profissional em Geografia) - Universidade Estadual de
Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
2018.

Inclui bibliografia.

1. Ideologia - Tese. 2. Crise - Tese. 3. Neoliberalismo - Tese. 4. Auto
organização - Tese. I. Moura, Jeani D. Paschoal . II. Universidade Estadual de
Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título.

CDU 91

GABRIEL DA SILVA CUNHA

**AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS
PAULISTAS:
ANÁLISE DE PROCESSOS DE RESISTÊNCIA (2015-2018)**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina, na linha de pesquisa: Geografia e dinâmica socioespacial, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr^a Jeani D. Paschoal Moura
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr^a. Eloiza C. Torres
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof. Dr^a Erika Porceli Alaniz
Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE

Londrina, 05 de outubro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a todos os jovens e adultos que estiveram presentes durante esses 6 anos de trabalho docente na educação básica, com eles aprendi como nunca e são o real motivo de toda essa pesquisa. E principalmente aos atuais estudantes do ensino médio da Escola Maria do Carmo por compartilharem sua visão de mundo nessa pesquisa.

A minha orientadora “fessora Jeani” pela sua humildade, calma e paciência com meu jeito acelerado de pensar e muitas vezes rebelde, agradeço também por entender as dificuldades enfrentadas durante todo esse processo, com ela aprendi a sentir mais as possibilidades da realidade, serei eternamente grato.

Agradeço às Professoras Erika Alaniz e Eloiza Torres pelas contribuições, apontamentos e críticas durante a qualificação, graças a vocês este trabalho voltou-se mais a realidade material.

A todas as irmãs Da República Maria Joana – Letícia, Carlinha, Júlia, Will que nos momentos de refúgio em Londrina foram os que me deram a calma, as risadas e as dicas necessárias para continuar esse trabalho, tem muito de vocês aqui. Principalmente a Letícia pelos mapas produzidos e a contribuição com as tabelas.

Igualmente agradeço a todos irmãos e irmãs da minha eterna casa: A República Sua Tia, pela experiência de 8 anos que me ensinaram o que é trabalhar pelo coletivo e com o coletivo, me ensinaram o que é se importar com os outros e pelas longas madrugadas de debates, documentários e trocas de ideias, além de estarem presentes nas principais lutas sociais, as quais tive a melhor escola da vida.

A Paty e Gabriel por me acolherem no período de férias em sua casa, e me incentivarem com ideias a continuidade e finalização desse trabalho. Especialmente ao Gabriel pelas discussões sempre presentes e a evolução de meu pensamento.

A minha querida amiga Yume, sempre presente quando precisei de sugestões e de um apoio de alguém que já passou por esse processo. Te amo presidenta!

A Vanessa Destiani, a coordenadora Sara, ao Diretor Glaucio, a Professora Maria do Carmo Del Col e ao Professor João Néia pela possibilidade e contribuição

importantíssima na aplicação dos questionários na Escola Maria do Carmo e pelas informações dadas.

E, finalmente, aos meus pais, trabalhadores, que apesar de todas as dificuldades ao longo da vida contribuiram e fizeram o impossível para que aqui eu estivesse, é por eles também que meus esforços diários se materializam. Sem esquecer do meu irmão Guilherme e minha irmã Gabriela, que de uma forma ou de outra também me ajudaram.

A todos os companheiros e companheiras de luta
que na prática da luta de classes contribuem por
um mundo melhor.

CUNHA, Gabriel da Silva. **As ocupações estudantis nas escolas públicas paulistas:** Análise dos processos de resistência (2015-2018). 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2018.

RESUMO

O capitalismo passa por um processo de expansão que tem modificado a posição dos territórios no contexto da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), gerando uma crise que se espalha por todos os espaços da sociedade. Na educação paulista essa crise se inscreve na precarização dos ambientes escolares mediante cortes de gastos sob o discurso da melhoria da qualidade de ensino e na dinamização da gestão. Tais fatos geram aspectos de polarização ideológica que vão desembocar na prática das ocupações de escola em 2015, oriundas de experiências como a Revolução dos Pinguins, no Chile e das jornadas de 2013, em contrapartida ao aprofundamento da crise que se expressa na política neoliberal de reorganização escolar em São Paulo. O objetivo principal deste trabalho é demonstrar e analisar o alcance dos processos de resistência e também seus limites práticos e ideológicos. Para alcançar tal objetivo o caráter qualitativo e participativo no contexto metodológico é marcante, buscando na leitura de conceitos como Ideologia, Aparelhos Ideológicos de Estado e auto organização as lentes necessárias à interpretação do fenômeno de ocupações. A busca por dados junto ao Sindicato dos Professores, a Secretaria de Educação e o Portal da Transparência bem como a aplicação de questionários e entrevistas junto aos estudantes da Escola Estadual Professora Maria do Carmo Arruda da Silva foram essenciais para o desvendamento das possibilidades e limites do movimento. Como resultados entende-se que as ocupações representam o desenvolvimento de ideologias coletivas que espelham na auto organização horizontal e autônoma, impressa nas assembleias e comissões organizativas trazendo novas maneiras de luta e contestação da classe trabalhadora. Como limites entende-se que a não centralidade organizativa dispersa o movimento nos períodos de refluxo dando espaço para a Repressão do Estado de forma direta e jurídica contra professores e estudantes, e a continuada às políticas neoliberais e os projetos de reestruturação da escola, bem como o corte de gastos e o enxugamento na gestão. O movimento de ocupações, suas possibilidades e limites trazem uma rica experiência de análise para os próximos levantes da classe trabalhadora frente a expansão capitalista.

Palavras-chave: Ideologia. Crise. Neoliberalismo. Ocupações. Auto organização. Repressão.

CUNHA, Gabriel da Silva. **As student occupations in paulist public schools: Analysis of resistance processes (2015-2018).** 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2018.

ABSTRACT

Capitalism is undergoing an expansion process that has changed the position of the territories in the context of the International Labor Division (DIT), generating a crisis that spreads across all areas of society. In São Paulo education, this crisis is inscribed in the precariousness of school environments by cutting spending under the discourse of improving the quality of teaching and streamlining management. Such facts generate aspects of ideological polarization that will lead to the practice of school occupations in 2015, arising from experiences such as the Penguin Revolution in Chile and the 2013 days, in contrast to the deepening of the crisis that is expressed in the neoliberal reorganization policy school in São Paulo. The main objective of this work is to demonstrate and analyze the scope of the resistance processes and also their practical and ideological limits. To achieve this goal, the qualitative and participatory character in the methodological context is striking, seeking in the reading of concepts such as Ideology, State Ideological Apparatus and self-organization the necessary lenses for the interpretation of the phenomenon of occupations. The search for data from the Teachers' Union, the Department of Education and the Transparency Portal, as well as the application of questionnaires and interviews with students from the State School Professor Maria do Carmo Arruda da Silva were essential to unveil the possibilities and limits of the movement. As a result, it is understood that the occupations represent the development of collective ideologies that mirror the horizontal and autonomous self-organization, printed in the assemblies and organizational commissions, bringing new ways of struggle and contestation of the working class. As limits, it is understood that the non-organizational centrality disperses the movement in periods of reflux, giving space to the State's Repression in a direct and legal way against teachers and students, and the continuation of neoliberal policies and school restructuring projects, as well as cutting costs and reducing management. The occupation movement, its possibilities and limits bring a rich experience of analysis to the next upheavals of the working class in the face of capitalist expansion.

Keywords: Ideology. Crisis. Neoliberalism. Occupations. Self organization. Repression

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Representação do Estado Repressivo na imposição da ideologia dominante	23
Figura 2 – Representação da política de enxugamento do governo paulista.....	45
Figura 3 – Representação das esferas repressivas do Estado	58
Figura 4 – Protesto em 06/10/15 contra o Projeto da reorganização escolar.....	74.
Figura 5 – Ocupação da E.E. Fernão Dias.....	76
Figura 6 – Sarau na E.E. Fernão Dias	79
Figura 7 – Estudantes Pedro e Milani, importantes figuras para o movimento de ocupação	82
Figura 8 – Protesto em 24/11/2015 em frente a escola, Av. Domingos Carmelino Caló	86
Figura 9 – Momento em que os estudantes ocupam a escola	87
Figura 10 – Momento em que os estudantes ocupam a escola	87
Figura 11 – Ato em direção a Câmara de Ourinhos. Parcipação de estudantes das três escolas ocupadas	92
Figura 12 – Assembleias Corriqueiras na Escola Maria do Carmo	94
Figura 13 – Atuação da Comissão de Alimentação.....	95
Figura 14 – Atuação da Comissão de limpeza	96
Figura 15 – Cronograma de atividades da ocupação.....	100
Figura 16 – Oficina de bateria, doada por universitários da UNESP	101
Figura 17 – Oficina de produção de camisetas, também doada por universitários	102
Figura 18 – Debates entre estudantes e comunidade.....	103
Figura 19 – Revitalização e pintura de banheiros	105
Figura 20 – Pinturas concluídas, um novo ar ao ambiente	106
Figura 21 – Estudantes em protesto contra a reforma do ensino médio	115

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Estado de São Paulo - Proporção de escolas ocupadas pelo total de escolas	72
Mapa 2 – Bairros atendidos pela Escola Estadual Maria do Carmo Arruda da Silva.....	84
Mapa 3 – Escolas ocupadas em Ourinhos	91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Matrículas na universidades brasileiras/ 1945-1968	60
Gráfico 2 –	Participação de estudantes na ocupação	108
Gráfico 3 –	Forma de participação na ocupação	108
Gráfico 4 –	Posição político-ideológica dos estudantes	109
Gráfico 5 –	Confiança na escola em relação ao futuro	118
Gráfico 6 –	Principais temores dos estudantes	119
Gráfico 7 –	Confiança no Estado como propulsor de educação de qualidade	120
Gráfico 8 –	Meios de complementação de estudos dos jovens	120
Gráfico 9 –	Culpados pelo fracasso estudantil	121
Gráfico 10 –	Confiança nas políticas de Estado	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – São Paulo – Políticas educacionais no período 1995-2005	47
Quadro 2 – São Paulo - Políticas educacionais pós 2006	51
Quadro 3 – Atos autônomos e descentralizados.....	73
Quadro 4 – Atos centralizados por entidades e movimentos	75
Quadro 5 – Comissões da ocupação e suas funções	98
Quadro 6 – Tipo de escola ideal e justa na perspectiva dos estudantes	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE	Aparelho Ideológico de Estado.
APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP.
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental.
IBGE	Intituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais.
SARESP	O Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de SP.
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEE	Secretaria Estadual de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	IDEOLOGIA, ESCOLA E CRISE NA EDUCAÇÃO.....	23
2.1	IDEOLOGIA E ESCOLA COMO APARELHO IDEOLÓGICO DE ESTADO	27
2.2	O PODER ATRAVÉS DO ESTADO REPRESSOR E A INCLUSÃO IDEOLÓGICA NA ESCOLA.....	35
2.3	CRISE NA EDUCAÇÃO E A PRÁXIS SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR COMO RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO	40
3	MELHORIA NA EDUCAÇÃO OU APROFUNDAMENTO DA CRISE? AS REFORMAS DO PSDB PARA A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DE 2006.....	45
3.1	BREVE RESUMO: AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS ANTERIORES A 2006	47
3.2	AS POLÍTICAS PÓS 2006 E O APROFUNDAMENTO DA CRISE: RUMO A NOVA ORGANIZAÇÃO.....	50
3.3	A REORGANIZAÇÃO ESCOLAR E O ÁPICE DA CRISE	55
4	DO CHILE AO BRASIL: O PROCESSO DE RESISTÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DAS OCUPAÇÕES DE ESCOLA.....	58
4.1	OS ANTECEDENTES E A EXPERIÊNCIA LATINOAMERICANA.....	59
4.2	AS OCUPAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO: POSSIBILIDADES E LIMITES	64
5	A OCUPAÇÃO DA E.E. PROF. MARIA DO CARMO ARRUDA DA SILVA – OURINHOS/SP	82
5.1	OCUPAR PRA NÃO MUDAR – O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ESCOLA	85
5.1.1	ASSEMBLEIAS E COMISSÕES: A ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO	93
5.1.2	ATIVIDADE E REVITALIZAÇÃO – NOVOS SIGNIFICADOS A ESCOLA.....	99
5.2	AS HERANÇAS DA OCUPAÇÃO NO PERÍODO 2016-2018.....	107
5.3	PERCEPÇÃO ESTUDANTIL ACERCA DAS POLÍTICAS DO ESTADO DE SP E AMBIENTE ESCOLAR	117

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
7	REFERÊNCIAS.....	131

1. INTRODUÇÃO

Era uma luta terrível naquele beco. Jonathan já não suportava lutar com Francisco para que o amigo colocasse os óculos e a realidade enxergasse. Já se passavam 9 minutos de agressões físicas e psicológicas entre os dois.

- Me recuso a colocar esses óculos! A realidade é uma só! Você está louco Jonathan!

- Meu amigo ponha os óculos! A realidade é mais sofrida que a falsidade que vivemos, mas nada melhor que estar livre!

Francisco coloca os óculos e um novo mundo com novas possibilidades se abrem.

Que alívio! Vamos à resistência!"

A cena do filme “They live”¹ descrita nessa epígrafe serve como analogia ao contexto político e social de polarização e de investidas ideológicas do grande capital ao qual passa a sociedade brasileira nesses últimos anos, principalmente em 2013, onde a pauta conservadora toma conta rapidamente das manifestações, com apoio da mídia, das elites nacionais e do capital financeiro. Com toda essa contradição, há também a inserção de muitos jovens em partidos e movimentos sociais, que com o avanço da crise político-social, eclodem em manifestações diversas, principalmente no campo da educação.

Esse fenômeno aos poucos expressa a disputa e a contradição entre ideologias e práticas que conservam a grande exploração do capital nos países periféricos (FILHO, 2017)² e as que recriam as formas de luta e resistência proletária-coletiva, mesmo que de forma desigual. O que vemos desde então é uma forte investida do neoliberalismo, nos âmbitos, econômico, social e político, como pode ser observado através das reformas pelas quais vem passando o nosso país

¹ THEY live. Direção: John Carpenter, 1988. 102 minutos. Sinopse: John Nada (Roddy Piper) é um trabalhador braçal que chega a Los Angeles e encontra trabalho numa fábrica. Durante uma inusitada operação repressiva, a polícia destrói um quarteirão inteiro do bairro miserável em que vive. Na confusão Jhon Nada encontra óculos escuros aparentemente comuns, porém ao usá-los consegue enxergar horrendas criaturas alienígenas disfarçadas de seres humanos, bem como as mensagens subliminares que elas transmitem através da mídia em geral. Nada percebe que os invasores já estão controlando o planeta e, juntamente com seu companheiro de trabalho Frank (Keith David), decide se engajar no movimento de resistência, que é perseguido como subversivo pela polícia. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-4660/>; Acesso em: 26/01/2016

² O que se quer dizer é que as manifestações de junho/2013 inicialmente são ocupadas por movimentos sociais e partidos ditos de esquerda, além de uma numerosa quantidade de pessoas sem partido, ou dita independentes, muitas oriundas das classes médias. Naquele mesmo mês as mídias, como a rede Globo encontraram a força para usar a população em sua investida ideológica em nome do Neoliberalismo e aos interesses das potências do centro. Em resumo: um movimento que nasce na esquerda tem sua síntese no Golpe institucional de 2016.

na atualidade e de outro lado a resistência de movimentos organizados e autonomistas, como as ocupações das escolas em 2015.

Na perspectiva da educação há o aprofundamento de uma crise de finalidades e demandas do capital versus perspectivas de interesses dos estudantes e da classe trabalhadora (MÉSZAROS, 1981). Um exemplo prático da crise se dá na reorganização da escola frente as demandas da globalização, que inclui corte de gastos públicos, super exploração dos trabalhadores da educação e consequentemente ao desinteresse e descrédito dos jovens que levam ao aumento da violência e maior desistência de alunos, este último pode ser observado nos dados das provas do último Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP)³, no quesito fluxo (SÃO PAULO, 2017).

A inquietação decorrente dos problemas apresentados na escola, as políticas de reforma alinhadas às demandas do capital financeiro, (MOURA, 2009), aprofundando a crise, e a consequente reação estudantil contra a política de reorganização escolar do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) fez surgir o interesse pelo tema estudado. Nesse sentido, observa-se a ascensão de ideologias ultraconservadoras e o aumento da barbárie social em todos os espectros da sociedade, sendo importante entender as formas e os limites da organização e resistência da classe trabalhadora, especialmente dos estudantes das escolas estaduais paulistas através do movimento de ocupações das escolas.

Dois conceitos intrínsecos que serão usados como lente de análise neste trabalho são Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. É sabido que a ideologia perpassa por todos os espaços de nossas vidas e necessitam de aparelhos para se reproduzirem. A escola, no capitalismo, é seu principal Aparelho Ideológico de Estado – AIE – (ALTHUSSER, 1996). Instrumento das classes dominantes para disseminar seus símbolos e valores, ou seja, reproduzir as relações de produção para o capital.

A crise do capital polariza a luta de classes e o confronto de ideologias. Em primeiro lugar o redesenho da divisão internacional do trabalho, visando maior lucro dos grandes conglomerados capitalistas por meio da exploração do trabalho simples na periferia do sistema. É nesse contexto que se insere o Brasil e as atuais reformas, e para tal, os capitalistas demandam um remanejamento também da

³ Consulta disponível em <http://saresp.fde.sp.gov.br/2016/ConsultaRedeEstadual.aspx?opc=1>

simbologia da sociedade, a narrativa “ do novo” que represente uma velha ordem (ZIZEK, 1996).

Tais fatos repercutem no cotidiano das escolas públicas de São Paulo e do Brasil expressando-se de maneira a subjugar a liberdade e a autonomia de ensinar e aprender sobre quaisquer que sejam a postura filosófica ou política. Expressões ideológicas que conhecemos na forma da “Escola sem partido” e de perseguições a estudantes e professores que fogem a regra.

Autonomia e auto-organização estudantil devem vir de um movimento constituído na práxis social da luta de classes (TSE-TUNG, 2008), que traz à tona o sentido de coletividade e engajamento na luta política, bem como ressignificações no espaço, como representaram as ocupações. Este é o segundo olhar conceitual que será dado nas análises práticas deste trabalho.

Entende-se a escola como aparelho ideológico de Estado, que reproduz a crise do capital na educação, o que gera movimentos de resistência e contestação às demandas da globalização e do neoliberalismo. Dessa forma apresenta o seguinte problema da pesquisa: Como se deu a auto-organização e a luta dos estudantes no espectro prático e ideológico?

Essa questão, que se apresenta como objetivo geral nos leva a analisar se houve contribuição ou resistência, da experiência de ocupação estudantil, para a formação crítica e política dos estudantes, bem como alteração na estrutura organizativa do poder na escola.

A hipótese norteadora que se baseia esta pesquisa está pautada na afirmação de que há ganhos na consciência contestatória dos estudantes em busca de seus direitos, mas com poucos ganhos a longo prazo no posicionamento e concepção filosófico-política. Tal fato causado pelo poder de disseminação e reprodução da ideologia dominante. Além disso acredita-se que após o movimento há endurecimento das políticas de controle de Estado sobre a escola orientados por discursos democráticos, mudanças na legislação, e práticas repressivas visando evitar novos levantes estudantis e dar segmento as reformas exigidas pelo modelo neoliberal, acompanhando a redefinição do Brasil na organização da Divisão Internacional do Trabalho.

Os objetivos específicos se abrem em busca de alguns pontos:
Identificar a concepção dos estudantes sobre a contrarreforma, crise na educação e os processos de ocupação efetivados por eles;

Descrever as formas e os limites de resistência prática e ideológica ocorridas nas escolas ocupadas;

Analizar a atuação do Estado frente a ocupação estudantil.

A pesquisa é de natureza qualitativa, na qual a atuação do pesquisador se deu em todo o processo de ocupação de escolas, uma vez que o mesmo passou a atuar como professor de geografia na Escola Maria do Carmo a partir de 2016. A busca pela percepção e atuação estudantil deu o caráter qualitativo ao trabalho e de todo desdobramento e limites desse processo contribuiu ao caráter geral metodológico.

Os cadernos de campo foi uma das formas de documentar a experiência observada nas ocupações e fundamentais para registrar os momentos importantes do movimento, bem como as mudanças de atuação e perspectivas dos estudantes nos dias nos quais a escola permaneceu ocupada, eram anotadas observações e conversas informações com os jovens participantes da ocupação.

Do mesmo modo foi preciso visitar a Escola Fernão Dias que no final de 2015, foi ocupada pelos estudantes, trazendo uma energia inédita ao bairro Pinheiros, zona oeste de São Paulo. Era um protesto contra a reorganização da rede estadual de educação. A Fernão seria uma das escolas afetadas pela medida e foi uma das primeiras ocupadas. Em poucas semanas, ela se transformaria num dos símbolos de um movimento que se espalharia pelo estado. De um dia para o outro, o prédio deixaria de ser um pedaço da paisagem para virar protagonista do bairro. Pinheiros estava tomada de estudantes. A escola recebeu voluntários, eventos e debates, e por esses motivos estivemos (o pesquisador e mais três estudantes da UNESP Ourinhos) acampados na frente da Escola durante a segunda semana do movimento, de que forma que o acervo documental de observações, fotografias e experiências fosse ricamente alimentado.

O primeiro momento da pesquisa após o movimento e a organização das observações feitas foi o da revisão bibliográfica dos conceitos necessários a leitura do fenômeno. Foi necessário conceituar ideologia, AIE, autonomia e autonomista, auto-organização, movimento espontâneo e conceitual, que são dimensões conceituais fundamentais na compreensão do objeto de estudo, durante o ano de 2016. Essa busca foi feita através da leitura e fichamento de obras físicas e digitais,

como livros, artigos, monografia e dissertações, sendo organizada em fichamentos comentados, arquivados e documentados.

No ano de seguinte deu-se início ao segundo momento que foi a procura em alguns meios de comunicação (jornais televisivos de grande circulação e independentes), além de artigos publicados, visando obter um panorama geral das ocupações por todo o estado. O documentário “Acabou o amor”, de Carlos Pronzato, foi importante para entender a organização espacial e temporal do fenômeno de ocupações, da mesma forma o acompanhamento de páginas no *Facebook* das escolas ocupadas, especialmente da Escola Maria do Carmo. Tais fontes ofereceram uma gama de fotos e informações que foram devidamente anotadas e organizadas ao final do ano. Elas foram organizadas e documentadas com cópia das páginas do facebook, arquivamento de fotos e postagens, arquivamento de notícias de jornais e sites.

Toda essa gama documental que passa da revisão bibliográfica e conceituação de termos, coleta de dados através de mídias e páginas do facebook, cadernos de campo com observações e conversas informais durante o processo das ocupações formam a base documental e analítica no primeiro momento deste trabalho, que antecede a discussão e análise de dados mais específicos, colhidos através de entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários para os estudantes da Escola Estadual Prof. Maria do Carmo Arruda da Silva em 2018

Após a qualificação, em fevereiro de 2018, se inicia um segundo momento, com estudos e fichamentos acerca da legislação e reformas aplicadas pelos governos do PSDB na educação entre os anos de 1995 e 2015, tendo como foco maior o período após 2006, pois é importante olhar para a segunda década de políticas do PSDB para ter um olhar mais recente para as atuais mudanças como a reorganização escolar, os cortes de gastos e quais discursos ideológicos são utilizados para sustentar essas transformações.

A aplicação de questionários nas séries do ensino médio na Escola Maria do Carmo, que em 2015 se encontravam no 7º, 8º e 9º do ensino fundamental visou apreender as concepções dos estudantes sobre o processo de ocupação vivenciado. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com alunos egressos que participaram ativamente do movimento, sendo lideranças na Escola Maria do Carmo, o objetivo foi vislumbrar as experiências vivenciadas na ocupação e se houve contribuição para a vida desses jovens na atuação dentro da universidade ou

do mundo do trabalho. Elas foram feitas através de vídeo conferência e conversas abertas, gravadas e documentadas de forma digital.

Os dados do questionário foram tabulados, gerando gráficos e tabelas, além da produção de mapas no SIG ArcGis, baseados em dados coletados junto ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e à Secretaria Estadual de Educação (SEE), a fim de espacializar o fenômeno das ocupações. Seguindo esse viés metodológico, a escrita desse trabalho foi organizada da seguinte forma:

O primeiro capítulo abordou o conceito de ideologia para entender o movimento existente na educação, focando na escola pública paulista, situando-a na teoria dos Aparelhos Ideológicos de Estado com forma de demonstrar as formas que a crise da sociedade reflete a crise da educação. Ainda neste capítulo caracterizou-se a concepção de crise na educação.

O segundo capítulo foi organizado para descrever e analisar as reformas do PSDB no período que esteve à frente do governo paulista, na tentativa de evidenciar o aprofundamento da crise através das reformas neoliberais. Primeiramente apresentando brevemente as primeiras medidas e reformas no período 1995-2005 com intuito de entender como se inicia a política neoliberal. Depois foi apresentado as políticas e reforma após o ano de 2006 caminhando até 2015 quando se expressa a reorganização escolar, representando o ponto considerado mais alto da crise na educação paulista.

O capítulo três resgatou aspectos históricos do movimento estudantil no Brasil durante à repressão do regime militar com o intuito de refletir sobre as formas de atuação movimento estudantil ao longo do tempo. As possibilidade e limites do movimento de ocupação de escolas foram buscados nas heranças e experiências do movimento nacional, mas também de países da América Latina como o Chile. Neste capítulo também foi feita a análise das forças políticas presentes nas ocupações paulistas de 2015, bem como sua espacialização no que diz respeito a ocupação de escolas e do espaço urbano, debatendo as ressignificações que tomam esses espaços.

No quarto e último capítulo foi exposta a análise de dados no que diz respeito ao estudo de caso na Escola Estadual Professora Maria do Carmo Arruda da Silva. Apresentou-se a descrição da ocupação da escola, em seguida, as heranças político-ideológicas deixadas para os atuais estudantes, bem como na organização

da escola e também suas percepções sobre as políticas do governo de São Paulo para a educação, ambos adquiridos através dos dados coletados pelos questionários.

Por fim, as considerações finais sistematizaram os resultados das observações e análises. Em último momento apresentando a contra-reforma do governo após o movimento, representando seus limites. Espera-se que o leitor consiga se situar nas discussões aqui apresentadas a partir dessa organização.

2. IDEOLOGIA, ESCOLA E A CRISE NA EDUCAÇÃO



Figura 1: Representação do Estado Repressivo na imposição da ideologia dominante.

Fonte: <https://www.aprovaconcursos.com.br/questoes-de-concurso/questao/253358> (acesso em 17/08/2018)

Ao termos os primeiros estímulos sensoriais, ao abrirmos nossos olhos pela primeira vez, sentirmos o ar em nossa pele, ouvirmos uma enxurrada de sons, começamos a nos educar em nossa relação com o mundo e, principalmente, através das relações com outros sujeitos, pelos quais nos constituímos como seres sociais, ou seja, dotados de práticas objetivas e de subjetividades que colocam o mundo em um constante movimento dialético.

Assim, se torna necessário apreender o movimento histórico contraditório da sociedade e seus reflexos no ambiente escolar, que geram práticas e ideologias em constante disputa. Busca-se nas lutas estudantis em suas formas ao longo do tempo experiências e limites que demonstrem esses embates. Dessa forma é preciso conceituar a posição da escola como Aparelho Ideológico de Estado para reprodução das relações de produção capitalista, buscando exemplos na Ocupações de escola de 2015 que demonstrem esse caráter contraditório.

Questões são levantadas na perspectiva desta problemática:

A escola é um espaço também em contradição? Por meio deste capítulo mostraremos as formas que a ideologia e suas disputas se materializam na escola durante o atual período da crise do capital.

Desta mesma forma, acredita-se que existam processos de luta no espaço escolar, este concentrado na *práxis* da luta de classes, a mesma que desenvolve ideologias proletárias de caráter coletivo e contestador.

Assim os objetivos deste capítulo são analisar e apresentar os conceitos de Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, buscando a contradição ideológica na escola de forma prática, verificando a possibilidade de se construir ideologias contra-hegemônicas neste espaço, ou seja, um espaço em disputa na luta de classes.

Para debater a educação e os sistemas de ensino parte-se da luta de classes como categoria central, assim, vale ressaltar que “a educação [...] como o ensino [...] possuem simultaneamente essas duas dimensões, ou seja, são ou podem ser ao mesmo tempo instrumentos de dominação e libertação” (VESENTINI, 2010, p. 17).

A própria educação dos sujeitos por parte das instituições ligadas ao Estado (Escola, Igrejas, Família) vão no sentido de dominar ideologicamente, de disseminar as ideias das classes dominantes. E como na totalidade de nossa sociedade, estas mesmas instituições sofrem contradições e, portanto, estarão submetidas as disputas de ideias e discursos entre as classes sociais. Estas instituições “podem ser não apenas o alvo, mas também o lugar da luta de classes” (ALTHUSSER, 1996, p.117).

Sem a pretensão nem a utopia de achar que a educação é o motor das mudanças sociais, como bem divulga a ideologia neoliberal, é preciso pensar na estrutura da sociedade como um todo, pois

uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente funções de mudança. (MÉSZAROS, 2008, p.25)

Na escola, além de educar, ensina-se uma gama de conteúdos elencados conforme uma orientação ideológica construída pelas classes dominantes para garantir e perpetuar seus interesses. Moura (2013, p.24) explica que “a escola pública e estatal é uma escola burguesa planejada pelos governos burgueses que estão no poder com o advento do capitalismo”.

Uma escola para dominação, assim são as relações entre professor-aluno e comunidade escolar, as quais sofrem os reflexos das relações sociais de dominação⁴, causando violência nos espaços escolares, desistências, baixa qualidade de ensino e outros males que atingem as escolas públicas.

⁴ Sobre as relações sociais de dominação, em seu cerne está a exploração do trabalho pelas classes dominantes em relação as massas trabalhadoras e para manter determinada exploração é necessário

Uma forma das transformações que o capital sofre e consequentemente as demandas que exigem dos sistemas educacionais se dá através das teorias pedagógicas, que tem o objetivo de sustentar as relações de produção, pois se qualquer teoria pedagógica ou prática educacional

desconhece essas determinações objetivas e imaginam que a escola possa cumprir o papel de correção da marginalidade, isso se deve simplesmente ao fato de que aquelas teorias são ideológicas, isto é, dissimulam, para reproduzi-las, as condições de marginalidade em que vivem as camadas trabalhadoras. (SAVIANI, 1985, p.28)

Saviani se refere a teorias desenvolvidas sob o olhar do individualismo e mercantilismo, que focam no mérito e na capacidade de desenvolver competências e habilidades como porta única de qualificação da força de trabalho e de superação dos problemas que a educação e a escola apresentam. Neste sentido, os integrantes do quadro e da comunidade escolar devem estar em constante alerta, principalmente no que tange ao movimento da prática social, como foram as ocupações das escolas em 2015. Sobre esse tipo de teoria pedagógica, Bruno (2011, p. 553) salienta:

A pedagogia das competências é a forma contemporânea de subordinar a aprendizagem às novas necessidades do capital, tanto no que se refere aos trabalhadores que atuam dentro das empresas quanto aos que trabalham fora dela, encarregando-se da reprodução da classe trabalhadora em diferentes âmbitos.

Esse processo se sustenta materialmente na organização escolar, as vivências nesse espaço, nas relações hierárquicas, relações que são próprias do capital. E de forma contraditória o processo de auto-organização estudantil dar-se-á no bojo da crise da educação e suas tentativas de reformas e não na sala de aula.

A escola é a instância de formação da força de trabalho a ser submetida pelo mecanismo da mais valia absoluta (BRUNO, 2011). Inclui-se o exército industrial de reserva, inclusive os que nunca serão empregados, que sempre estarão na marginalidade social e econômica.

um leque de discursos e ideias baseadas no poder entre os indivíduos. Um exemplo são as relações de autoritarismo entre professor e aluno que contribuem para reproduzir a submissão dos indivíduos nas relações de trabalho.

A respeito do ensino de Geografia, em todos os seus aspectos, no período atual não poderia ficar de fora das investidas do neoliberalismo. A MP nº 746/2016, por exemplo, reduz o ensino de Geografia a simples escolha por parte dos estudantes do ensino médio, dando ênfase as linguagens e matemáticas.

Segundo Saviani (1985) todas as reformas escolares até o período de sua obra, falharam. Gentili (1996) ao dissertar sobre o neoliberalismo aponta fracassos atrás de fracassos no sentido da escola ser o local da superação das condições de classe, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola tem, que é o de reproduzir a sociedade de classes e o modo de produção capitalista.

O ensino de Geografia ou a falta dele funcionará como meio de reprodução ideológica e também apresentará contradições. Seguindo esse caminho, as práticas sociais que envolvam a auto-organização estudantil, contando com o apoio professoral e da comunidade, contribuem para reforçar uma espécie de ideologia solidária e coletiva, a favor da emancipação da classe trabalhadora, por isso o papel de todos os sujeitos que atuam na escola é também importante, mesmo que a ideologia dominante tenha força na escola, como aponta Aguiar (2013, p.46)

a escola é um instrumento político que se manifesta na interface das disputas dos mais diferentes segmentos sociais e o professor deve ser visto como um agente ativo nesse processo, um agente situado socialmente.

As práticas sociais, como as ocupações de escola tem a capacidade de questionar as visões tradicionais impostas pela sociedade, pois interrompem, por um tempo, as políticas estatais, que após o movimento tende a se restaurar e endurecer. Neste sentido percebe-se a inquietação, o incômodo, o questionamento ao discurso do “sempre foi assim”, ou seja, da eternização do presente (PESSOTO, et. al, 2007).

Esse conjunto deve questionar o poder das classes dominantes, deve educar-se, politizar-se e o papel ativo dos estudantes dará apoio importante para o processo de ocupação de escolas. A autorganização estudantil, a perspectiva teórica e científica sobre a sociedade, associado a prática, são condições necessárias para o questionamento da função ideológica da escola na sociedade.

A ideologia ligada ao poder do Estado, capturado pela burguesia e que fará da Escola seu principal “Aparelho Ideológico de Estado” (ALTHUSSER, 1996), tema que abordaremos a seguir.

2.1. Ideologia e Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE)

Na tradição marxista, a Ideologia é tida unicamente como símbolo da falsidade, falsa consciência, uma espécie de inversão da realidade que o Estado, opressor por natureza dissemina através de seus aparelhos e instituições. Por outro lado, este conceito, no próprio marxismo toma outros sentidos, como na postura de Lenin, em que a ideologia é uma arma na luta de classes (PESSOTO *et. al*, 2007). Ganhando complexidade além da noção de verdadeiro ou falso (BOUDON, 1989). A forma que nos interessa é a de disputa como forma de análise:

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltadas a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. (ZIZEK, 1996, p.09)

Percebemos que nem toda ideologia está ligada ao poder do Estado, como aponta o marxismo clássico: “a ideologia é o sistema de ideias e representações, a ideia da ideologia como falsidade” (MARX *et. al*, 1999). É preciso destacar que a que se apresenta como hegemônica é a que representa a classe dominante.

Elá está presente em todos os espaços da sociedade, desde os valores morais, a arquitetura, as mídias. Exerce grande poder de disseminação dos discursos que fortalecem o poder da burguesia e as próprias relações de trabalho, que em seu cerne está a relação de exploração entre as classes sociais.

Da organização dos trabalhadores surgem outras ideologias e práticas contra hegemônicas, pois esse conjunto de ideias sejam qual for “sempre expressam posições de classe” (ALTHUSSER, 1996, p.124). Estas ocuparão, principalmente nos períodos de crise, também as instituições do capital, de forma a criar uma polarização ideológica, como uma maneira de escancarar a crise do próprio sistema e tornar-se uma arma da luta de classes (LENIN, 1986).

Nossas análises sobre esse conceito e sua materialidade prática se darão por este viés, da luta de classes:

A ideologia propriamente dita só emerge com a divisão do trabalho e a cisão de classes, quando as ideias “erradas” perdem seu caráter “imediato” e são “elaboradas” pelos intelectuais, a fim de servir (para

legitima-las) às relações de dominação existentes. (ZIZEK, 1996, p. 24)

Assim seria desnecessário a existência de uma ideologia em que não houvesse uma divisão de classes sociais. A classe dominante não precisaria usar mecanismos subjetivos e materiais para dominar a outra por meio do trabalho. É justamente por vivermos em uma sociedade dividida em classes sociais e em um período de crise, de redesenho das forças produtivas e de polarização da luta de classes que fica cada vez mais claro a tese da disputa ideológica entre as camadas sociais.

Deve-se dar importância especial ao obscurantismo que prende os seres humanos a ideologia dominante. É a chamada mistificação ideológica, que nega a própria ideologia e a coloca em posição de neutralidade ou, simplesmente, insere essa ou aquela prática como ideológica, de forma que “ela parece surgir exatamente quando tentamos evitá-la e deixa de aparecer onde claramente se esperaria que aparecesse” (ZIZEK, 1996, p. 09).

Justamente em tempos de crise que este discurso surge com força, como por exemplo, o “Projeto Escola sem Partido”⁵. O projeto tem ganhado adeptos em diversos municípios do país, tanto de maneira institucional, pela implementação de projetos de leis, já são mais de 60 municípios com projetos deste tipo protocolados e um exemplo de aprovação no município de Jundiaí-SP⁶, ou também através da negação da ideologia.

Muito antes do surgimento dos projetos de lei, as ideias da Escola sem Partido levaram a práticas de perseguição e vigilância sobre professores, com a acusação de estar havendo uma doutrinação ideológica. Segundo o Sindicato dos Professores, a APEOESP, na Diretoria de Ensino de Ourinhos - SP, há um caso de denúncia contra suposta doutrinação ideológica. Casos assim vem acontecendo país afora e, na maioria das vezes, são professores das disciplinas de humanas e assim observamos que

⁵ Escola sem Partido, é um movimento político criado em 2004 no Brasil e divulgado em todo o país pelo advogado Miguel Nagib. De acordo com o projeto há uma "doutrinação ideológica" nas escolas. Ganhou foco da sociedade em 2015 desde QUE PROJETOS DE LEI inspirados no movimento começaram a ser apresentados e debatidos em inúmeras CÂMARAS MUNICIPAIS e ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS pelo país, bem como no CONGRESSO NACIONAL.

⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/29/escola-sem-partido-ja-virou-lei-em-pelo-menos-quatro-cidades-brasileiras/>

tentar desqualificar um discurso afirmando que ele é ideológico é qualificar ideologicamente o próprio discurso, principalmente quando se acredita que usando dados científicos fica-se livre de ser ideológico. (SOBREIRA, 2009, p.22)

E é exatamente o que os apoiadores da Escola sem Partido fazem, acusam os professores de doutrinadores de esquerda e proclamam-se neutros defendendo uma escola que é impossível de existir. Não existe neutralidade em nenhum dos espaços desta sociedade. Zizek (1996, p. 28) expõe e complementa a tese:

No que concerne à ciência, esta, é claro, não é neutra, no sentido de um conhecimento objetivo que não seja afetado pela luta de classes e esteja à disposição de todas as classes, mas, por essa mesma razão, ela é uma; não existe duas ciências, e a luta de classes é precisamente a luta por essa ciência única, por quem irá se apropriar-se dela.

É necessário defender o direito a liberdade dos estudantes de se organizarem e do professor de se posicionar e de se fazer questionar.

Portanto, os projetos que tentam “desideologizar”⁷ uma instituição materializada na ideologia, tornam-se tão ideológicos e doutrinadores quanto qualquer posição política que se tome em sala de aula. Para os estudantes é um grande perigo e uma afronta a direitos já adquiridos pela constituição de 1988, pois contradizem o artigo 206, onde dão-se os princípios de como a educação deve ser ministrada:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...]; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...]

O artigo citado garante, tanto ao estudante quanto ao professor, respaldo para sua liberdade de ensinar e aprender. Garante-se também na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, ou seja, a coexistência de diversas correntes e ideologias, tendo a liberdade como fundamento ao pluralismo.

⁷ O termo diz respeito a prática da Escola sem Partido que tenta negar sua postura ideológica em relação a escola. O Projeto visa tratar a escola como um espaço que deve ser neutro e sem ideologia. Essa concepção desideologizadora é tão ideológica quanto qualquer.

Essa realidade apresentada, a princípio é bastante democrática, mas na prática temos outra situação. Em tempos em que acirra-se a luta de classes e a disputa pelos discursos que serão disseminados, é possível observar o avanço da ideologia dominante e por vezes sua contradição na forma de movimentos, como as ocupações.

O golpe de 2016 traz uma nova realidade a educação e a ideologia que passa ser disseminada nas escolas, elas se materializam na Reforma do Ensino Médio e na efetivação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e em toda a reestruturação da educação à nível nacional, que segue até o momento, visando estabelecer as novas relações de trabalho.

Não é à toa que movimentos sociais, sindicatos controlados por partidos que se declarem de esquerda, e qualquer um que se levante contra a dominação burguesa e os pilares do capital (exploração do trabalho, propriedade privada e o Estado capitalista), tem sofrido, em diversas escalas, uma série de represálias. Todas respaldadas por um aparato ideológico que serve para angariar apoio da população, ou seja, ocultar a realidade, incitar, algo que para o Brasil é inédito, um nascente fascismo de massas (LIMA, 2017).

Um exemplo clássico na geografia escolar são as distorções cartográficas, com o Norte apresentando territórios muito maiores e estando acima do resto do mundo, ou seja, passando a ideia de superioridade ao Sul.

No ambiente escolar há a “mordaça” que tem calado muitos estudantes e professores. Dialeticamente, o que concerne ao espaço escolar como lugar da luta de classes, que em um caso de perseguição de professores na Diretoria de Ensino de Mogi das Cruzes – SP, relatado por dirigentes da APEOESP, gerou uma grande reação por parte dos estudantes, que se organizaram para fazer abaixo-assinado e escrever monções de apoio. Demonstração de que a escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado (AIEs) tem muito mais que apenas a reprodução da ideologia dominante, ela apresenta situações em que a disputa ideológica leva a ações contrárias às funções reprodutoras da escola. Nas palavras de Althusser (1996, p.106):

sabemos que a reprodução das condições materiais de produção não pode ser pensada no nível da empresa, porque não é aí que ela existe nas condições reais. O que acontece no nível da empresa é um efeito, que dá apenas uma ideia da necessidade da reprodução,

mas não permite de modo algum que suas condições e mecanismo sejam pensados.

Fica claro que o capitalismo necessita de aparelhos externos ao próprio meio de trabalho, seja na cidade ou no campo, a escola tem o papel de reproduzir a força de trabalho alienada em todos os níveis. Na escola aprende-se basicamente a ler, a escrever e a contar, em muitos casos nem este mínimo é atingido. No Brasil, a taxa de analfabetismo chega a 8% (IBGE, 2015), enquanto que no estado de São Paulo, a taxa é de 4,3% (SEADE, 2015).

Observando, por exemplo, o fenômeno do analfabetismo nas escolas demonstra que a escola enquanto AIE faz muito mais que reproduzir as condições de produção, ela também alimenta outras relações sociais. O crime, os setores informais da economia são exemplos, além de famílias sem estrutura e também a própria pobreza. Há uma injeção de pessoas que ao serem analfabetas ficam distantes até do mercado de trabalho semiqualificado, destino da maioria dos estudantes da escola pública, tendo como opção o desemprego, a criminalidade e o trabalho de baixa qualificação, Bruno (2011, p.550) explica:

os baixos salários recebidos pelos pais levam os jovens a trabalhar mais cedo, afastando-os da escola, ou dificultando sobremaneira o processo de aprendizagem dos que conseguem frequentá-la. Disso resulta o comprometimento das qualificações de amplos segmentos da classe trabalhadora. Esses jovens, quando se inserem no mercado de trabalho, são capazes apenas de realizar trabalho simples. Além disso, as famílias situadas nas faixas de pobreza têm enormes dificuldades de formar e até de proteger seus filhos, embora seja exatamente sobre elas que recai a maior responsabilidade pela sua formação, já que as políticas sociais do Estado são precárias e os sistemas de ensino têm se mostrado inoperantes para esses segmentos mais pobres da população.

Tal fenômeno pode ser explicado pela perspectiva da escola como uma fábrica social, que urge com a universalização do ensino, mas sem a devida qualidade para todas as camadas sociais, dando destino certo dentro das relações capitalistas baseadas nas classes, nas palavras de Leite (2009, p.7) para o “Jornal Passa Palavra”:

Na medida em que trabalhamos com um setor da população (alunos e suas famílias) cada vez mais sujeito ao trabalho precarizado ou ao desemprego, a escola pública assume cada vez mais uma função meramente disciplinar e repressiva (função de controle social sobre os “não-rentáveis”). Os empregos que recebe a maioria de nossos

alunos são empregos de baixa qualificação – onde se exige um perfil de trabalhador muitas vezes analfabeto funcional (por exemplo, supermercados, cadeias de lanchonetes). Não é de surpreender o crescimento do analfabetismo funcional, nem tampouco é nossa culpa. Dentro dessas condições opressivas, de escola fabril-carcerária, os alunos reagem com um surto espontâneo de indisciplina – eles percebem, inconscientemente, o não-futuro que o mercado lhes reserva, e passam a se “auto-sabotar” enquanto mercadorias em produção, se auto-imolando. Atacam as estruturas disciplinares e repressivas da escola, e percebem que o mercado de trabalho não vai lhes dar a inserção social que a escola lhes promete ideologicamente (existem outros fatores que causam a indisciplina, como a desintegração familiar, e o deslocamento de atividades formativas para o lazer eletrônico, mas as relações de trabalho são o fator de peso).

As relações sociais descritas acima para o espaço escolar são estratégias de classe, constituídas materialmente e ideologicamente na forma dos Aparelhos Ideológicos de Estado. É importante delimitar o que são os AIEs, nas palavras de Althusser (1996, p. 114): “Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas”.

Logo concluímos que essas instituições são a materialidade da ideologia, apoio do Estado capturado pelas classes dominantes e possuidoras dos meios de produção e, portanto, são elas que tem o controle direto sobre os AIEs. Essas classes necessitam que sua ideologia seja imposta e reafirmada a fim de manter e reproduzir também as condições de produção e das próprias forças produtivas objetivando a manutenção e o desenvolvimento do capitalismo.

O estudante passa muitas horas na escola e está em contato direito com as contradições que esse Aparelho reserva. É certo, que com sua falta de perspectiva de superar as relações de trabalho simples submetido, gera-se a revolta, muitas vezes, individual e na forma de barbárie social. Violência na maior parte das vezes contra eles mesmos e contra os professores, que são os mediadores entre o poder estatal, sua burocracia e a classe dos estudantes como aponta Bruno (2011, p. 561):

Como os professores foram privados do uso da avaliação como instrumento de controle e punição, posto que agora esta foi deslocada para órgãos mais centrais, e como sua autoridade profissional está bastante fragilizada pelas novas formas de gestão que lhes retira a iniciativa e a autonomia, subordinando-os a diretrizes centrais, só resta à instituição escolar recorrer à presença das forças de segurança, a uma arquitetura cada vez mais próxima da prisional e a práticas sempre mais repressivas. Isto, por sua vez,

induz os estudantes a mais sabotagem e violência, num ciclo que está longe de ser quebrado. Nesse ciclo, a violência dos alunos, em vez de se direcionar contra a administração enquanto representante do poder, tem sido dirigida contra os professores e até mesmo contra outros estudantes.

Diante deste quadro, a prática social da luta de classes, pela face do movimento de ocupações ficará encarregada de desenvolver disputas ideológicas, pois formas de organização de gestão e trabalho se desenvolvem nesses espaços, intensificando o movimento da ideologia Althusser (1996, p108) demonstra essa materialidade:

Que se aprende na escola? Pode-se ir mais ou menos longe nos estudos, mas, seja como for, aprende-se a ler, escrever e contar – isto é, algumas técnicas e também algumas outras coisas, inclusive elementos de “cultura científica” ou “literária” (que podem ser rudimentares ou, ao contrário, esmerados), que tem uma utilidade direta nos diferentes cargos da produção (uma instrução para os trabalhadores manuais, uma para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma para a alta administração etc).

As classes dominantes jamais abririam mão da escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado, pois dependem dela para reproduzir as condições e as relações de produção. Entender como a práxis social educa, e nos momentos de organização estudantil evidenciam para aqueles estudantes os discursos e mecanismos das narrativas dominantes. Tal fato auxilia em partes à percepção dos estudantes de como atuar de maneira crítica e coletiva.

Neste sentido a fala de Pistrak (1981) é bastante esclarecedora: “A escola é a arma das classes dominantes”. E nas palavras de Saviani (1985, p.27):

Como AIE dominante, vale dizer que a escola constitui o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção de tipo capitalista. Para isso ela toma a si todas as crianças de todas as classes sociais e lhes inculca durante anos a fio de audiência obrigatória “saberes práticos” envolvidos na ideologia dominante.

Dessa forma que a escola se apresenta como reprodução da divisão internacional do trabalho, observamos que grande parte de operários e camponeses apenas seguem a escolarização básica, pois necessitam ser a mão de obra pesada, os que ocupam os menores cargos na sociedade. Da mesma maneira outros seguem os estudos, vão a universidade e ocupam os quadros sociais médios, ou pequenos burgueses. Uma pequena minoria, geralmente inseridos nos sistemas

privados de ensino, considerados de excelência, vão para os cargos de direção, ou os “agentes de exploração”, próprios de sua classe social.

Este fenômeno de universalização leva a um outro lado que é a massificação da escola, que englobem todas as classes trabalhadoras, Bruno (2011, p.551) aponta:

A massificação, embora resultante da universalização, diz respeito à redução da educação às exigências estritas do mercado de trabalho tanto no que se refere aos conhecimentos por ele requeridos quanto à imposição da disciplina necessária às formas de organização do trabalho e de vida contemporâneos. A massificação, portanto, resulta da ação do capital para reduzir os processos formativos às exigências estritas da reprodução do capital, daí muitas vezes suscitar a apatia dos estudantes ou sua revolta contra os sistemas de ensino.

Quanto mais se aprofunda os processos de massificação, mais as contradições se tornam latentes e os processos de revolta, individuais em sua maior parte, mas algumas vezes coletivas e organizadas como as ocupações de 2015. E nem sempre, o mecanismo ideológico do Estado, consegue manter a individualidade das culpas e conflitos, em tempos de crise, ele encontra resistência. As ocupações desvendam o caráter ideológico da escola enquanto espaço de disputa, Althusser (1996, p.140) sintetiza:

É somente do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, que se podem explicar as ideologias existentes numa formação social. Não só é desse ponto de partida que se pode explicar a realização da ideologia dominante nos AIEs, bem como das formas de lutas de classes de que os AIEs são a sede e o pivô, como também, e acima de tudo, é desse ponto de partida que é possível compreender a proveniência das ideologias que se realizam nos AIEs e que neles se confrontam. Pois, se é verdade que os AIEs representam a forma em que a ideologia da classe dominante tem que, necessariamente, se realizar, e a forma com que a ideologia da classe dominada tem que, necessariamente, ser comparada e confrontada, as ideologias não “nascem” nos AIEs, e sim nas classes sociais que estão em confronto na luta de classes: em suas condições de existência, suas práticas, sua experiência de luta etc.

Entende-se então que a ideologia é a expressão das classes sociais, assim como os AIE são as estratégias de classe para disseminação da ideologia dominante. A escola enquanto espaço de contradição servirá também ao confronto

dessas ideias e discursos, que no contexto da crise, vem à tona a disputa em sua forma material, como foram as ocupações. Entendendo aqui que esses espasmos ideológicos proletários podem ser passageiros, deixando sua marca histórica, discutiremos essa questão nos capítulos posteriores.

Apresentar brevemente o papel do poder estatal na organização empresarial da escola e na reprodução e renovação das relações de produção de trabalho é necessária para entendermos a crise na educação.

2.2. O poder do Estado e a inculcação ideológica na escola

O Estado é uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX, a classe burguesa e a “classe” dos grandes latifundiários) assegurarem sua dominação sobre a classe trabalhadora, submetendo estas últimas ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, a exploração capitalista). (ALTHUSSER, 1996, p.111)

O que Althusser cita se enquadra também para a realidade brasileira do século XXI, com uma parcela a mais da classe burguesa, a internacional, representada pelos grandes conglomerados financeiros e empresariais que necessitam do Estado como mediador para continuar extraíndo mais-valia absoluta da força de trabalho em nosso território. Alaniz (2009, p.93) explica essa relação e reafirma a tese:

É provável que estas organizações internacionais e empresas transnacionais de natureza distinta sejam, pelo papel de destaque que têm na economia mundial e pelo que desempenham junto aos Estados nacionais, as responsáveis pela captação da mais-valia produzida nas escolas públicas. Uma vez que, como veremos, o Estado não é o capitalista ou o detentor dos meios de produção, mas o mediador do capital das grandes corporações transnacionais.

O próprio professor faz parte da cadeia produtiva em duas dimensões: Na forma de trabalhador que tem seu trabalho explorado e no que diz respeito a extração de mais valor da “mercadoria” produzida nas escolas públicas paulistas: A força de trabalho semqualificada O fato de o Estado não ser quem capta o produto deste trabalho produzido pelos profissionais da educação, não altera a condição de exploração que os estudantes em formação estarão submetidos ao mercado, Leite (2009, p.3) conclui essa ideia:

O Capital soube incorporar a educação à sua lógica, de forma a criar sistemas de ensino que funcionam como empresas produtoras de trabalhadores em série, para atender às demandas de mão-de-obra do mercado para a acumulação de Capital.

Nessa perspectiva enxergamos duas faces da mesma moeda: A dominação ideológica de um lado e a repressiva do outro na insuficiência da primeira. Foge ao poder total do Estado o controle sobre os AIEs, pois as políticas para a educação são orientadas pelos conglomerados empresariais internacionais, através de entidades como o Banco Mundial, FMI, vinculados ao Consenso de Washington, que representa a tomada do Estado pelo neoliberalismo desde os anos 90. Moura (2013, p.26) explica:

Basicamente, foi uma imposição de centros hegemônicos para os países periféricos de uma regulamentação para o campo social de acordo com uma nova ordem econômica para que as reformas neoliberais fossem implantadas.

Coube, e continua cabendo, ao Estado reformar também a educação para produzir a mão de obra ao capitalismo globalizado. A burguesia nacional aceita e defende este cenário para o território no cenário internacional, mesmo que seja necessário usar a força para tais medidas. Althusser (1996, p.115) esclarece dizendo que

podemos constatar que, enquanto o Aparelho (Repressivo) – unificado – de Estado pertence inteiramente ao domínio público, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio privado. Igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, os empreendimentos culturais etc. são particulares.

A principal diferença entre o ARE e o AIE se concentra no fato de que o primeiro funciona basicamente pela violência, enquanto o segundo funciona pela ideologia e reforçamos que os AIEs também funcionam pela repressão.

Na escola há diversos meios de punição moral contra estudantes que se mostram mais rebeldes ou subversivos, mesmo que marcado pela individualidade de suas ações. É a materialidade entre a disputa ideológica das classes sociais. Lembrando que quando essas punições morais não são efetivas a escola faz uso inclusive do Aparato policial. Althusser (1996, p.117) nos dá as informações necessárias para interpretar a disputa ideológica no movimento de ocupações de escola:

A classe (ou aliança de classes) que ocupa o poder não pode ditar a lei nos AIEs com a mesma facilidade com que o faz no Aparelho (Repressivo) de Estado, não só porque as antigas classes dominantes neles conseguem preservar posições de força durante muito tempo, mas também porque a resistência das classes exploradas é capaz de encontrar meios e oportunidades de se expressar ali, seja utilizando as contradições que ali existem, seja pela conquista de combate dentro deles, na luta.

Entendemos que todo espectro de disputa entre as classes sociais se dá dentro e também fora dos Aparelhos Ideológicos de Estado e, portanto, as Ocupações das Escolas e a atuação dos estudantes se mostram como forma significativa de contestação a Ideologia dominante e de desenvolvimento de ideologias que remetem a organização dos trabalhadores. Finalmente, resulta-se em uma prática educativa de classe, necessária para a acumulação histórica de experiências à toda classe trabalhadora.

A escola atrelada as funções designadas pelo poder estatal, serve para estabelecer as relações de dominação e produção, Saviani (1985, p.31) sintetiza essas formas de inculcação ideológica:

Enquanto aparelho ideológico, a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a formação da força trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa. Cumpre assinalar, porém, que não se trata de duas funções separadas. Pelo mecanismo das práticas escolares, a formação da força de trabalho se dá no próprio processo de inculcação ideológica. Mais do que isso: todas as práticas escolares, ainda que contenham elementos que implicam um saber objetivo (e não poderia deixar de conter, já que sem isso a escola não contribuiria para a reprodução das relações de produção) são práticas de inculcação ideológica. A escola é, pois, um aparelho ideológico, isto é, o aspecto ideológico é dominante e comanda o funcionamento do aparelho escolar em seu conjunto. Consequentemente, a função precípua da escola é a inculcação da ideologia burguesa. Isto é feito de duas formas concomitantes: em primeiro lugar, a inculcação explícita de ideologia burguesa; em segundo lugar, o recalcamento, a sujeição e o disfarce da ideologia proletária.

E tomando continuidade a ideia citada também observa-se essa relação na forma que a escola estabelece as relações hierárquicas no seu interior. Observemos as ocupações estudantis⁸ nas escolas paulistas durante os meses de setembro a

⁸ https://brasil.elpais.com/tag/proyecto_reorganizacion_sistema_educativo_sao_paulo/a/1

novembro do ano de 2015, resistência ao projeto de fechamento de escolas proposto pelo governo Alckmin, travestido com o nome de “reorganização escolar”⁹.

Na ocasião, em conversas informais com pais de alunos da E.E. Professora Maria do Carmo, muitos desacreditavam do movimento dos estudantes, diziam que não iria dar em nada, que eram rebeldes sem causa, é o que Saviani (1985) chamou de “recalcamento da ideologia proletária”. Neste sentido existe uma hierarquia estatal, que através de suas diretorias de ensino, disseminam um leque de discursos para tentar sufocar e dividir a organização estudantil.

Tais discursos atingem os professores com ameaças de corte de salários e férias e também se direcionam aos estudantes quando os mesmos são informados que não poderão passar pelo Exame Nacional do Ensino Médio e assim perderão a chance de ingressar em uma universidade.

A ordem do dia, se resume a reprodução das forças produtivas e das relações de produção pela intermediação do Estado. Neste sentido os AIEs se desenvolvem e se multiplicam conforme o modo de produção se desenvolve, acompanhado o movimento capital de crises e ascensões e suas reestruturações produtivas. Na idade média por exemplo, a igreja representava as forças produtivas do feudalismo, ou seja, o papel ideológico que antes era das instituições citadas acima, hoje, o campo educacional e cultural o cumpre. Althusser (1996, p.119) nos dá a clareza necessária:

No período pré-capitalista [...] está absolutamente claro que havia um Aparelho Ideológico de Estado dominante, a Igreja, que concentrava em si não apenas as funções religiosas, mas também as escolares e grande parte das funções de informação e da “cultura”. Não foi por acaso que toda a luta ideológica, desde o século XVI até o século XVIII, a partir dos primeiros choques da Reforma, concentrou-se numa luta anticlerical e anti-religiosa; isso se deu precisamente em função da posição dominante do aparelho Ideológico de Estado religioso.

É na escola, através do aprendizado, das ferramentas de punição, dos projetos e das relações interpessoais que se reproduz as relações de produção, banhado pela ideologia das classes dominantes. A formação social capitalista se estabelece e se desenvolve, ou seja, reproduz-se finalmente as relações entre

⁹ O projeto de reorganização do governo do estado se baseia na divisão das escolas por ciclos, o que causaria fechamento de uma série de escolas, fato que gerou a mobilização das ocupações em 2015.

explorados e exploradores e vice-versa. Isto ocorre por que as relações de produção, são, em última instância, um empreendimento de classe.

Realizado através de um acirramento da luta de classes opondo a classe dominante a classe dos explorados. A luta de classes no AIE escolar e nos outros AIEs é apenas um reflexo da luta de classes que vai além desses espaços: “A ideologia que uma classe detentora do poder transforma na ideologia dominante, em seus AIEs, de fato se ‘realiza’ nesses AIEs, porém vai muito além deles, vem de outro lugar” (ALTHUSSER, 1996, p.140).

Há uma crise na educação e nos Aparelhos escolares, ela se materializa de diversas maneiras, como nas mudanças na legislação de um lado e a organização do estudantes e trabalhadores de outro. Seu cerne está no embate entre os atuais modelos de ensino e o redesenho das forças de trabalho ao nível da divisão internacional do trabalho, o que demanda novas competências e habilidades para a mão-de-obra no território brasileiro.

Crise que representa a própria crise do capitalismo e de seus modelos de produção e reprodução, o momento histórico em que vivemos deve ser acompanhado e analisado, pois são nas crises que a luta de classes e as ideologias se polarizam e abrem brechas históricas e práticas para a compreensão da realidade e de perspectivas de transformação da mesma.

A ideologia dominante endurece, transmuta-se, exemplos de reflexos são as reformas em nível federal e também estadual, há mais de duas décadas com o mesmo grupo político no poder. Althusser (1996, p.140) nos auxilia a concluir nossas concepções sobre o Estado e escola na prática social da luta de classes, materializada pelas ocupações de 2015:

Pois se é verdade que os AIEs representam a forma em que a ideologia da classe dominante tem que, necessariamente, se realizar, e a forma com que a ideologia da classe dominada tem que, necessariamente, ser comparada e confrontada, as ideologias não “nascem” nos AIEs, e sim nas classes sociais que estão em confronto na luta de classes: em suas condições de existência, suas práticas, sua experiência de luta etc.

Portanto, em tempos de crise estrutural do capital, também insere-se uma crise institucional de funções nos aparelhos escolares, já que as políticas e reformas para esses ambientes não tem sido suficientes para os novos modelos produtivos do capital. Sobretudo hoje, em que há uma aceleração da reestruturação das forças de

trabalho em nível mundial, assim vemos o aprofundamento da crise na educação, bem como seus moldes de resistência. Debateremos essa questão a seguir.

2.3. Crise na educação e a práxis social no espaço escolar como resistência ao neoliberalismo

Quando falamos de crise na educação estamos olhando para a realidade brasileira e principalmente como essa crise se desenrola em São Paulo. Concepção de crise que está intimamente ligada a tese da crise estrutural do capital (MESZÁROS, 1981).

Com a terceira revolução industrial há um processo de tecnificação e robotização nas indústrias do centro do sistema, o que tem causado a demissão de uma grande massa de trabalhadores e a demanda por novas habilidades para as reestruturações das forças produtivas. De lá para cá o capitalismo tem vivido uma sequência de crises e reestruturações como tentativa de expansão e de reformulação do sistema, um verdadeiro espraiamento do capital.

Vivemos esse momento novamente, após o golpe de 2016, a pauta capitalista para o Brasil se resume a agenda neoliberal, imposta de forma incompleta na década de 90. Frutos da resistência e contestação popular na defesa do setor público, das riquezas e da soberania nacional. No que tange ao sistema educacional Baruel (2013, p.25) diz que

as lutas por um sistema educacional desvinculado do ideário capitalista não foi vencedora, porém devemos pontuar que, ainda nos dias atuais, há focos de resistências em prol de uma educação que abarque as necessidades dos trabalhadores e lutas de movimentos sociais que almejam uma educação emancipadora

Dentro da escola as ocupações de secundaristas representam esse leque de resistência e contestação à crise, mas o capitalismo não pode parar de se expandir e torna-se urgente aprofundar as reformas neoliberais. Pautado pelo eterno discurso de melhoria e enxugamento da gestão pela melhoria da qualidade de ensino.

A pauta é urgente para os capitalistas que precisam expandir suas produções à periferia do sistema, onde encontra-se trabalho simples e dessa forma taxas de lucro mais elevadas. Portanto a tese defendida é que a crise na educação que se molda desde a terceira revolução industrial ainda não foi superada, pelo contrário, foi aprofundada.

A crise atinge todos os níveis de consciência no espaço escolar, de funcionários e professores, a estudantes e comunidade e assim uma gama de contradições escancaram-se aos nossos olhos. As ocupações resumem essa análise, como Gadotti (1998, p.23) quando diz que “Há uma crise na educação, crise de suas finalidades, que não é apenas reflexo da crise da sociedade”.

Esse reflexo se dá no processo de expansão do capital, no redesenho da Divisão Internacional do Trabalho, ou seja, na cadeia produtiva os grandes conglomerados do capital se deslocam para as periferias do sistema em busca de trabalho simples, que se expressa por meio de processos de terceirização. A Reforma Trabalhista responde a essa demanda e as reformas na educação como a do Ensino Médio e a implantação da nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) vem para complementar a nova realidade do trabalho. Bruno (2001, p.551) nos ajuda a entender:

Que o processo formativo no interior dos sistemas de ensino não tenha se reduzido a uma ação do capital, o atestam as incontáveis revoltas de estudantes e lutas de professores, especialmente a partir dos anos de 1960 nos Estados Unidos e Europa e, no Brasil, nos anos de 1980. Essas lutas, aliadas às novas exigências de qualificação e de um novo modelo disciplinar decorrente da reestruturação produtiva, levaram à crise da educação no mundo ocidental e obrigaram o capital a repensar o papel da escola e suas formas de funcionamento e regulação

No estado de São Paulo essas novas formas de funcionamento serão refletidas em uma série de políticas do governo que visam alinhar os processos educativos com a demanda do capital, simplificando a aprendizagem, descolocando o foco do conteúdo para as competências. Abordaremos essas políticas dos governos do PSDB com maior profundidade no próximo capítulo. Meszáros (1981, p.264) relaciona os fatos dizendo

que a divisão do trabalho simplifica de forma extrema o processo de trabalho, diminui de muito a necessidade de uma educação adequada, em lugar de intensifica-la. Assim, de acordo com as necessidades do sistema de produção dominante, o nível geral de educação não é melhorado, mas piorado.

A transição da escola para acompanhar as mudanças nas relações de produção é conflituosa, pois as ideologias e as práticas de um momento anterior entram em confronto com o novo momento. Por exemplo, o projeto de reorganização

escolar do governo de São Paulo visa reformular os espaços escolares e privatizar o processo de ensino, demanda do capital para os países periféricos.

Porém o que vimos foi um levante dado nas ocupações de escola, ou seja, quando Althusser coloca a escola como palco da luta de classes. Na crise de finalidades da educação há acirramento e polarização de ideologias e no espectro da luta de classes, novas práticas que levam ao espaço escolar diferentes valores, significados e funções.

A crise no aparelho escolar ainda não findou, aprofundou-se, na esfera federal reformas e legislações que tentam enquadrar a educação às exigências dos mercados, no Estado de São Paulo uma gama de políticas que também aprofundaram as contradições existentes. Há contestação, seja na forma de violência escolar, como forma de percepção individual dos estudantes, ou na forma organizada como foram as ocupações de escolas, onde todos os segmentos do espaço escolar estiveram envolvidos, protagonizados por estudantes, mas com apoio de professores e comunidade.

Na janela histórica abrem-se possibilidades de luta, como temos visto desde 2013, quando a crise econômica internacional demanda diversas ações para o território brasileiro. Golpes, autoritarismo do judiciário, reformas em todos os âmbitos, mas deve-se aproveitar o momento, pois ao finalizar um processo de reestruturação das relações de produção a nível mundial, geralmente temos uma situação de forte alienação à simplificação do trabalho, como demonstra Mészáros (1981, p.264):

Quando a divisão do trabalho é levada à perfeição, todo homem tem apenas uma operação simples a realizar; a ela se limita toda a sua atenção, e pela sua mente só podem passar poucas ideias que não tenham uma ligação imediata com o trabalho simplificado que o cabe.

Mészáros explica que ao final de uma reestruturação produtiva há uma mudança na concepção das pessoas sobre seu trabalho e função, ou seja, há o estabelecimento de uma nova etapa da ideologia dominante, que imerge a classe trabalhadora, agora com menos direitos, na nova realidade.

E portanto a crise não se resume ao aparelho escolar, e sim ao próprio modo de produção capitalista (MÉSZÁROS, 2003), pois “a crise de hoje não é simplesmente a de uma instituição educacional, mas a crise estrutural de todo sistema da “interiorização” capitalista” (MÉSZÁROS, 1981, p.270).

Interiorização diz respeito a todos os aparelhos ideológicos que enculcam as relações de produção, ou seja, a ideologia dominante encontra-se balançada, em conflito, mergulhado nas contradições da crise e por isso a reação e contestação como foram as ocupações. A percepção sobre a escola, suas funções e significados enquanto Aparelho Ideológico de Estado já são interiorizados de forma distinta às vontades do capital. A luta de classes mostra-se como o motor necessário às experiências históricas da classe trabalhadora através da práxis social e espacial.

Desequilíbrio esse que vai muito além do espaço escolar, ela atinge toda a sociedade, muitas vezes na forma de barbárie social, mas também como lutas sociais, práticas que transformam a sociedade e sua relação no espaço. Esse desequilíbrio se reflete nas atitudes estudantis, em forma de violência, depredação, que como Lucia Bruno (2011) disse, significa uma revolta insconsciente e não organizada contra a estrutura, pois como explica Mészáros (1981, p. 273),

as várias estruturas hierárquicas da sociedade, que no passado tiveram importância vital na determinação da orientação mais jovem, agora, por várias razões (a que voltaremos adiante), mostram-se não só ineficazes em sua função de orientação de valor, mas também se constituem em alvos claros para oposição ativa e radical

Neste últimos anos é exatamente isso que se apresenta nas escolas, claro que de forma desorganizada, através da violência, pois os estudantes não confiam mais no papel da escola como suporte para um futuro diferente do emprego de baixa qualificação, ao subemprego e ao desemprego ao qual muitos são fadados.

Outros momentos essa oposição ativa e radical é organizada, orientada por uma ideologia política que defenda direitos, que defenda a escola como espaço público de troca de vivência e mais. As ocupações de 2015 mostraram contestação a estrutura escolar, deram novos valores, mesmo que o Estado por fim retomasse suas políticas e o poder total sobre a escola. O maior ganho nesse sentido foi imaterial, pois a estrutura das escolas paulistas continuam a mesma, tanto na sua organização quanto no funcionamento. Como veremos no capítulo adiante, aprofundou-se a centralização do Estado. Mészáros (1981, p.273) nos faz pensar sobre essa questão:

A “contestação” da educação, no sentido mais amplo, é o maior desafio ao capitalismo em geral, pois afeta diretamente os processos mesmos de “interiorização” através dos quais a alienação e a reificação puderam, até agora, predominar sobre a consciência dos indivíduos.

Entendemos que os processos de interiorização, que também pode ser lido como inculcação da ideologia dominante e das relações de produção, ou seja, a alienação do trabalho nem sempre são supremos, na crise eles tornam-se evidentes em alguns casos, em outros reforça-se, é nisso que se baseia a disputa ideológica e material nos aparelhos de interiorização.

Por fim entende-se que a escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado, em crise há algumas décadas, desde a entrada da globalização e do neoliberalismo no Brasil. Período em que o Estado lança de reformas e programas afim de reformar a educação, o que só tem aprofundado a crise e também os processos de luta. Enquanto práxis social, educando e ensinando, aprofunda os processos de conscientização de classe, porém há contradições e esse fenômeno não é homogêneo a todos os indivíduos, no caso, os estudantes.

O conhecimento que para Mao Tse-Tung (2008, p.65) “depende da prática social, isto é, depende da luta de classes” mostra a riqueza e a experiência que foram as ocupações de escolas, movimento que vai escancarar a crise, por muito tempo aprofundada pelos governos de SP, na tentativa de reformar o sistema de ensino às exigências do capital. Veremos no próximo capítulo as reformas que os governos do PSDB implantaram no Estado de São Paulo, tentando evidenciar o choque de interesses que levou ao aprofundamento da crise na educação.

3. MELHORIA DA EDUCAÇÃO OU APROFUNDAMENTO DA CRISE? AS REFORMAS DO PSDB PARA A EDUCAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO A PARTIR DE 2006.



Figura 2: Representação da política de enxugamento do governo paulista.

Fonte: Marxismo.org (Disponível em <https://www.marxismo.org.br/content/governo-alckmin-superlota-e-fecha-milhares-de-salas-de-aula-em-sp/>). Acesso em 21/05/2018.

A crise na educação é uma crise de finalidades, de interesses e concepções que nascem na luta de classes e reflete da crise do sistema capitalista de produção. Não é o olhar conceitual e ideológico utilizado pelos governos paulistas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), desde o início de sua trajetória no poder, em 1995. Sua concepção vem calcada pela ideologia neoliberal que explica a crise pelo mérito do indivíduo (a clientela) e má gestão dos espaços escolares, além da má distribuição de recursos. Essa explicação neoliberal é dada por Moura (2013, p.35):

A disseminação de conceitos neoliberais, como eficácia, eficiência e produtividade faz parte da construção de um senso comum que assemelha a escola às empresas capitalistas, pois explicam a crise das instituições escolares a partir do conceito de produtividade. Dessa forma, a crise da escola pública, a partir do discurso neoliberal, é uma crise de improdutividade das práticas pedagógicas e uma crise de gestão que deve ser modificada através do desenvolvimento de mecanismos que sustentam as empresas privadas, como a meritocracia e o esforço individual.

Diversas vão ser as políticas de reformas dos governos paulistas para tentar resolver a crise e aumentar os índices nacionais de qualidade de ensino e aprendizagem, o que vemos é um enxugamento da gestão pública em relação a escola e a ampliação de parcerias público-privadas no que tange a gestão de serviços dentro do espaço escolar. É uma receita que vai guiar todas as tentativas de reorganização da escola, mas o que constataremos ao longo capítulo é o aprofundamento da crise da educação, até seu ápice, quando eclodem as ocupações. Sobre esse processo, Moura (2013, p.49) observa

que as políticas públicas educacionais, desde então, são pautadas por essa visão influenciada diretamente pelo modelo neoliberal, tendo como palavras de ordem a eficiência, eficácia, redução de gastos, qualidade e produtividade.

Buscaremos neste capítulo mostrar como as medidas de cunho neoliberal aplicadas pelos governos paulistas tem aprofundado a crise na educação. O aprofundamento dessa crise tem motivações macroeconômicas e de estratégia geopolítica, ou seja, a privatização do ambiente escolar e de seus setores, processo já iniciado pelos governos PSDB. Adrião (2009, p.108) explica:

A esfera educacional responde às exigências acima indicadas por meio da adoção de distintas políticas de convênio e parcerias: comprando material apostilado, adquirindo sistemas de gestão elaborados por instituições com ou sem fins lucrativos, ampliando as matrículas custeadas por recursos públicos em instituições privadas, além da terceirização de merendas e contratação de funcionários que não integram o quadro do magistério.

Entende-se que através das reformas na educação, os estudantes aprofundam sua percepção negativa na relação escola-futuro. Estes se encontram cada vez descrentes com um futuro universitário, ou em um bom emprego, a percepção dos estudantes torna-se incerta em relação ao futuro. Percebem-se como mercadoria, com ausência de emoções, opiniões e ações na perspectiva escolar.

Como vimos anteriormente o aprofundamento da crise e da percepção negativa dos estudantes leva a revolta, geralmente individualizada na forma de violência, e no seu ápice, a uma revolta organizada, apesar de autonomista, como foram as ocupações.

Portanto será analisado as reformas e legislações a partir de 2006, buscando na percepção estudantil elementos que expliquem o aprofundamento da crise na educação, a qual faremos uma análise, com maior profundidade no processo da Reorganização Escolar de 2015

3.1. Breve resumo: As políticas educacionais anteriores a 2006.

Nosso foco não se dá nesse período, mas é preciso apresentar brevemente as medidas que o governo paulista implantou durante esse período. Houveram mudanças significativas, inclusive um modelo de reorganização escolar, que na época não teve resistência estudantil, talvez pelo momento político da década de 90 não estar tão acentuado como no período atual, marcado pelas experiências de 2013 e pela experiência chilena. Afirmamos que as políticas desse período representam a entrada e ascenção da ideologia neoliberal enquanto orientador da reforma do Estado nos anos 80 e 90 e consequentemente das políticas educacionais.

O quadro foi organizado para apresentar as principais medidas tomadas pelo governo no que tange a reorganização da educação que segundo Sanfelice (): “Na prática, a reforma educacional paulista ensejada pelo PSDB teve suas mais profundas intervenções no governo de Mário Covas, com a secretária de educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva”.

PERÍODO	GOVERNADOR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MEDIDA ESTATAL
1995	Mario Covas	Rose Neubauer	Reorganização escolar
1996	Mario Covas	Rose Neubauer	SARESP
1997	Mario Covas	Rose Neubauer	Progressão continuada
2001 – 2006	Geraldo Alckmin	Gabriel Chalita	Discurso do governo solidário, empreendedor e educador.

Quadro 1: São Paulo - Políticas educacionais no período 1995-2005.

Fonte: Moura (2009), Adrião (2009), Sanfelice (2010)

Tais medidas obedeciam um momento em curso na América Latina, um novo discurso de desenvolvimento: A globalização, e portanto traziam consigo as narrativas voltadas a melhoria da gestão através de descentralização administrativa e da otimização e racionalização de recursos públicos (materiais e humanos).

A primeira medida introduzida foi a Reorganização escolar, nos mesmos moldes que observamos na tentativa de reforma em 2015. Com fechamento de escolas e salas, além da separação das escolas por ciclos. Moura (2013) diz que em menos de 1 ano, mais da metade das escolas tinham sido reorganizadas, com saldo de 77 escolas e 8.016 classes fechadas.

Aliada a reorganização o governo faz uso da política de municipalização de escolas, o que reforça o discurso da Secretaria de educação no que diz respeito ao enxugamento de gastos e descentralização da administração. O resultado foi a demissão de milhares de professores e o deslocamento de milhares de alunos entre escolas e redes de ensino.

Não obstante, em 1996, instaura uma medida de centralização na avaliação, demanda da globalização para medir a qualidade da educação através de índices entre os países. A criação do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) representa perda de autonomia em relação aos conteúdos ensinados e a formas de avaliar que a escola e cada professor apresentam, dando caminho para futura organização de um currículo único.

Tal política impacta, hoje, a percepção negativa dos estudantes, podemos constatar na fala de um estudante de 3º ano do Ensino Médio da Escola Maria do Carmo quando questionado sobre o que mais lhe incomoda no ambiente escolar: “Provas do governo, acho desnecessário eles querem saber se a gente sabe algo e assim pioram os estudos, pois querem pessoas burras.”

Constatamos na fala do estudante que as políticas do estado de São Paulo para a educação existe para minar o aprendizado de conteúdos, pois como visto, para o estudante a avaliação externa serve como instrumento para simplificação e precarização dos processos de ensino e aprendizagem.

No ano seguinte a educação paulista recebe seu maior golpe enquanto política de Estado: A progressão continuada¹⁰, segundo Moura (2013) tal medida traz desmotivação para professores e alunos, podemos observar isso na fala de dois estudantes de 1º ano do Ensino Médio da Escola Maria do Carmo quando questionados sobre a relação de confiança nas políticas estatais para realização de seu futuro pessoal e profissional. Ambos respondem que não confiam nas políticas

¹⁰ O projeto além de dividir o ensino por ciclos, permite a promoção de estudantes para a próxima série apenas com a premissa baseada na frequência de 75%, segundo a Lei de Diretrizes e Bases, no artigo 24. Para mais, ver Baruel (2009, p.82).

do governo estadual e justificam dizendo que “com as políticas do governo, alunos são empurrados e passam sem saber.” E ainda que “as pessoas são empurradas e chegam ao ensino médio sem encinamento¹¹”.

Januario (2014)¹² discorre sobre a progressão continuada como uma aliança com o ensino privado, pois

definitivamente esse seria um passo que extinguiria a possibilidade de qualidade educacional nas escolas públicas paulistas, induzindo as famílias com melhores condições financeiras a migrar seus filhos para escolas particulares.

Moura (2013, p.83) quando comenta sobre as consequências da progressão continuada afirma que “A falta de pré-requisitos compromete o processo de aprendizagem, pois muitos alunos permanecem sem saber ler, escrever e fazer as operações básicas até o fim do ensino médio”. Tal fato explica o desânimo e autosabotagem dos estudantes durante o processo de aprendizagem.

Na escola, enquanto fábrica social, a política de progressão continuada representa a demanda da simplificação do trabalho, pois produz em larga escala e em alta velocidade mão de obra pouco qualificada e sem a aquisição de uma gama de saberes e conteúdos de habilidades menos alienadoras.

O período entre 2001 e 2006 é marcado pela gestão Alckmin, até o momento o governador com maior tempo a frente do governo do estado de São Paulo. Segundo Moura (2013) essa gestão apresenta-se como solidária, empreendedora e educadora. É a narrativa do PSDB, de se apresentar como gestores dinâmicos e preparados para atender as demandas da globalização no que condiz a aplicação das reformas “necessárias”.

Este governo dá continuidade as políticas anteriores e continua o enxugamento de gastos. O programa Escola da Família é um exemplo, pois abre as portas da escola aos finais de semana, oferecendo lazer e pequenos cursos aos estudantes e comunidade escolar, porém através de voluntários e universitários sem vínculo empregatício, inclusive em muitas escolas há reforço de português e matemática aos finais de semana, ministrado por voluntários.

Outro ponto é a instituição da bonificação de professores por resultados, que volta todo trabalho docente aos conteúdos do SARESP, retirando mais autonomia

¹¹ A transcrição foi feita integralmente, por isso foi preservado o erro ortográfico.

¹² Disponível em <https://teoriaedebate.org.br/2014/10/21/investimento-em-educacao-no-brasil-e-em-sao-paulo/> (acessado em 20/07/2018)

tanto do ensinar, quanto do aprender, pois os estudantes não podem demandar conteúdos, assuntos e temas que queiram trabalhar, foge do roteiro de aprendizagem que deve ser trabalhado na escola em curto período de tempo.

A intenção não é questionar a qualidade dos projetos oferecidos aos finais de semana e sim a política de enxugamento de gastos, aliado ao discurso da melhoria na qualidade das escolas, no eixo gestão-qualidade de ensino. Noma & Lara (2007, p. 14) sintetizam os objetivos de tais políticas:

Nesse processo, entrou em cena a política de descentralização como uma das estratégias utilizadas pelos reformadores para estimular a participação da sociedade civil, que passou a assumir responsabilidades pelo financiamento e execução dos serviços educacionais.

Esse primeiro momento do governo PSDB em São Paulo representa o início de um projeto neoliberal de longo prazo, que até o momento continua em andamento. O saldo das primeiras reformas que visam a descentralização de gestão foi a perda da autonomia do professor e do estudante, a mudança na estrutura escolar através da reorganização e a queda de qualidade de ensino e da percepção positiva da escola, trazendo desconfiança e violência por parte dos estudantes.

A perda da confiança por parte dos estudantes em relação a escola é um reflexo da crise que se aprofunda na sociedade e consequentemente na educação. Adiante veremos como os governos de São Paulo prosseguem com políticas que tentam solucionar os problemas criados na própria gestão do partido com as reformas apontadas aqui aprofundando de maneira significativa a insatisfação dos setores inseridos na educação.

3.2. As políticas pós 2006 e o aprofundamento da crise: Rumo a nova reorganização escolar.

As políticas educacionais desse período vão representar reestruturações na busca pelo aumento da qualidade através dos índices no IDESP. A nova secretaria de educação, Maria Helena Guimarães Castro se apresenta como a principal portavoz do neoliberalismo no que diz respeito a aplicação de reformas e mudanças advindas do centro do capitalismo.

Essas políticas vão se dar na tentativa de solucionar os problemas gerados nas gestões anteriores do PSDB (MOURA, 2013), onde as políticas de

descentralização de gestão, de centralização da avaliação e da progressão continuada serão os expoentes da queda na qualidade de ensino e do aumento na violência escolar e consequentemente na percepção negativa que tomam os estudantes em relação à escola e suas políticas.

É o aprofundamento da crise que se alastra nesse período através das políticas e reformas que serão apresentadas no quadro.

PERÍODO	GOVERNADOR	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	MEDIDA ESTATAL
2007	José Serra	Maria Helena Guimarães Castro	Plano de Metas ¹³
2007	José Serra	Maria Helena Guimarães Castro	Recuperação da aprendizagem – ciclos finais
2007	José Serra	Maria Helena Guimarães Castro	Reorganização da progressão continuada
2008	José Serra	Maria Helena Guimarães Castro	São Paulo faz escola – Reorganização curricular
2008	José Serra	Maria Helena Guimarães Castro	Índice de Desenvolvimento da Educação do estado de São Paulo.
2010	José Serra	Paulo Renato Souza	Informatização via terceirização
2011-2012	Geraldo Alckmin	Hermann Voorvald	Programa Educação – Compromisso de São Paulo
2013 - 2015	Geraldo Alckmin	Hermann Voorvald	Ampliação das escolas de tempo integral

Quadro 2: São Paulo – Políticas educacionais pós 2006.

Fonte: Moura (2013); Adrião e Garcia (2016).

Org.: Cunha (2018)

A primeira medida, o plano de metas apresenta medidas que buscam a melhoria da qualidade frente a precarização da escola através da sua massificação. Algumas metas importantes precisam ser destacadas para que se evidencia seu papel na crise da educação. A erradicação do analfabetismo não foi possível,

¹³ Estado lança 10 metas para a educação até 2010. Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/estado-lanca-10-metas-para-a-educacao-ate-2010/> (Acesso em 23/05/2018)

criando uma gama de analfabetos funcionais que os mergulha nos aspectos da violência escolar, já que sem a capacidade de leitura esses estudantes se veem mais excluídos do processo educativo e consequentemente da chance de um futuro de possibilidades.

O segundo ponto do Plano de Metas se expressa nas próximas duas políticas da secretaria de educação, implantado uma recuperação para as 2^a, 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^º ano do ensino médio. Segundo Moura (2013) essas medidas baseiam-se no eixos português-matemática, já visando a mudança da perspectiva educativa com objetivo de produzir rapidamente mão de obra barata. Por esse motivo reorganiza-se a progressão continuada por ciclos, dividindo-se nas séries citadas acima. Mesmo com a possibilidade de retenção nessas séries, as orientações para recuperação e a pressão da gestão escolar acaba passando a maioria dos estudantes, mesmo que continuem sem saber quase nada, tal fato aprofunda a crise na medida que não melhora a qualidade da educação.

Por fim o Plano de Metas ainda previa reformas, melhoria na infraestrutura e aplicação de investimentos, fato que atingiu apenas algumas escolas para servirem de modelo de marketing para o governo do estado.

Segundo Moura (2013) a principal política desse período foi o programa “São Paulo faz escola” centralizando o currículo nas perspectiva do SARESP e desenvolvendo a pedagogia das competências e habilidade e o olhar da escola para o jovem na forma de “capital humano”. Em 2008 essa política se expressa na forma do Jornal do aluno, transmutando no caderno do professor e do aluno que segundo Moura (2013) são receitas prontas das aulas a serem dadas, bem como as habilidades e competências a serem desenvolvidas. Moura (2013, p. 86) explica esse olhar dizendo que

Os Cadernos do Professor geraram muita insatisfação, pois a medida retira a autonomia do professor de preparar sua própria aula e encaminhá-la, além de ser algo produzido sem a colaboração dos professores, ou seja, uma mudança que teve que ser acatada e que veio *de cima para baixo*.

Tais medidas trazem a percepção ao estudante de um professor sem vontade de ensinar, de um professor que não precisa de conhecimento, pois ele já está dado e entregue, isso amplia a violência entre estudante e professores, pois o jovem se vê cada mais em um meio sem oportunidades, sem sociabilidade e sem liberdade de expressar, pois os conteúdos não podem ser questionados. Ainda em 2008, com a

instituição do IDESP aliado ao novo currículo a imposição desses conteúdos pautadas em habilidades e competências se torna a principal política de Estado em conformância às demandas de reorganização produtiva do capital.

A partir de 2010 as parcerias público-privadas do governo ampliam a informatização das escolas junto à “Fundação Positivo”, responsável por gerenciar as salas do “Acessa escola”, representando mais enxugamento e descentralização na gestão.

Segundo Moura (2013) até o fim da década de 2010, São Paulo não apresentou avanços expressivos nos principais rankings educacionais, pois são reflexos dessas políticas neoliberais de precarização da educação. As palavras de Sanfelice (2010, p. 149) resumem o período:

Dentre as principais ações a serem tomadas propõe-se: implantação do Projeto Ler e Escrever usando universitários bolsistas atuando como professor auxiliar nas séries iniciais de alfabetização para apoiar o professor regente e aprimorar sua formação profissional no âmbito do trabalho; implantação de ciclos de 2 anos no primeiro e segundo segmento do Ensino Fundamental; divulgação das propostas curriculares e expectativas de aprendizagem para *todas* as séries e *disciplinas* do Ensino Fundamental e Médio; recuperação intensiva ao término do 1º e 2º ciclos, na 8ª série e ao final do Ensino Médio; diversificação curricular do Ensino Médio com uma base comum de conteúdos e competências e habilidades técnicas profissionalizantes; parcerias com o setor privado para certificações em computação e língua estrangeira; política de municipalização de 1ª a 4ª séries com controle de qualidade com vistas à implantação do Ensino Fundamental de 9 anos; a boa gestão, cumprimento das metas, ganhará incentivos na remuneração da equipe de profissionais; 100% das escolas receberão laboratórios de informática, materiais de apoio ao ensino de ciências e as salas dos professores terão computadores, impressora e ambientes de multimídia.

Essas medidas vão orientar as políticas que vão adentrar a atual décadas nas mãos do Secretário Paulo Renato Souza (2009-2010) e Herman Voorvad (2011-2015), até o momento mais profundo da crise na educação através da reorganização escolar.

Em 2011 Alckmin retorna à frente do estado mais rico da federação e nomeia Hermman Voorvald para comandar a secretaria da educação. A primeira medida é a instituição do “Programa Educação-Compromisso de São Paulo”. O dito programa segundo Adrião (2016), voltava a perspectiva da educação a uma visão empresarial

na gestão dos “negócios educativos”, e portanto amplia a parceria com diversas entidades privadas e filantrópicas. Adrião e Garcia (2016, p. 171) lista essas parcerias:

No caso da educação paulista, o Programa conta com a participação direta de 16 organizações dessa natureza: Instituto Natura, Fundação Victor Civita; Fundação Lemann; Instituto Unibanco; Comunidade Educativa, Cedac; Instituto Hedging-Griffo; Fundação Itaú Social; Instituto Tellus; Parceiros da Educação; Fundação Educar D'Paschoal; Fundação Bradesco; Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC); Instituto Península; Fundação Arymax; Consultoria Internacional McKinsey & Company

Até o presente momento é a expressão mais avançada do neoliberalismo no ambiente escolar. É uma verdadeira transposição de recursos públicos para incentivar a gestão das escolas pela iniciativa privada. Os investimentos passavam os 400 mil reais (ADRIÃO; GARCIA, 2016).

Este programa é um ponta pé para aplicação e ampliação das escolas de tempo integral sob o aspecto dessas parcerias público-privadas na gestão dos diversos espaços escolares que serão utilizados por essas perspectiva. Essas escolas atendem o ensino fundamental, mas principalmente o ensino médio, demonstrando o interesse nessa gestão de reformar esse ciclo, fato que via se imprimir no projeto de reorganização escolar em 2015.

Com saldo de transformação do ambiente escolar em um ambiente empresarial, a transposição de recursos públicos visando a descentralização da gestão e a perspectiva do estudante como capital humana orientam as políticas estatais que aprofundam a crise na medida que a qualidade de ensino cai e aumenta-se a violência nas escolas.

O neoliberalismo não se mostrou eficiente em nenhum desses aspectos, pois ampliou a revolta estudantil, tirou autonomia de professores e estudantes tornando o ambiente escolar um lugar de pouca liberdade e democracia. O ano de 2015 vai representar a imposição da política de reorganização escolar, visando mais cortes de gastos e descentralização, fato que transpõe a revolta estudantil em um movimento organizado.

3.3. A reorganização escolar e o ápice da crise.

E os jovens do ensino médio que é minha grande preocupação. Porque nós temos na rede hoje 433, perdão, 377 escolas de ensino médio, é muito pouco! O ensino médio é de responsabilidade do estado [...] E o ensino médio é o final da educação básica, e a grande maioria dos jovens ingressam no mercado de trabalho. O estado de São Paulo está trabalhando em uma reformulação do ensino médio, então é importante que se amplie as escolas de ensino médio, única e exclusivamente de ensino médio, para que tenha espaço apropriado para que esse jovem construa a formação ao longo de três anos e esteja preparado para o ingresso no mercado de trabalho ou nas universidades". Herman Voorwald, Secretário de Educação.

Logo antes das 7 horas da manhã do dia 23 de setembro de 2015 os paulistas recebem a notícia da Reorganização Escolar pela boca do então secretário de educação Herman Voorwald, em entrevista ao "Bom Dia São Paulo". É perceptível a compreensão do PSDB de que o partido voltaria ao poder federal no futuro, todas as políticas de São Paulo foram pensadas de forma a servir de modelo para a esfera federal¹⁴ quando isso ocorresse.

A exemplo, o secretário já dava indícios de que o foco ideológico da reorganização escolar era reformar o ensino médio. Na linha econômica a Secretaria de Educação declarara na Folha de São Paulo de 19 de novembro de 2015, já durante o movimento de ocupações, que faria um corte de 2 bilhões de reais de "gastos". Januário et al (2016, p.) explica os objetivos que são de "pagar a dívida pública com os bancos que o governo adquiriu ao longo das suas duas décadas no poder implantando um projeto político que beneficia as empresas". Alienação e enxugamento de gastos foram a coluna dessa política.

A mudança proposta tinha a intenção de dividir as escolas por ciclos únicos: Fundamental I, com grande intenção de municipalização o que representa enxugamento também da gestão de escolas; Fundamental II e Ensino Médio. Seriam 1464 das 5147 (SÃO PAULO, 2015) escolas receberiam ciclo único, e segundo a Secretaria de Educação 311 mil estudantes teriam que mudar de escola, além da mudança de local de trabalho para 74 mil professores, tais números se

¹⁴ Maria Helena Guimarães de Castro, secretária de educação de José Serra, responsável pelo São Paulo faz escola, programa que centraliza o currículo. Com o golpe de 2016 ela assume a secretaria executiva do Ministério da Educação levando para a esfera federal as propostas para BNCC e o modelo de Reforma do Ensino Médio. Destaca-se ainda a política neoliberal da secretaria na defesa da cobrança de mensalidades em universidades públicas e institutos federais.

sintetizam no fechamento de 155 escolas (APEOESP, 2015) e 94 nas palavras de SEE.

De caráter unilateral, a reorganização escolar já tinha narrativa ideológica e argumentos prontos à contestação da comunidade. A pasta da educação avançava com a proposta chamando para o dia 14 de novembro a participação da comunidade para expor como funcionaria o projeto e as consequentes transferências compulsórias. Este aspecto impositivo é explicado por Sanfelice (2010, p.152) que faz uma leitura dizendo que:

Embora se considere legítimo que o governo de um Estado tenha propostas no campo da educação, é necessário ponderar que tais propostas devem resultar de procedimentos democráticos coerentes com aqueles que atribuíram aos governantes o lugar que ocupam. É preciso que todos os partícipes do aparelho educativo estatal estejam envolvidos com a proposta desde sua origem, mesmo que isto signifique um mergulho em muitas contradições. Não foi o que ocorreu no presente caso e não tem sido esta a característica da política educacional do PSDB em São Paulo.

Tal fato gerou grande descontentamento na maioria de pais e estudantes, e o chamado “Dia E” não ocorreu, pois o movimento de ocupações já havia iniciado.

O aspecto de gestão dinâmica, sempre utilizado pelo PSDB em todas as reformas de educação estava presente também neste momento, usando-se de fachada democrática para impor um projeto já pronto. Januário et al (2016, p.4) detalha:

Embora a “reorganização” fosse afetar diretamente a vida dos alunos e das famílias matriculadas nas escolas onde sofreriam a mudança, suas opiniões, questionamentos, críticas e sugestões não seriam levadas em consideração. O que o governo tomou por participação democrática, na realidade, foi o envolvimento de alguns extratos burocráticos das Diretorias de Ensino e, mesmo essa participação, possuiu muito mais um caráter de execução do que um envolvimento na formulação da “reorganização” como um todo.

Foi massiva a propaganda e disseminação ideológica dos argumentos do governo para impor a reorganização. Utilizando desde os principais meios de comunicação, bem como campanhas institucionais junto as Diretorias de Ensino e Unidades Escolares. Comunidade escolar e estudantes insatisfeitos com a imposição do governo paulista iniciam uma escalada de manifestações que desemboraram na ação direta das ocupações por meados de novembro daquele ano.

Neste capítulo concluimos que as políticas dos governos PSDB, desde 1995

no poder aprofundaram a crise na educação. Corte de funcionários, precarização do trabalho docente, centralização do currículo e das formas de ensinar e aprender e o julgamento do Estado em relação a figura dos estudantes como mercadorias em produção são ingredientes para que o choque ideológico e prática se exprima na forma de revolta e violência, realidade de muitas escolas.

A reorganização escolar representa esta política de enxugamento e precarização para que a educação seja cada vez mais um nicho de negócios e lucros para o grande capital, não é a toa que instituições como o Itau, Banco Mundial, Institutos privados apoiaram veemente o projeto e portanto representa o ápice da crise da educação.

A demanda por força de trabalho vindo do centro do capital através da ideologia da globalização sob o aspecto neoliberal entra em confronto com as expectativas e percepções dos estudantes e da comunidade escolar gerando forte insatisfação e falta de confiança dos estudantes em relação a escola. Essas premissas aliadas as experiências do movimento estudantil chileno e também de ocupações em Goiás é que leva ao ápice desta crise: As ocupações das escolas estaduais.

4. DO CHILE AO BRASIL: O PROCESSO DE RESISTÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO ATRAVÉS DAS OCUPAÇÕES DE ESCOLA



Figura 3: Representação das esferas repressivas do Estado
 Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/node/11939/> (Acesso em 11/06/2018)

O movimento de ocupações de escolas explode como a materialização da polarização ideológica e prática como consequência da crise na educação. É a forma encontrada por estudantes e comunidade escolar insatisfeitos com a imposição da reorganização escolar. Essa tática de ação surge após várias outras formas de demonstrar a insatisfação, como abaixo-assinados e inclusive atos públicos, tudo em vão, o que explica a radicalização.

Os estudantes e a juventude sempre foram peça chave na luta por direitos e pela democracia no Brasil e na América Latina, a exemplo as lutas contra a ditadura militar no Brasil e a participação de juventude durante as décadas de 80 e 90 com a entrada do neoliberalismo e a proliferação de crises econômicas agudas na nossa região do continente, com privatizações e entrega de setores estratégicos. Fato que gerou lutas sangrentas em diversos territórios Latinoamericanos. Mencionamos

também 2013 que traz experiências nas novas formas e táticas da juventude e dos trabalhadores na luta de classes.

As táticas e formas de luta se acumulam ao longo do tempo e também são marcadas por dois paradigmas históricos. O do autoritarismo da ditadura e o da democracia neoliberal na era da globalização. Tais paradigmas influenciam nos modos de luta das gerações de juventude que vão se expressar de diferentes maneiras ao decorrer do tempo, des a centralidade da luta em torno de organização e movimentos sociais no período ditatorial até a ação direta e o caráter autonomista que toma as ocupações de 2015.

O protagonismo juvenil é central aqui, a energia dos jovens sempre foi visto como um termômetro de explosão das lutas sociais e a exposição da crise do capital. O movimento estudantil ainda hoje representa possibilidade de atuação e inserção no debate e na prática política, dando a eles a noção de que podem ser atores no caminhar da história. Melucci (1997) comenta que hoje os movimentos da juventude tomam outros aspectos e expressões sendo plurais e não obstendo-se apenas ao caráter de militância de rua, ligado a movimentos sociais e partidos de esquerda, como na época da ditadura. A ascenção da globalização traz novas demandas e novos meios de expressão.

Neste capítulo busca-se mostrar brevemente um histórico dentro da ditadura militar, tentando evidenciar a força da juventude e o caráter centralizado do movimento em um período sem democracia e liberdade. Na sequência atravessando os antecedentes das ocupações analisaremos as heranças da “Revolução dos Pinguins” até descrevermos e discutirmos o movimento estadual paulista, de caráter plural e autonomista.

4.1. Os antecedentes e a experiência latinoamericana.

O movimento estudantil é essencial para o desenvolvimento e a força das lutas sociais do trabalhadores, pois apresenta a energia e a coragem da juventude que sempre buscou a garantia de direitos e liberdade.

A década de 1960 representa o momento mais expressivo da luta estudantil, pois marca um período político de repressão, além do cenário econômico que vinha mudando e representando cada vez mais o alinhamento do Brasil com o capitalismo liderado pelos Estados Unidos em contra partida à ideologia socialista vindas da

guerra fria.

O movimento estudantil toma corpo com a expansão das universidades após a década de 1950, demanda dos planos de modernização nacional, aliados ao processo de consolidação da industrialização brasileira, mas também ampliando os espaços de debate e perspectivas ideológicas.

Segundo Cancian (2007) houve uma taxa de crescimento de matrículas na universidade na ordem 12,5% ano. O gráfico apresenta o crescimento no número de matrículas.

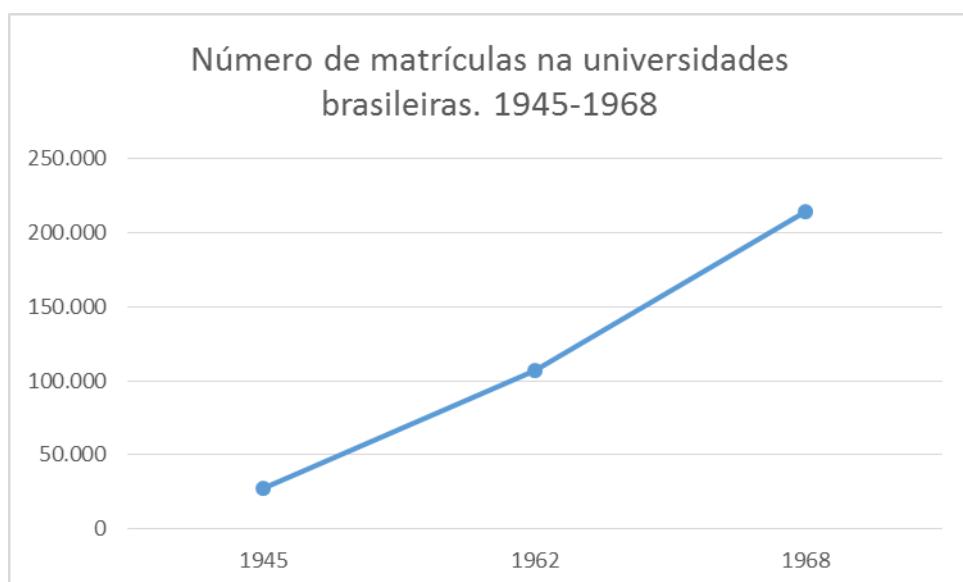


Gráfico 1: Matriculados nas universidades brasileiras/ 1945-1968
Fonte: Cacian (2007) Org.: Cunha (2018)

Durante a década de 1960 e 1970, o movimento estudantil brasileiro foi essencial na contestação, resistência e mobilização da sociedade contra o regime militar. Importante ressaltarmos o caráter centralizado em organizações e entidades de esquerda como os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE); as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE) e principalmente a União Nacional dos Estudantes (UNE) e também de movimento clandestinos alinhados à esquerda e a partidos como o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Cacian (2007, p. 35) comenta que

O aumento do número de estudantes coincidiu com o crescimento e a consolidação de novas correntes políticas no meio universitário. As novas correntes se tornaram hegemônicas e defendiam ideologias ligadas à esquerda marxista. Várias lideiras de organizações estudantis tinham afinidade com essas ideias.

A juventude inicia a luta em busca de demandas e pautas específicas das universidades e do aspecto educacional, como a ampliação de vagas nas universidades públicas, por melhores condições de ensino, contra a privatização e também em defesa da democracia e da justiça social. Tal disposição de luta vai trazer a influência do movimento para o olhar político e a denúncia do regime autoritário que se aprofundava e trazia consigo a ampliação das desigualdades sociais e suspensão de direitos. Mische (1997, p. 135) expõe o ponto alto¹⁵ desse momento:

O movimento estudantil foi brutalmente esmagado em 1968 com a prisão, perseguição, morte ou exílio da maior parte das lideranças, muitas das quais entraram em grupos clandestinos de resistência armada durante os anos 70.

O crescente descontentamento com o regime militar na forma de atos, protestos e revoltas, principalmente entre os jovens, secundaristas e universitários faz com que o regime se aprofunde na forma do AI-5 entre 1968 e 1978, a lei de segurança Nacional de 1969, foram os chamados anos de chumbo. Período se apresentou de forma obscura, autoritária e violadora dos direitos humanos.

Impõe-se um estado de exceção com controle do meios de disseminação ideológicos: mídia e a educação, censura sistemática, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimento forçado de opositores do regime. Esses rumos que o regime toma desarticulam as organizações estudantis e muitos militantes acabam por entrar na luta armada, derrotada em 1973.

No ano de 1974 representa o início de uma retomada do movimento estudantil e também das suas formas de luta, já que muitas lideranças estudantis, já na clandestinidade acabaram presas ou mortas. A nova geração de estudantes, que militaram e lideraram as frentes universitárias da década de 1970, teve pela frente o árduo trabalho de reconstruir as organizações estudantis.

Esse período da década de 1970 é marcado por um processo gradual e lento que levaria o país a redemocratização, fato que perdurou até a metade da década de 80. As ditaduras já vinham findando na América Latina, o projeto das elites voltava-se a globalização e gradual entrada do neoliberalismo como modo de

¹⁵ Em março de 1968, o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi morto pela polícia militar no Rio de Janeiro - RJ durante um protesto, o que causou comoção popular e marcou o início de intensas mobilizações contra o regime. Com receio que a Polícia Militar sumisse com o corpo de Edson Luís, os estudantes o levaram para ser velado na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Disponível em <http://ditaduranunciamais.cnte.org.br> (Acesso em 14/06/2018)

reprodução econômico e social, por isso essa abertura se dá com menor repressão que o período anterior aos anos de chumbo, era uma política de Estado.

A reorganização do movimento estudantil vai ter sua maior expressão no ano de 1977, que marca o retorno dos estudantes às ruas e às lutas políticas, tendo como resultado o resurgimento de Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e a União Estadual Estudantil (UEE) em diversos estados, concebendo a refundação da UNE em 1979, na cidade de Salvador.

Esta retomada é marcada pela mudança de paradigma que viveu o movimento estudantil no período de repressão, da força e da organização junto a movimentos e partidos de esquerda o movimento passa a se apresentar de forma plural e unido em torno das bandeiras pelas liberdades democráticas e a conquista de direitos.

Em 1984, já sob um novo paradigma, que se afasta da luta armada e da radicalização, e sem o prestígio que anteriormente apresentavam, os estudantes participaram ativamente da Campanha das “Diretas Já”, com manifestações e intervenções importantes nos comícios populares e de novas formas autônomas de se expressar não só pela atuação nas ruas, mas por expressões artísticas e intervenções em espaços públicos. O movimento volta a se na década de 1990, principalmente em 1992 com os movimentos pelo Impedimento do Presidente Collor, que logo após se dispersa e se descentraliza.

A década de 1990 é marcada pela forte onda neoliberal em toda a América Latina e vai apresentar resistência por diversos setores e movimentos sociais nos territórios, aguzidando nos primeiros anos do século XX. Nesse contexto que em 2006 ressurge com força e já com novas táticas de luta, o movimento estudantil Chileno vai contestar essas políticas no âmbito da educação e dar uma rica experiência aos movimentos de Ocupação das escolas paulistas.

Em 2006, mais de cem colégios chilenos foram ocupados por estudantes insatisfeitos com as mudanças de cunho neoliberal que advinham da “Ley Orgánica Constitucional de Enseñanza” (LOCE), gerando corte de gasto e a municipalização de muitas escolas.

Eles já estavam cansados das táticas comuns de protestos nas ruas e também por meios institucionais, não ganhavam voz e nem visibilidade. Os estudantes decidiram por ocuparem as escolas e só saírem ao fim quando o governo nacional abrisse o debate das mudanças a toda a comunidade, pais e estudantes, é

a clara tática da ação direta, característica desse novo paradigma nas lutas estudantis latinoamericanas, mas ainda com bastante envolvimento de entidades centralizadas de esquerda.

A Revolução dos Pinguins, conhecida popularmente assim, pois os estudantes usavam uniformes que remetiam a essa espécie de ave. As reivindicações se pautavam contra a abertura das políticas neoliberais da LOCE. Os estudantes exigiam desde exame gratuito de seleção para universidade até pautas locais como a reforma dos banheiros em más condições, passando pelo passe escolar gratuito e melhora nas merendas.

Após incansáveis tentativas comuns de mobilização, os estudantes só viam desgastados pelas mídia e pelo governo mostrando a necessidade mudança de tática. Tal fato se apresenta quando os alunos do Liceu de Aplicação e do Instituto Nacional ocuparam seus edifícios no dia 19 de maio, reivindicando, além das primeiras pautas, a revogação da LOCE e o fim da municipalização do ensino, heranças da ditadura cívico-militar. A tática da ação direta e orientação das pautas demonstram a evolução da consciência de classe desses indivíduos contra o projeto neoliberal que Carneiro (2015, p. 11) especifica como:

O Estado abriu mão de sua responsabilidade como educador e passou para as mãos da iniciativa privada, o que chamam de mudança do “Estado Docente” para um “Estado Subsidiário”. O que acontece por lá é que o Estado dá dinheiro para instituições privadas de educação (esse dinheiro se chama “subsídio”), mas mesmo assim elas cobram mensalidades dos alunos, tendo lucros e comprometendo o orçamento de muitas famílias. Essas medidas aumentam a desigualdade entre as classes sociais, porque fica cada vez mais difícil para os mais pobres chegarem a um patamar educacional comum a pessoas mais ricas.

O ano de 2006 foi de extrema importância para esses estudantes que se apresentam agora como atores políticos sobre as pautas educacionais. O movimento Chileno teve como ganhos a retomada de espaços públicos como as ruas, já que desde o retorno da democracia no Chile não existia uso do espaço público para manifestar-se abertamente. Os jovens estudantes contestaram de forma consciente, o lucro, o enriquecimento e as poucas oportunidades dos estudantes que não podiam escolher por uma educação melhor.

Após aquele ano há diversas manifestações estudantis que prosseguiram com essa pauta, mas nenhuma delas conseguiu realmente alterar a ordem atual de

um sistema que é diferente do brasileiro¹⁶.

O movimento dos pinguins inspirou formas e táticas que foram reproduzidas e ampliadas anos depois aqui Brasil. Métodos, como a ocupação de escolas por parte dos próprios estudantes; a organização de comissões de limpeza e alimentação, por exemplo, foram reproduzidos no Brasil, que diferente do movimento chileno apresentou formas mais horizontais e com pouca participação partidária.

4.2. As ocupações no Estado de São Paulo: Possibilidades e limites.

As ocupações chegam a São Paulo através do “Movimento O Mal Educado” e ele vai trazer uma nova perspectiva de luta baseada na disseminação de uma cartilha, chamada “Como ocupar uma escola”¹⁷, trazendo a experiência chilena para o movimento de contestação gerado no ápice da crise na educação inscrita sob a forma da política de reorganização escolar. Moraes & Ximenes (2016, p. 1080) relatam o caráter diferenciado aos aspectos do movimento estudantil apresentado até agora.

Uma das principais características da mobilização foi sua heterogeneidade: cada escola apresentou uma dinâmica política própria. Os secundaristas receberam apoio e solidariedade de diferentes grupos políticos - estudantil, sindical, partidário ou do movimento popular, mas mantiveram a postura autônoma ao longo de todo o processo de mobilização.

A heterogeneidade apresentada pelo movimento se imprime na forma de uma explosão autônoma de escolas ocupadas por todo o Estado, são mais de 200 escolas em meados de novembro, mostrando uma gama expressiva de táticas de luta que segundo Campos et al (2016, p.15) significa um momento único na história do movimento estudantil, que redefine seu papel na vida política e demonstra sua percepção ainda positiva sobre a escola, mesmo após décadas de políticas neoliberais de precarização.

¹⁶ No Chile, além de possuir escolas públicas próprias, o governo também subvencionada o estudo de crianças e de jovens de menor renda em escolas privadas, mas os estudantes consideravam as vagas nesta modalidade insuficientes. Além disso, as universidades públicas também são pagas. Para conseguir cursá-las, as famílias chilenas recorrem a bolsas ou a créditos educacionais, que começam a ser pagos de volta ao Estado ou a bancos privados anos depois da formatura, configurando uma dívida que marca o início da vida profissional de milhares de cidadãos.

Disponível: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/07/H%C3%A1-10-anos-%E2%80%98pinguins%E2%80%99-marchavam-no-Chile.-Como-isso-mudou-a-educa%C3%A7%C3%A3o> (Acesso em 17/06/2018)

¹⁷ Essa cartilha tem origem na Argentina e é traduzido pelo movimento “O Mal Educado”. A cartilha encontra-se nos anexos, ao final deste trabalho.

O mapa evidencia o papel desse movimento decentralizado e autônomo que apresenta muito mais rigor no número de escolas ocupadas conforme as ocupações se afastam da região metropolitana de São Paulo. Cidades como Iperó, Araçoiaba da Serra e Santa Cruz das Palmeiras são as que apresentam a maior porcentagem de escolas ocupadas¹⁸, chegando a 35% na proporção com o número total de municípios. Tais números evidenciam a distância de organizações centralizadoras, como partidos e movimentos sociais e a espontaneidade nas formas de luta.

Conforme o movimento crescia, aprofundavam-se as formas de luta e a ocupação do espaço público, inscritos na forma de protestos de rua, de atos artísticos e as incansáveis manifestações na internet, que deram uma popularidade positiva às ocupações, angariando apoio necessário da população e da comunidade que participaram efetivamente do movimento.

¹⁸ A lista de escolas ocupadas encontra-se nos anexos deste trabalho.

222329 744444

444719 488889

667109 233333

889498 977778

1111888 722222

7783611 055556

7672416 183333

7561221 311111

7450026 438889

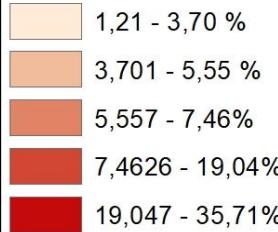
7338831 566667

7227636 654444

7116441 822222

U.F. São Paulo

Municípios Percentual de escolas ocupadas



1 Franca
2 Sertãozinho
3 Ribeirão Preto
4 Lins
5 Ibitinga
6 Matão
7 Araraquara
8 São Carlos
9 Santa Cruz das Palmeiras
10 Marília
11 Bauru
12 Jaú
13 Itapira
14 Assis

15 Cândido Mota
16 Ourinhos
17 Lençóis Paulista
18 Taquarituba
19 Piracicaba
20 Santa Bárbara Doeste
21 Americana
22 Campinas
23 Indaiatuba
24 Iperó
25 Araçoiaba da Serra
26 Votorantim
27 Jundiaí
28 Campo Limpo Paulista
29 São José dos Campos
30 Cachoeira Paulista
31 Miracatu
32 Cotia
33 Barueri
34 Embu
35 Osasco
36 Caeiras

37 São Paulo
38 Guarulhos
39 Mogi das Cruzes
40 Itaquaquecetuba
41 Poá
42 Mauá
43 Ribeirão Pires
44 Santo André
45 São Bernardo do Campo
46 Diadema
47 Santos
48 Guarujá
49 Taboão da Serra
50 Caraguatatuba
51 Jandirá
52 Sorocaba



Sistema de Projeção UTM
SIRGAS 2000 - 22 S

Fonte dos dados: APEOESP (2015), IBGE (2018)
Organizado por: CUNHA, G.S. (2018)

0 40 80 160 240 320
km

222329 744444

444719 488889

667109 233333

889498 977778

1111888 722222

7783611 055556

7672416 183333

7561221 311111

7450026 438889

7338831 566667

7227636 654444

7116441 822222

É interessante observar a herança chilena na forma de organização das ocupações, que se dá através das assembleias gerais convocadas pelos estudantes e pelo trabalho dividido pelas comissões eleitas horizontalmente.

Nessas formas de organização que reside a tomada das escolas pelos jovens e pela comunidade escolar, que aliado ao exercício de sua liberdade e o direito de continuarem estudando em suas escolas, vão fazer se mostrar de forma efetiva nas ruas, bem como demonstra o quadro, como já dito de duas formas distintas: Atos autônomos e atos organizados.

Formas de Protesto Autônomos e descentralizados.				
Data	Cidade	Local	Tipo de ato	Qte. Pessoas
28/09/2015	Rancharia	Escola Estadual Dom Antonio José dos Santos	Ato público	60
29/09/2015	Guarulhos	Escola Salem	Intervenção na escola	50
29/09/2015	Guarulhos	Escola Antônio Viana	Intervenção na escola	50
30/09/2015	Bauru	Em frente à Escola Ayrton Busch	-	100
30/09/2015	Ibitinga	Em frente à Escola Iracema de Oliveira	-	300
05/10/2015	Osasco	D.E.	Ato público	300
06/10/2015	São Paulo	CEFAM	Ato público	200
08/10/2015	São Paulo	Câmara Municipal de São Paulo	Ato público	250
08/10/2015	Diadema	Em frente à escola Adonias Filho	-	250
09/10/2015	Barueri	Caminhada do centro até Terminal Trólebus	-	300
29/10/2015	São Paulo	D.E. Leste	Alunos da Escola Salvador Alende	100
05/11/2015	São Paulo	D.E. Centro Oeste	-	500

Quadro 3: Atos autônomos e descentralizados.

Fonte: Campos et al. (2016). Org.: Cunha (2018).

Os protestos e atos foram fortes no interior e nas cidades da grande São Paulo, sendo esses na ordem de centenas de manifestações de pequeno a grande porte ao longo das duas primeiras semanas que marcaram o movimento de ocupações de escola. Esses atos assumiam uma perspectiva espontânea na medida que nas primeiras semanas a energia e disposição de

luta era grande entre os secundaristas. Lembrando que anterior ao 09/11, quando se inicia o movimento, os estudantes já haviam feito diversas formas de protestos para expor a insatisfação com a reorganização escolar, como mostra a figura.

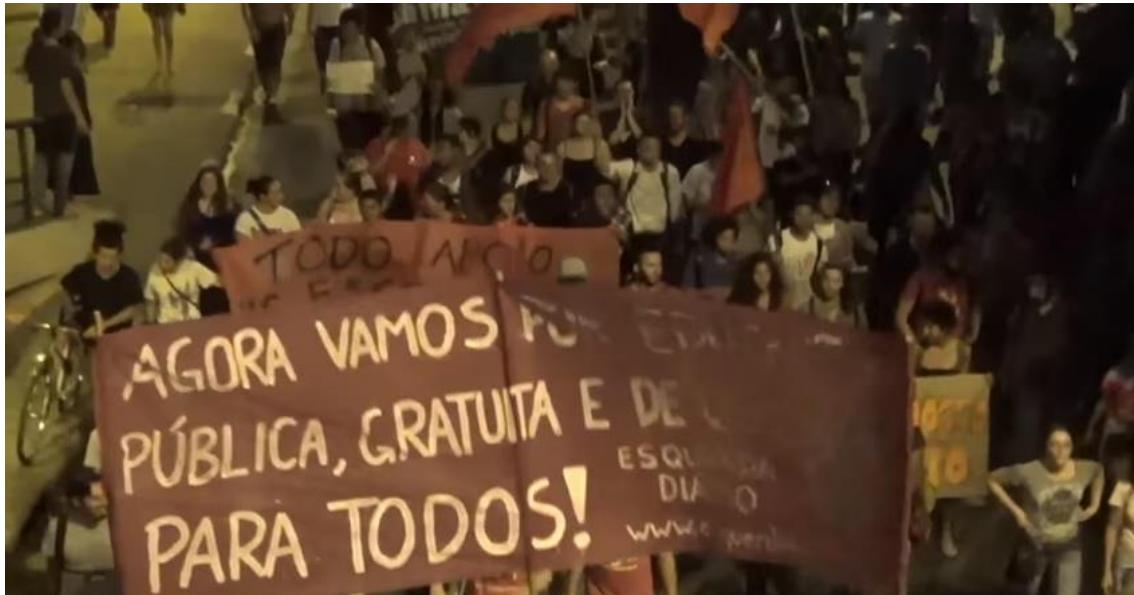


Figura 4: Protesto em 06/10/15 contra o Projeto da reorganização escolar.

Fonte: Página na internet “Ocupação Diadema”

Como se vê mais de 1 mês antes das ocupações os estudantes já tomavam as ruas e demonstravam suas percepções sobre o espaço escolar levavam a defesa do mesmo enquanto espaço de sociabilidade aprendizado e também retomando as ruas como espaço de expressão de opinião e de pautas. Os atos se apresentavam não apenas de maneira autônoma, mas o apoio de entidades, movimentos e frentes políticas foi importante para o crescimento do movimento nas ruas. O quadro demonstra essa análise.

Atos centralizados (APEOESP, UMES, UBES, UPES e outras entidades)			
Data	Local	Qte. Pessoas	Observações
06/10/2015	1º Ato em frente a SEE	500	
09/10/2015	2º Ato em frente a SEE	5.000	Após a nota da APEOESP com dados sobre a reorganização
15/10/2015	Palácio do Governo unido aos professores	800	Segunda quinzena já apresenta número reduzido e atos
20/10/2015	Praça Roosevelt	1.200	Grupos de oposição de esquerda ao PT
13/11/2015	Praça Roosevelt até a Praça da República	800	UBES, UPES, UMES

Quadro 4: Atos centralizados por entidades e movimentos.

Fonte: Campos et al. (2016). Org.: Cunha (2018).

Como vemos, grande parte dos atos tanto autônomos quanto organizados por entidades aconteceram antes de se iniciar as ocupações e foi tomado por repressão via Polícia Militar que reprimiu alguns desses atos. Os atos organizados expressam maior capacidade de aglomeração de estudantes, como o de 9 de outubro em frente a Secretaria de Educação, convocado pela APEOESP e entidades estudantis, reunindo mais de 5 mil pessoas.

Essa foram as primeiras reações dos estudantes frente a medida do governo Alckmin pode ser sentido na fala do estudante da E.E. Fernão Dias, na capital, Heudes, de 17 anos:

Os estudantes da rede pública estadual, estão lutando desde o dia 06 de outubro contra a reorganização escolar proposta do governo de São Paulo, mesmo com diversas manifestações que pararam a cidade e cobraram a secretaria de educação e todas as diretorias de ensino do estado, nós não fomos ouvidos e por isso decidimos ocupar as escolas.

A primeira ocupação ocorreu no dia 09/11/2015 na E.E. Diadema e logo no dia seguinte a escola do estudante citado veio a ser ocupada, em 15 dias já eram 208 escolas ocupadas segundo a APEOESP. Com as heranças do movimento de ocupações de escola no Chile e o levante da juventude em 2013 no Brasil, os estudantes, através deste movimento heterogêneo e autônomo apresentam um caráter importante na prática da luta de classes: A desobediência e a contestação que se apresenta, Gadotti (1998, p.84) comenta:

A desobediência é um instrumento privilegiado do progresso humano. Ela pode ser individual ou coletiva. Esta última também chamada de desobediência civil. Em todos os casos, é um ato de lucidez e de criticidade para o educando que o faz assumir uma postura, tornar-se alguém, libertar-se e dizer eu. É também pela desobediência que o educando, ao dizer não, diz também eu e se assume criticamente.

Essa característica impulsionou a energia necessária para que os questionamentos e as insatisfações estudantis se materializam nas ocupações de escola. Ela expressa a liberdade e novas formas de protagonismo de jovens na luta pela manutenção de suas escolas e consequentemente por uma educação de qualidade, trazendo à tona os problemas materiais e ideológicos que a escola apresenta como resultado da crise da educação causada pelas políticas neoliberais.



Figura 5: Ocupação da E.E. Fernão Dias, na capital paulista
Fonte: Cunha (2015)

A figura mostra como as pautas se estendem além dos problemas da escola e das políticas da educação, ela angaria formas de expressão e comunicação que demonstram a preocupação dos estudantes com temas contemporâneos de ordem geopolítica como a questão palestina e o poder da Rede Globo e suas formas de manipulação.

A linguagem e a comunicação são os meios essenciais de manifestação das ocupações, é um aspecto do atual paradigma das lutas da juventude, que

utilizam além das ruas, as redes e a internet, principal meio de comunicação e interação entre ocupações e sociedade. Essa possibilidade alcançou todo o movimento, onde a maioria das escolas mantinham páginas no “Facebook” e outras redes sociais, além de grupos no “Whatsapp” onde mantinham a articulação entre as ocupações.

Os questionamentos e percepções acerca do espaço escolar transmutam-se em uma consciência que emerge da dura realidade das escolas públicas paulistas, constatamos essa afirmação na fala da estudante Samanta, 17 anos, da E.E. Fernão Dias:

Eu... eu já estudei em escola particular e quando eu entrei na escola pública foi um choque de realidade né? Porque as coisas são totalmente diferentes, na escola tem aula vaga, não tem banheiro às vezes, não tem porta no banheiro, às vezes não tem privada, não tem papel higiênico, tem escola pública que não dão material, tem escola pública que não tem nem merenda e isso é um absurdo né? Porque como que uma escola, a base de formar uma pessoa vai ser tão precarizada assim.

É perceptível que os estudantes sentem as diferenças no projeto de educação para as diferentes redes de ensino (pública e particular) e que a falta de estrutura e perspectivas de qualidade em relação a escola são os motivadores da violência nas escolas, pois a escola não serve como impulsionador na superação das dificuldades de classe para esses jovens e é na prática da luta organizada que se passa a contestação de um projeto de Estado dirigido ideologicamente a determinada classe social.

Na luta há a emersão de uma reflexão sobre a escola, sobre seu papel, sua estrutura sobre o que passa nela e seu valor para a formação humana, a busca por direitos básicos e um aparato público de qualidade perpassam as lutas da classe trabalhadora e que se apresenta também neste movimento. A luta também se origina relação com o lugar, fato que instigou as emoções enérgicas de muitos a aderirem à luta. As palavras de Vinícius, 17 anos, da escola Diadema demonstram esse detalhe:

Porque quando você tá na mesma escola desde os 6 anos até os 18, 17 você começa a criar um vínculo com aquele lugar [...] quando você tem o sentimento que você pertence a um lugar fica mais fácil... é... de você construir aquele lugar, fica mais fácil de você participar.

Do sentimento do lugar à reflexão sobre a realidade é que urge a vocação ontológica do ser humano, a da ação transformadora, as ocupações de escola são um exemplo de tomada desses lugares e sua revalorização, no momento anterior usado com objetivo único de reprodução de ideologias e competências ao capital, com a suspensão das políticas de Estado ela passa a ser revalorizada, usada como espaço de luta política, de debates, de oficinas.

A sociedade civil como profissionais e universitários puderam colaborar compartilhando conhecimentos, doando aulas, sobre assuntos pertinentes a luta dos oprimidos (feminismo, homossexualidade, política, economia) assuntos que devem ser comunicados e debatidos, voltamos a comunicação como ponto chave desse novo paradigma informacional presente na luta de classe. Não só os estudantes, mas também o Estado faz uso desse instrumento, como pode ser vista na “Guerra” declarada pela SEE pelo então Chefe de gabinete Fernando Pauda em áudio vazado de reunião com dirigentes no mês de novembro, onde ele disse:

Na desinformação, eles criam a boataria e geram ridicularização. Essa é a estratégia. Na guerra de guerrilha, a gente tem que pegar os instrumentos para também guerrear. Qual é o nosso melhor instrumento? A informação. A ação política, nós vamos brigar até o fim, né... e vamos ganhar. E vamos desmoralizar e desqualificar o movimento.

Essa foi a tática que a SEE utilizou para tentar barrar o avanço das ocupações, já que a reintegração de posse desses locais seria negativa a imagem do governador que já contava com altos índices de reprovação. Desqualificar o movimento, mandar pessoas anônimas depredarem as escolas, com o intuito de, através da grande mídia, reproduzir uma narrativa de criminalização ao movimento, ou seja, de que os estudantes eram vândalos e estavam depredando as escolas, usando drogas e praticando orgias sexuais.

Sem efetividade, pois o vazamento da tática da Secretaria de Educação ao público fez com que a popularidade do Governador Alckmin despencasse. A SEE se via cada vez mais sem saída e sem poder aplicar a repressão do estado abertamente continuava a invadir, depredar e agredir estudantes através de anônimos e pessoas contrárias às ocupações. É a constante disputa ideológica que se apresenta na prática da luta de classes na escola, para os

estudantes com pressa por uma educação de qualidade e para o Estado a pressa por atender as demandas do capital.

Não só de comunicação viviam as ocupações, mas também de materialidade prática. As oficinas, debates e atividades se faziam presentes no ambiente escolar que aos poucos apresentavam outros valores, esses ligados aos interesses estudantis, contrapartida ao Estado que visava apenas a produção de mal de obra barata, aí reside o coração da crise na educação.



Figura 6: Sarau na E.E. Fernão Dias.

Fonte: Cunha (2015)

A figura 3 apresenta essa materialidade, nela ocorre um saraú cultural com a presença de artistas da própria região do Pinheiros puderam expor sua arte. A escola aparece como um local democratizado, com livre acesso da comunidade nas diversas atividades. A concepção de Mao Tsé-Tung (2008, p.74) resume nosso pensamento sobre os ressignificados educativos tomados pela escola na *práxis* da luta de classes: “O conhecimento começa com a experiência”. Esta vai ampliar os horizontes de concepção desses estudantes, a fala de Mao Tsé-Tung (2008, p.76) conclui essa afirmação quando diz que

O movimento materialista dialético de conhecimento do perceptivo para o racional permanece correto tanto para um processo de cognição menor (por exemplo, conhecer coisa ou tarefa única) como para um processo maior de cognição (por exemplo, conhecer uma sociedade inteira ou uma revolução).

Aos poucos o movimento de ocupações, mesmo que autônomo foi incluindo as questões sociais que sondavam a vida desses estudantes, mas que antes não se viam com liberdade nem forças para questionar ou colocarem como atores no caminhar de sua própria história. Para esses o aspecto macropolítico era distante de se atuar, representava uma esfera que não os cabia, a ocupação muda esse sentimento que se confirma na fala da aluna Cris, 15 anos, da E.E. Diadema: “Todas as pessoas que estão participando disso aqui tão crescendo de uma maneira absurda, a gente tá aprendendo aqui coisas que a gente nunca aprendeu na escola”.

É a prática na luta de classes que traz à tona a o sentimento da autonomia e da liberdade sintetizados no desenvolvimento da consciência crítica e reflexiva e na capacidade de tomada de decisão por parte dos estudantes.

Como resultado prático da luta, no dia 4 de dezembro o próprio governador vai a mídia e suspende o projeto da reorganização¹⁹, após 26 dias de ocupação, muita repressão por parte da Polícia Militar, estudantes e jornalistas levados a delegacias durante os inúmeros protestos dos estudantes que tomaram a capital nos dias que foram uma verdadeira escola da *práxis*.

Ainda no mesmo dia o Secretário da educação Herman Voorwald pede sua demissão, o que representa não uma vitória, mas a força política que este movimento apresentou. O que se viu ainda no mês de dezembro foi a disseminação dessas experiências às escolas Goiás que já estavam avançadas no projeto neoliberal, prestes a se eximir da gestão das escolas através da entrega das mesmas às organizações sociais.

O movimento representou um acúmulo e um avanço em relação ao movimento chileno, pois conseguiu, em primeiro momento ser efetivo enquanto atuação na esfera política. Conseguiram barrar o projeto neoliberal momentaneamente e emergiram com contestações nos anos seguintes, além de fortaleceram ideologias de cunho coletivo e a contestação e percepção das políticas de precarização do Estado.

¹⁹ El País: Governo de SP suspende reorganização escolar após protestos. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/04/politica/1449237423_542806.html. (Acessado em 26/01/2018)

O paradigma informacional e o caráter autonomista, plural e espontâneo do movimento é que deu a rápida ascensão das formas de ocupar e resistir dos jovens secundaristas e sua rapidez de disseminação ideológica via redes sociais e internet, acredita-se que esse foi um dos maiores aspectos de atuação, aliado as lutas nas ruas. Porém a luta de classes não cessa e o Estado continua seu projeto com consequências que apresentaremos nas considerações finais desse trabalho.

Fechamos o capítulo com uma produção artística que representou esse rápido movimento de longos aprendizados práticos e ideológicos:

“Ocupar e Resistir”	Causado pela exaustão Fome e Morte Causado pela ambição
Salve família Secundarista na voz Vai segurando De São Paulo pro mundo	Enquanto nas ruas O que se vê é opressão E na mídia, alienação E quem será o culpado em questão? Aquele que é eleito? O aquele que vota na eleição?
A rua é nossa! Você tem sede do que? Eu quero outra escola Mexe com quem tá quieto	Direita, tropa de choque Esse governo fascista Esquerda, argumentação Embaixo secundaristas Ocupar e resistir. Autor: Koka, estudante secundaristas.
Acordei! Olhei pro lado e vi Manifestação e do outro lado eu vi Uma par de ocupação	
Enquanto uns gritavam felizes: É campeão! Outros apanharam e lutaram Pela educação	
Política, desinteressante Causada pela corrupção Estigma de indignação Qual seria o tema do debate em questão? Gol da Alemanha ou senador do Mensalão?	
Suor, cansaço	

5. A OCUPAÇÃO DA E.E. PROF. MARIA DO CARMO ARRUDA DA SILVA – OURINHOS/SP



Figura 7: Estudantes Pedro e Milani, importantes figuras para o movimento de ocupação.
 Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP”, 2015 – Edição: Cunha (2018).
 Disponível em:
https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal (Acessado em 28/01/2018).

Fundada pelo ato de 6 de dezembro de 1968, a Escola Estadual Professora Maria do Carmo Arruda da Silva está localizada no Jardim Matilde, região periférica do centro da Cidade de Ourinhos.

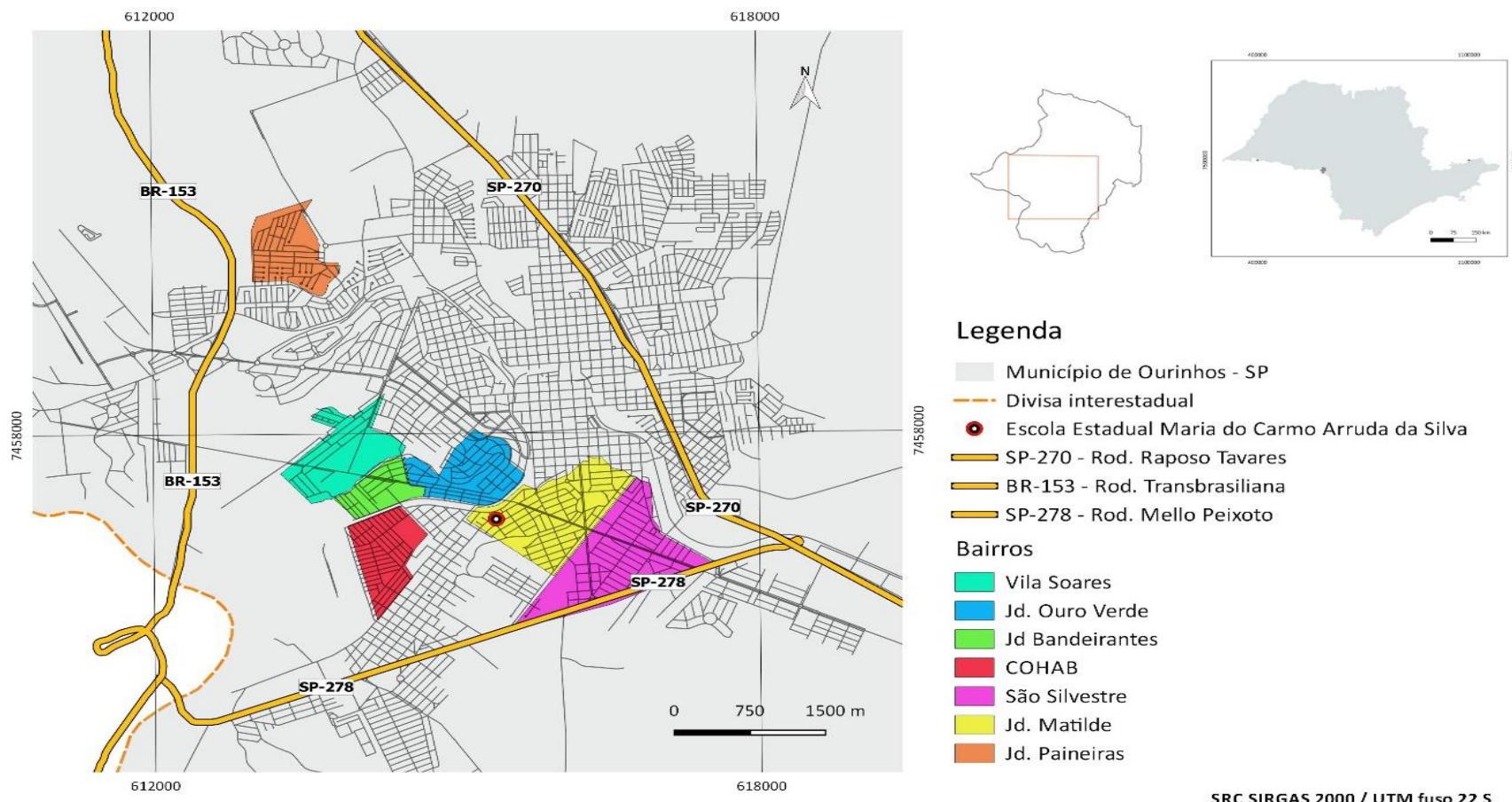
Atualmente a escola apresenta os níveis de ensino fundamental II, com 199 alunos, ensino médio regular com 160 alunos e a Educação de Jovens e Adultos (EJA) com 128 estudantes. A instituição já ofereceu o ciclo I do ensino fundamental, mas o mesmo foi retirado da escola em 1999, após a primeira política de reorganização escolar. O EJA passa a ser oferecido a partir de 2004 com o aumento da demanda de jovens e adultos que queriam retornar aos estudos.

O quadro de professores chega a 35 no total, distribuídos entre 20 efetivos e 15 com estabilidade ou contrato temporário. Além dos 8 agentes escolares distribuídos entre pátio, corredores e secretaria, sendo uma dessas,

Secretaria de escola, cargo já extinto pela Secretaria Estadual de Educação.

No quesito renda, segundo a gestão da escola, a maior parte dos estudantes são de baixo poder aquisitivo e com grandes problemas familiares e sociais. O mapa, na próxima página, apresenta os bairros atendidos pela escola, nos dando um panorama espacial.

BAIRROS ATENDIDOS PELA 'ESCOLA ESTADUAL MARIA DO CARMO ARRUDA DA SILVA', MUNICÍPIO DE OURINHOS - SP (2016)



O que podemos observar é que todos os bairros atendidos encontram-se no interior do triângulo rodoviário, que segundo Ferreira Dias (2013) não apresentam segregação residencial, e portanto tem acesso mais fácil aos aparelhos urbanos.²⁰ Os bairros COHAB e São Silvestre é onde residem os estudantes mais carentes e eu apresentam problemas familiares.

A escola foi escolhida como estudo caso pelo fato de o pesquisador atuar como Professor de Geografia para grande parte dos estudantes e ter vivenciado o desenrolar do movimento. Faremos a seguir a análise de dados colhidas durante e depois do movimento de ocupações.

5.1. Ocupar pra não mudar – O processo de ocupação da escola.

Estudante politizado é aquele que atua politicamente dentro e fora da escola. É um estudante que tem motivação pela qualidade, pela relevância social e teórica do que é ensinado. Passa a exigir explicações, motiva o professor, tem interesse pelas relações humanas estabelecidas no interior da escola, discute gestão da escola, o currículo, enfim, o projeto político-pedagógico da escola. (GADOTTI, 1998, p.85)

A citação dá início a um processo prática que durante o período foi eficaz no desenvolvimento de uma ideologia coletiva e politizada para os estudantes. A manhã de 24 de novembro foi especial nesse sentido para os jovens secundaristas da E.E. Profª Maria do Carmo Arruda da Silva²¹. Era uma manhã nebulosa, um protesto iniciava a insatisfação dos estudantes com a notícia de que a escola atenderia apenas o Ensino Médio, inclusive o que permitiu forte participação de estudantes do fundamental, como é possível observar na próxima figura.

²⁰ Os bairros que se inserem no exterior do triângulo, apresentam ligeira segregação e, portanto, maiores desigualdades sociais.

²¹ <http://www.diariodeourinhos.com.br/tablet/noticia.asp?cod=13832> (Acessado em 27/01/2018)



Figura 8: Protesto em 24/11/2015 em frente a escola, Av. Domingos Carmelino Caló. Forte participação de estudantes do Ensino Fundamental.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal (Acessado em 28/01/2018).

Uma característica crucial em Ourinhos, como demonstra a figura, e em outras cidades do interior foi justamente a grande participação de estudantes de séries do ensino fundamental. Talvez pela característica autônoma dos movimentos pelo interior e também pelo fato de a maior parte do fechamento de escolas ocorrer na região metropolitana. Diversas escolas no interior seriam reorganizadas para um ciclo, com ampliação de escolas do Ensino Médio e a intenção de deslocar os alunos do fundamental para as escolas municipais.

A direção estava atônita com a possibilidade de uma ocupação, naquele momento já eram mais de 190 escolas ocupadas por todo o estado, imediatamente ordena que os funcionários tranquem os portões justamente no momento em que começa a chover. Tal evento meteorológico e a altivez da Diretora, que se mostrou autoritária e sem abertura ao diálogo, foi suficiente para agitar os ânimos dos jovens que imediatamente ocupam a escola. As figuras abaixo expressam esse momento:



Figuras 9 e 10: Momento que os estudantes ocupam a escola.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

As figuras mostram momento de grande euforia e desorganização, a ocupação não fora organizada, foi espontânea e de caráter autonomista, era uma gama de ideologias autônomas, narrativas que se misturavam entre a

desordem incônciente a politização de classe consciente.

Via-se comemoração pela suspensão das aulas, depredação de grades e portões, claramente símbolos ideológicos de opressão e falta de liberdade. Uma aluna de 8º ano do ensino fundamental comenta que “o ambiente é muito fechado e com muitas grades”. Outra da mesma turma complementa que a estrutura do prédio a incomoda, pois é fechada e com bastante danos. Sobre as aulas um garoto também do 8º ano diz: “às vezes a gente quer aprender uma coisa, mas o professor não quer ensinar e a gente não pode falar nada”. É o primeiro embate ideológico que se apresenta com o movimento: A revolta e a insubordinação.

É certo que alguns elementos foram cruciais para organização e orientação político-ideológica desta revolta, que ao longo da primeira hora foi se convertendo em uma assembleia estudantil. Esses elementos se encontram na figura de alguns professores mais posicionados contra a reorganização escolar e principalmente na do Professor de Geografia²² que também era graduando da Universidade Estadual Paulista (UNESP)²³.

A experiência das assembleias e de funcionamento de uma ocupação foram levadas por este professor e outros estudantes da Unesp que também estavam presentes do ato e no momento da ocupação, a convite deste professor. Importante ressaltar que durante a tarde estudantes da escola já ocupada e de outras duas escolas que seriam afetadas pela reorganização, a E.E. Justina de Oliveira e a E.E. Dalton Villas Boas, participaram de uma reunião com professores ligados a APEOESP e universitários ligados ao movimento estudantil da UNESP na subsede do sindicato em Ourinhos, evidenciando a participação ativa desses elementos.

Após os momentos de euforia, forma-se uma assembleia que é tomada pela voz de surgentes lideranças entre os estudantes, a qual decide manter a ocupação e a formação de comissões imediatamente para gerir o espaço, que agora, tem as políticas de Estado cessadas. É um momento que traz seriedade

²² Este não é a figura do pesquisador, tal qual passou a atuar como professor na escola apenas em 2016.

²³ Em 2013 os estudantes do curso de geografia proclamaram uma greve que durou 90 dias aliado aos 180 de ocupação de salas de aula. Tal movimento deu um ganho em experiência política e posicionamento ideológico importantíssimo para os estudantes da Unesp, reforçando que o movimento iniciou-se no campus de Ourinhos, tornando estadual após 30 dias de luta. São os ganhos da experiência do ano de 2013, atestando que há um ganho histórico nas formas de organização e luta da classe trabalhadora que se acumulam e se disseminam para os próximos anos.

ao movimento se expressando na calmaria no comportamento dos estudantes, agora reflexivos e atuantes.

A influência da experiência da UNESP na ocupação da Escola Maria do Carmo, foi analisada como uma forma de acumulação de experiências de luta, transmitidas ideologicamente entre setores da classe trabalhadora, no caso os estudantes. Aliada a articulação entre estudantes das outras duas escolas, que se encontravam na mesma avenida, foi essencial para expandir o movimento de ocupação no município de Ourinhos, tendo inclusive intercâmbios organizados de alunos entre as três escolas para aprender e observar as formas de organização entre uma e outra. O mapa da página seguinte apresenta a localização das escolas ocupadas.

A Escola Estadual Justina de Oliveira Gonçalves foi ocupada dois dias após o início do movimento na Escola Maria do Carmo, ela seria reorganizada e ofereceria apenas o ciclo II do ensino fundamental. A ocupação da Maria do Carmo e a articulação entre estudantes e apoiadores durante o encontro na APEOESP produziram um ato em frente a Justina, que resultou na ocupação da mesma. Neste dia dois estudantes da Maria do Carmo foram escolhidos em assembleia para passarem uns dias na ocupação da Escola Justina a fim de transmitir as formas de organização. Também estavam presentes estudantes da UNESP nessa ocupação.

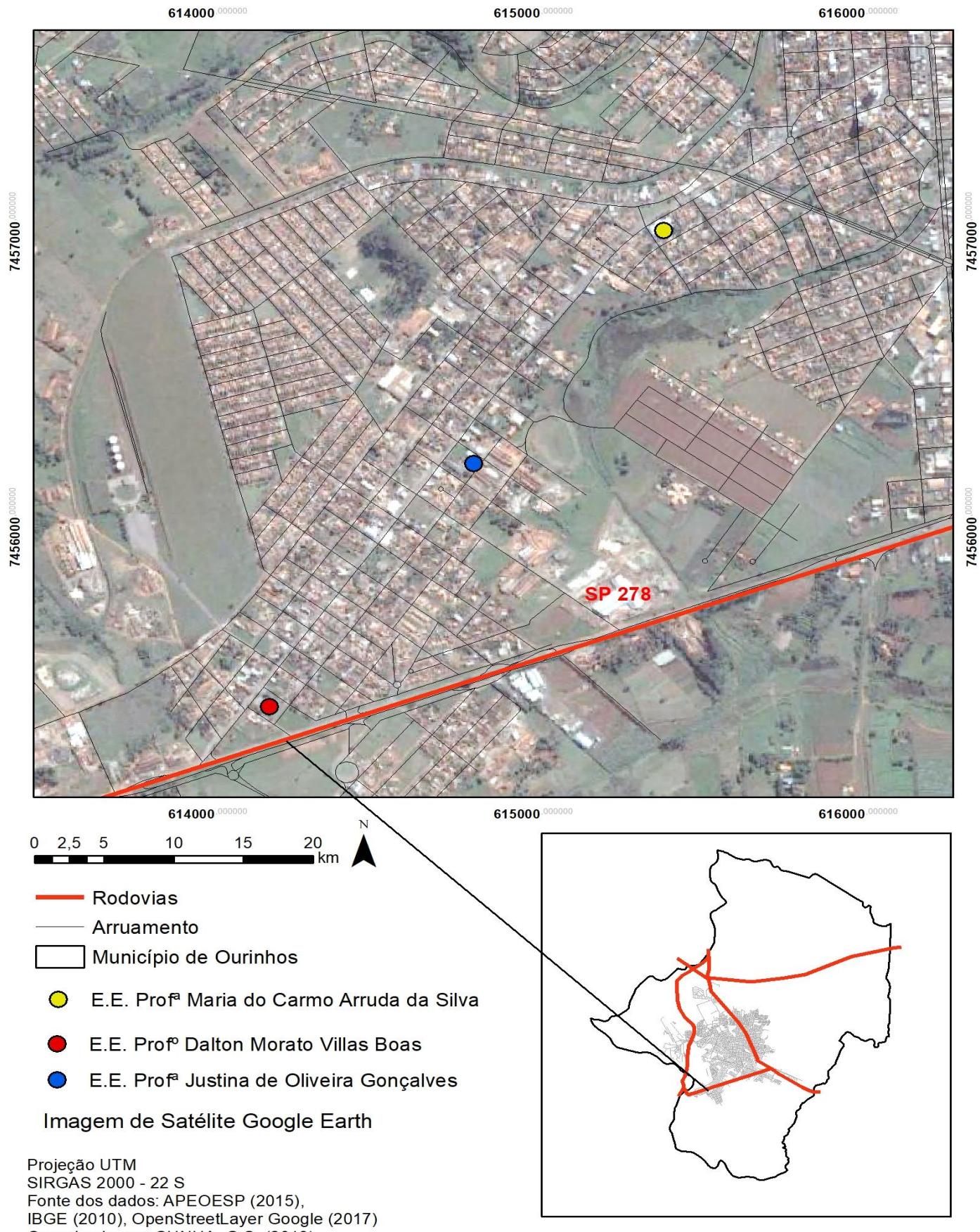
E no dia seguinte mais uma escola é ocupada, a Escola Estadual Dalton Morato Villas Boas, instituição que oferece apenas o ensino fundamental I e II, com a reorganização ela perderia o ciclo I e os alunos enviados às escolas municipais. Tal política gerou insatisfação em pais e estudantes do ciclo II, que ocuparam a escola nos mesmos moldes das duas anteriores, com articulação e um ato de início.

É importante observar a forte atuação do ensino fundamental e da comunidade escolar nessa ocupação, tal qual era a mais distante dos centro urbano, apresentando tímida segregação e portanto com maiores problemas sociais. Da mesma forma foram escolhidos estudantes na assembleias da Maria do Carmo e da Justina para auxiliarem na Dalton, bem como era vista a presença rotineira de estudantes da UNESP.

A participação dos estudantes da UNESP e de professores ligados a APEOESP foi fundamental para fazer a segurança e vigília noturna nas

ocupações, bem como muitas vezes mediar conflitos entre estudantes, direção e diretoria de ensino, as quais sempre tentavam convencer o estudantes com argumentos sensacionalistas e exagerados a desocuparem as escolas.

Os dias que se seguiram foram marcados por saltos de conscientização e autorganização, tendo as assembleias como instrumentos de poder. Os estudantes entendem que “A escola é também espaço de poder” (GADOTTI,



1998. p.197), onde a organização do tempo de fala, da vez de fala se materializou em maturidade, respeito e muita reflexão na tomada de decisão dos estudantes.

Foi através das assembleias e da articulação entre as três ocupações que os estudantes perceberam que esse poder os permitiam atuar inclusive no espaço urbano, na forma de atos e protestos para dar visibilidade às pautas do movimento. Ocupando as ruas, a figura abaixo demonstra a atuação das ocupações em Ourinhos, uma cidade de interior, que nesse ano, sentiu o cachoalhar das experiências de luta acumuladas através dos anos.



Figura 11: Ato em direção a Camara de Ourinhos. Participação de estudantes das três escolas ocupadas.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

Aos poucos esses estudantes vão desdobrando as formas de luta e organização. As assembleias conjuntas entre as escolas foram recorrentes na segunda semana após o início das ocupações, com cada vez mais autonomia dos estudantes em relação ao auxílio dos estudantes da UNESP e de professores apoiadores.

Ocorreram nessa semana em direção a Câmara municipal, como visto na figura, também em frente a Diretoria de Ensino, além de panfletagem na Praça Melo Peixoto, região central, e nos bairros atendidos pela escola.

Questionado sobre o sentido dos atos, o estudante Gabriel do 9º ano diz que é para “mostrar que os alunos tem direitos e o governo não pode decidir tudo sozinho sobre o futuro dos estudantes”, dando evidências do grau de contestação que a luta de classes ofereceu a esses estudantes.

5.1.1. Assembleias e comissões: a organização da Ocupação.

“Para o governo se tocar e dar mais importância para os alunos, porque o movimento é forte”.

Kathilyn, estudante de 1º ano do Ensino Médio.

As assembleias foram a forma de poder exercido por aqueles jovens de ensino fundamental e médio durante a ocupação. Eram nestes espaços organizados diariamente que todas as formas de organização e de luta tomaram corpo. Eram ali que se organizavam as comissões, os atos e protestos, a divulgação e comunicação com a sociedade. As assembleias expressavam a substituição do poder exercido durante a cessação das políticas de Estado.

Todos os estudantes tinham voz e vez para se expressarem, nos primeiros dias houve importante auxílio dos estudantes da UNESP, os mesmos já experientes na organização do movimento estudantil foram peça essencial. Com o passar de poucos dias já não era mais necessário esse auxílio, os estudantes já tinham tomado para si os processos organizativos, inclusive desenvolvendo mecanismos mais avançados de organização e luta, a exemplo as experiências dos intercâmbios entre escolas e das assembleias gerais dos estudantes das escolas ocupadas de Ourinhos.

A figura mostra uma das assembleias, esta ocorrida no dia 30/11/2015, 6 dias após ocupação, contraste da autorganização, respeito e coletividade, muitas vezes não vistos em sala de aula.



Figura 12: Assembleias corriqueiras na Escola Maria do Carmo.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP”

Disponível em:

[\(Acessado em 28/01/2018\).](https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal)

Na figura pode-se ver a presença de estudantes do ensino fundamental, médio e estudantes apoiadores da UNESP. É importante ressaltar que a ocupação só permitia a entrada de professores e funcionários apoiadores do movimento, o qual era aparentemente dividido na escola entre o quadro de servidores. Neste momento os estudantes avaliam a repercussão do ato na câmara de vereadores.

As comissões expressavam um aspecto democrático e coletivo que se desenvolvia conforme passavam os dias e a acumulação de experiências se ampliava. Elas tratavam da rotina da ocupação (limpeza, alimentação, produção de atividades, comunicação). A prática da autorganização é essencial para o desenvolvimento e estabelecimento de uma ideologia coletivista e de ação prática na construção e ressignificação daquele espaço escolar.



Figura 13: Atuação da Comissão de alimentação.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).



Figura 14: Atuação da Comissão de limpeza.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

As figuras ilustram a atuação de estudantes dentro das comissões de alimentação e limpeza, trabalhando organicamente para manutenção da ocupação. Essas comissões foram eleitas na primeira assembleia após o início do movimento em Ourinhos e ao longo da semana as assembleias foram responsáveis por organiza-las em rotatividade, sendo eleitas semanalmente três pessoas que encabeçassem a comissão, objetivando a distribuição dos membros do movimento através desse instrumento de auto-organização.

Outro ponto importante a destacar é que os líderes de comissão deveriam se reunir diariamente para debater os pontos comuns de atuação entre todas as frentes, bem como as próprias células organizativas se reuniam todos os dias de forma autônoma para organizar os trabalhos. Esse foi um ganho que nem as ocupações da UNESP em 2013 apresentaram, foi um saldo positivo das ocupações de escola. O quadro apresenta as frentes de comissão e suas funções.

COMISSÃO	FUNÇÕES
Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar cardápio semanal; • Fomentar campanha de coleta de alimentos junto a comunidade; • Preparar as refeições da manhã, almoço, tarde e jantar; • Zelar pelo ambiente da cozinha na manutenção dos instrumentos e na limpeza da mesma.
Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza de banheiros; • Limpeza de Pátio; • Limpeza de salas ocupadas.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da Página “Ocupação Maria do Carmo” no Facebook, bem como a divulgação das atividades através das redes sociais, cartazes e panfletagens na cidade; • Eleger um membro para conversar com as mídias que procuram o movimento; • Produzir e divulgar informações acerca das pautas e do desenrolar do movimento.
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades para a ocupação; • Preparar os espaços e os instrumentos necessários para a realização dessas atividades; • Repassar o cronograma de atividades para a comissão de comunicação.

Quadro 5: Comissões da ocupação e suas funções.

Org.: Cunha. G. S. (2018)

Importante salientar que para além da organização das comissões, diversos outros estudantes que não estavam presentes diariamente na escola, e quando estavam ajudavam espontaneamente com o andamento das funções. Isso marca a característica autônoma do movimento que tinha ausência de influência de movimentos sociais ou partidos políticos organizados. Esse tipo de autorganização cria o ambiente propício ao desenvolvimento e aplicação prática de ideologias que pautam a coletividade como base.

É de extrema relevância evidenciar a mudança nas relações de trabalho nesta escala espacial e temporal do movimento na Escola Maria do Carmo. Todo o processo de trabalho se dava em rotatividade, ou seja, todos faziam todos os tipos de trabalho. A abertura do leque de possibilidades e habilidades no trabalho é um ponto chave para contestação e a superação das relações

capitalistas de produção.

As ocupações de escola, são acúmulos de experiência em todos esses sentidos. O primeiro aspecto apresentado pela Ocupação Maria do Carmo encontram-se em um eixo que perpassa a organização horizontal, a execução coletiva do poder via assembleias e comissões e o caráter autônomo e espontâneo, sem a influência direta²⁴ de movimentos sociais e partidos.

5.1.2. Atividades e revitalização – Novos significados à escola.

“Deixar as escolas abertas para garantir mais educação. Eles queriam fechar para ter menos gastos, mas em vez de fecharem ou tirarem coisa desnecessária eles mexem na educação e saúde.”

Cecília, estudante de 9º ano.

A fala da adolescente nos remete a algumas reflexões acerca dos significados atribuídos a escola pelos estudantes. A começar pela ideia da escola aberta como ampliação do direito e da qualidade de educação, é uma concepção democrática da escola, ou seja todos tem direito a educação e cultura de qualidade. Não tão menos importante a percepção da jovem da política neoliberal de enxugamento de gastos, da educação tratada como um gasto pelo Estado e não como investimento.

Justamente este incômodo e esse significado negativo, aliada as práticas de autorganização é que darão a luz para que o espaço seja ressignificado enquanto as políticas de Estado estão suspensas pelo movimento, trazendo uma gama de atividades educativas para espaço escolar e também a sua revitalização dentro das possibilidades.

²⁴ De forma indireta o movimento local recebia bastante influência dos acontecimentos na capital paulista, através das informações veiculadas nas páginas das escolas ocupadas nas redes sociais.

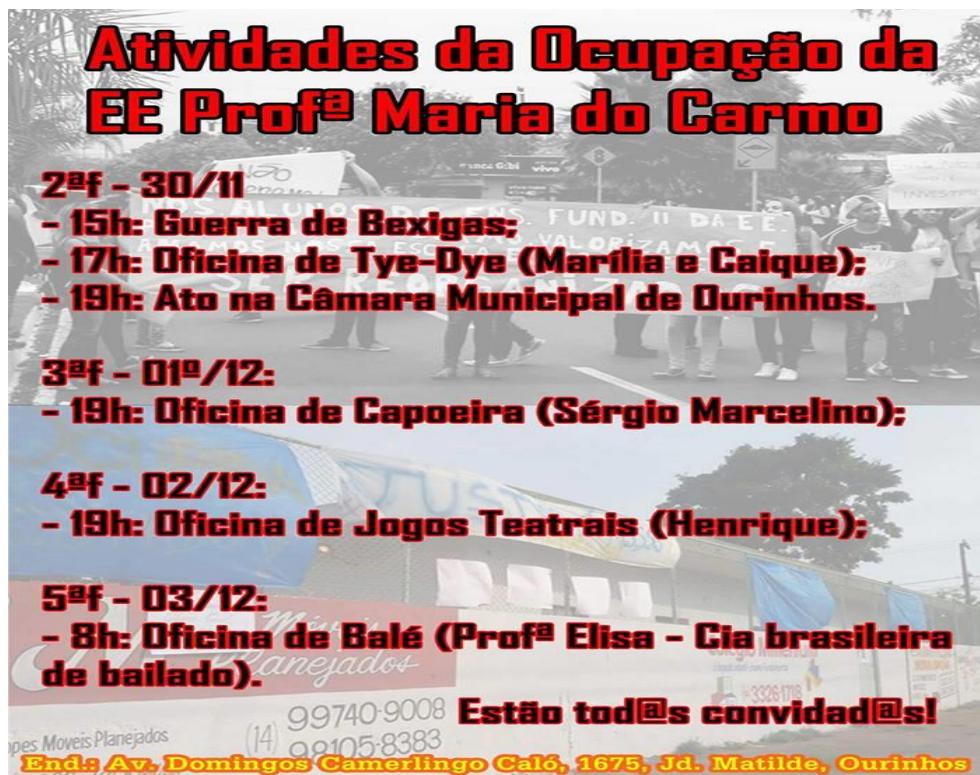


Figura 15: Cronograma de atividades da ocupação.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

O folder apresentado pela figura era veiculado na Página do facebook denominada “Ocupação Maria do Carmo”, era a forma de divulgar a comunidade o que seria desenvolvido enquanto atividade. Esse momento foi importante para derrubar narrativas ideológicas de que os estudantes eram desocupados e baderneiros. A organização das comissões e a ressignificação da escola através das atividades demonstram esse caminho.

A revalorização da escola através atividades culturais, debates políticos e de assuntos polêmicos vão sendo materializados em todos os espaços da escola. A suspensão momentânea das políticas de Estado empoderou os estudantes a proporem, a agirem e serem sujeitos de sua própria educação no *locus* da luta de classes.

Universitários, professores, pais e simpatizantes doavam aulas, oficinas, palestras e atividades, sendo forças vitais da ocupação. Algumas vezes essas oficinas eram oferecidas pelos próprios apoiadores do movimento, outras vezes os estudantes é quem buscavam organizar os espaços de debates, ou até mesmo buscarem que pudesse oferecer as oficinas e atividades.



Figura 16: Oficina de bateria, doada por universitários da UNESP.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

Na figura pode-se ver novamente a atuação conjunta dos universitários da UNESP, que com a acumulação de experiências passaram aos estudantes as formas de ressignificar a escola, trazendo a ideia das atividades semanais, sem ter menos importância, as experiências da capital também davam corpo a Ocupação Maria do Carmo.

Como também se observa, a bateria da Unesp trouxe música a ocupação, sendo interessante observar que após as oficinas de bateria, os próprios atos feitos pelos alunos durante os dias de ocupação tornaram a música e os ritmos mais presente, o que chamou maior atenção da população de Ourinhos, dando um caráter organizado às expressões políticas.



Figura 17: Oficina de Produção de camisetas, também doada por universitários

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP”. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

Nesta figura novamente os estudantes da UNESP medium uma oficina de camisetas estilizadas trazendo o aspecto artístico e cultural para a ocupação e também a variedade de habilidades que passam a ser adquiridas. Observa-se a participação de pais e mães nestas oficinas, inclusive um intercâmbio de participação entre as ocupações das três escolas. Foi evidente os impactos que a ocupação vinha causando a organização das escolas e as novos sentidos que elas tomaram para a comunidade escolar.



Figura 18: Debates entre estudantes e comunidade.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

De oficinas e atividades a rotina da escola também tinha debates rotineiros, como visto na figura, os mais diversos assuntos elegidos pela comissão de atividades e pelos estudantes da ocupação sondavam questões contemporâneas como sexualidade, política, geopolítica. Geralmente ocorriam nos espaços abertos da escola, com exposição de textos e vídeos que iniciassem as conversas.

Acredita-se que essas atividades e debates eram primordiais na revalorização e ressignificação da escola enquanto espaço educativa e prático, unindo a comunidade em prol de sua politização, de sua conscientização, de seu fazer criativo.

A atuação dos estudantes perpassa também no sentido de cuidar do espaço, as depredações e formas de revolta individualizadas que se viam nos primeiros momentos após a ocupação, se convertiam em cuidado e melhorias para a escola. Sua revitalização se expressa também como um ato político na medida que derrubava os discursos do Estado e da mídia que enquadravam os estudantes como vândalos.

É bom trazermos a tona as armas comunicativas da Secretaria de Educação, na mídia em geral e no espectro ideológico conservador da população de Ourinhos. O tempo todo houve tentativas de desqualificar o

movimento, mas com a revalorização do lugar e a emergência de ideologias coletivas e críticas permitem a percepção da importância em revitalizar os diversos espaços dentro da escola, as figuras mostram um desses momentos, o qual os estudantes pintam as portas dos banheiros, e o trabalho devidamente concluído.

A pintura das portas tem alguns aspectos interessantes que representam a espontaneidade do movimento. Primeiramente a decisão fora de assembleia por grupo de estudantes que estavam diariamente na escola e segundo a doação de tintas e materiais pela comunidade escolar e outros apoiadores no município.

A revitalização dos espaços escolares não recebeu críticas nas assembleias, e sim mais adeptos e ideias, como produzir hortas e revitalizar a quadra, ações sem tempo hábil de se realizarem, pois poucos dias após a recuada governo, em dezembro, a escola passa pelo seu processo de desocupação.



Figura 19: Revitalização e pintura de banheiros.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em:
https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmossp/photos/?ref=page_internal.
(Acessado em 28/01/2018).



Figura 20: Pinturas concluídas, um novo ar ao ambiente.

Fonte: Página “Ocupação Maria do Carmo Ourinhos – SP” Disponível em: https://www.facebook.com/pg/ocupacaomariadocarmosp/photos/?ref=page_internal. (Acessado em 28/01/2018).

Revitalizada também estava a consciência de classe desses jovens, que além de atuar no espaço escolar, que como vimos, transformou radicalmente as práticas que a escola poderia oferecer como meio de ação e também de luta política. As ruas de ourinhos foram tomadas por protestos durante vários dias e com estudantes das três ocupações citadas. e inclusive uma grande sacada que veio dos coletivos de ocupação da capital foi a de boicote ao SARESP²⁵.

O boicote segue orientação do movimento de ocupação da capital e é ele que dá início ao protesto que inicia o movimento na escola. Tal fato gerou contrariedade com professores, que contavam com os bons resultados para futuro pagamento do bônus por mérito.

Questionado, o estudante Pedro, um dos líderes dizia que a importância para o governo era que através dos resultados do SARESP é que a escola sofria com as políticas de precarização da escola, utilizando de uma falsa propaganda de que a qualidade da educação tem melhorado. Era o entendimento de que eles poderiam atuar de maneira política sobre a realidade. Muitas escolas não realizaram as provas naquele ano, fato político

²⁵Ocupação em Ourinhos barra a realização do SARESP. Disponível em: http://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=4103 (Acesso em 13/01/2018)

que pesou na balança para o recuo do governo.

Tal ato político de boicoto mostra como em pouco tempo de ocupação os valores e a compreensão dos estudantes acerca dos mecanismos de aprendizagem, como a avaliação institucional são ineficazes e representam uma política individual de competição e mérito. Aqui se sintetiza na prática a força da ideologia coletiva desenvilda em embate a ideologia do neoliberalismo. Foi um grande ganho de consciência crítica e atuação política para esses estudantes.

O movimento representou ganhos nas formas de organização, das formas de trabalho coletivo e consequentemente no rompimento da ideologia dominante, na alienação e para a atuação política, porém como veremos a seguir também houve limites, que se desenrolam nos anos posteriores, chegando a atualidade.

5.2. As heranças da ocupação no período 2016-2018

“Acredito, que me ajudou a entender que devemos protestar contra aquilo que não achamos certo e ter nossa opinião formada sempre.” Lívia, 2º ano do Ensino Médio, 2018.

No período da ocupação Lívia era uma estudante de ensino fundamental que seria afetada pela reorganização, pois seria transferida compulsoriamente para outra escola, sua fala representa a herança adquirida pela ocupação. Grande parte dos estudantes do atual ensino médio estavam no 7º, 8º e 9º ano respectivamente naquele ano de 2015.

É preciso analisar alguns dados referentes a participação desses estudantes naquele movimento. 122 estudantes de ensino médio foram ouvidos durante o mês de Junho de 2018 e nos dão um panorama apresentado pelos gráficos.

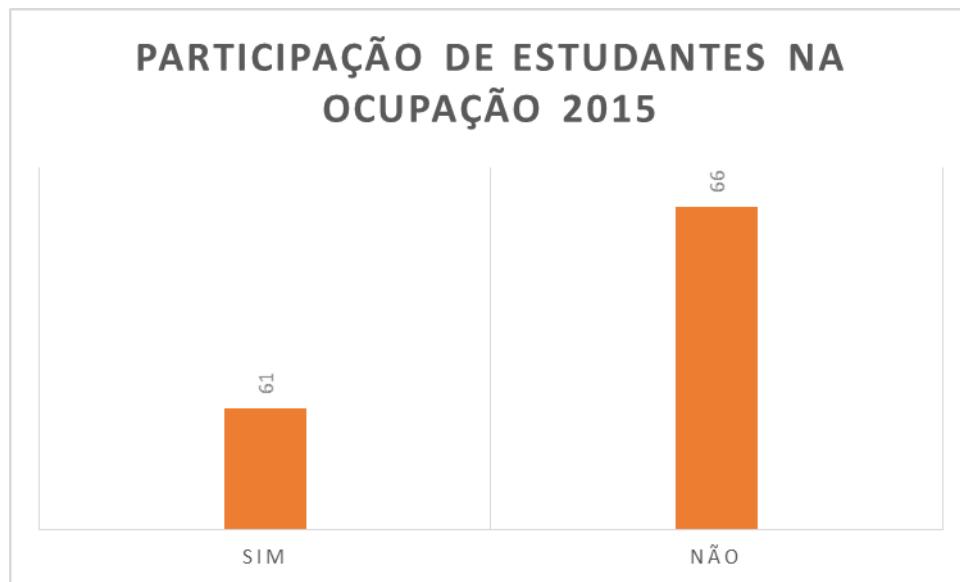


Gráfico 2: Participação de estudantes na ocupação.
Org.: Cunha (2018).

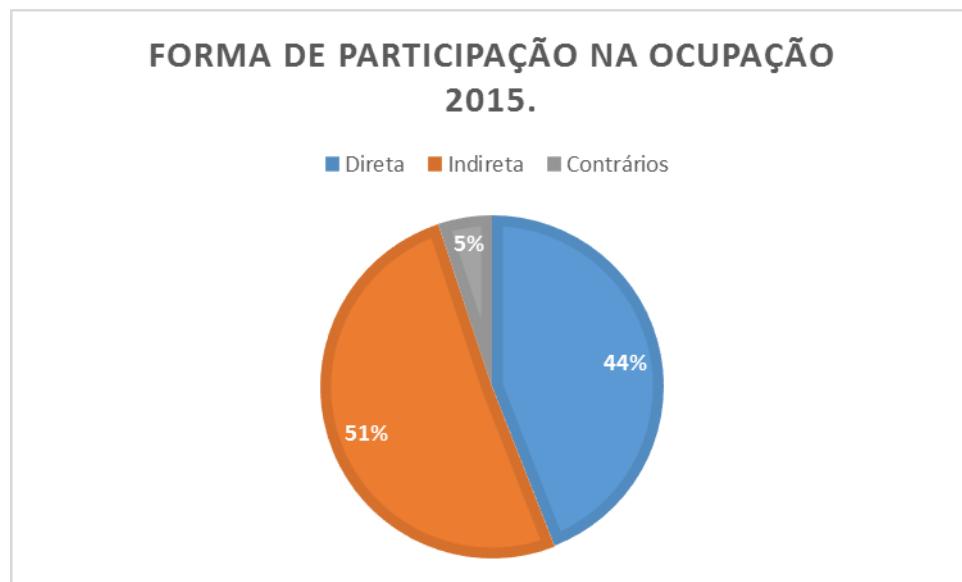


Gráfico 3: Forma de participação na ocupação.
Org.: Cunha (2018)

Segundo os gráficos vemos que houve participação de 61 estudantes que hoje estão no ensino médio. Desse total 51% participaram de forma indireta, apoiando e estando esporadicamente no ambiente escolar. A maioria desse percentual explica que os pais apresentavam receio e medo de os deixarem participarem do movimento. Os outros 44% participaram diretamente estando presentes na ocupação, integrando as comissões e as assembleias, inclusive os atos e protestos.

Os 66 jovens que não participaram não remetem a desaprovação, e sim que não estiveram presentes em nenhum momento do movimento, tais dias de suspensão de aulas serviu como férias para esses. A grande maioria desses estudantes não entendiam direito os motivos da ocupação, um deles relata que “não sabia o sentido por ser menor e não entender”.

Intrigante também é a postura de alguns que pedem mais rigidez e dureza nas regras escolares, essa ideologia vai contrária a busca por coletividade que viveram os estudantes da ocupação, mas que não apresentam nada fora das contradições que o ambiente escolar expressa.

Nos aspecto político-ideológico a herança deixada pelas ocupações manifesta-se com pouca interferência na disputa ideológica dentro da posição política. O gráfico apresenta o cenário atual de como se identificam os estudios.

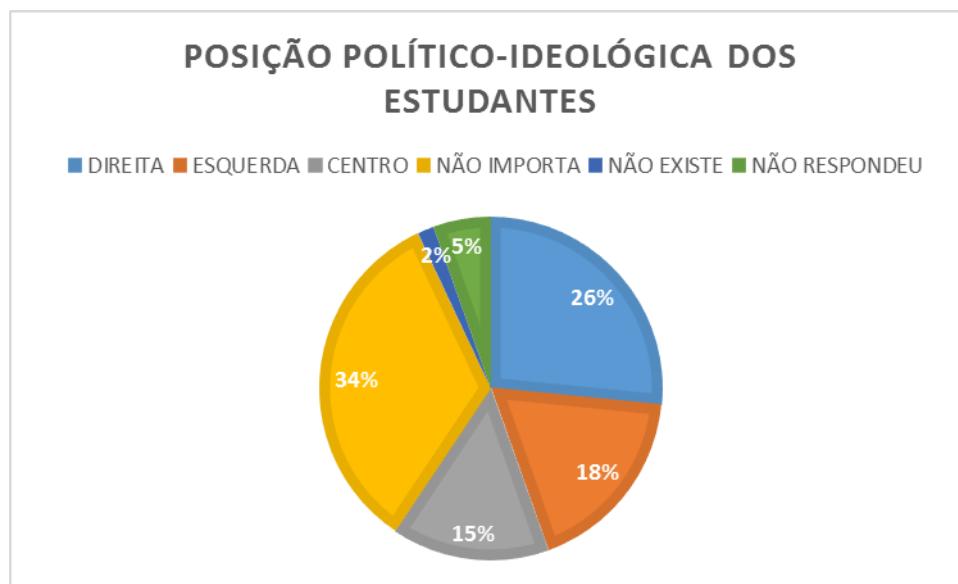


Gráfico 4: Posição político-ideológica dos estudantes.
Org.: Cunha (2018)

Antes da análise é preciso uma contextualização. Os estudantes foram ouvidos em 2018, ano eleitoral e que já sustenta agudização da crise e da polarização ideológica, elevando assim os debates sobre política nos meios de comunicação e principalmente na internet e redes sociais. Sendo essas as principais formas de busca de informação dos jovens, bem como na orientação e influência de posicionamento dentro dos discursos e narrativas políticas, interferindo com maior grau de intensidade que as ocupações, as concepções

político-ideológicas desses garotos e garotas.

Mais um ponto a se destacar é que os estudantes participavam da ocupação não por um viés ideológico e sim pelo atendimento imediato da pauta: Manter a escola com o Ensino Fundamental II e Médio. Podemos aferir tal afirmação a característica autonomista da Ocupação Maria do Carmo, sem movimentos ou partidos que estivesse na cabeça da organização. A fala do estudante Pedro, na época no 3º ano do Ensino Médio, hoje na Universidade²⁶ demonstra que a afirmação se faz correta:

Mano, eu não enxergava dessa maneira na época, eu enxergava... na verdade é que tenho um pensamento diferente, tá ligado? Eu acho que a gente tá em constante mudança, na época eu enxergava que era uma coisa que ia afetar a comunidade, ia afetar os professores, ia afetar todo mundo, eu não ia, mas a molecada que ia continuar estudando e ia ter que ir bem mais longe, professor ia ter que sair de lá e tal. Eu via como uma coisa que ia afetar a comunidade diretamente, não via como um movimento de esquerda ou de direita.

Pedro também atribui essa falta de percepção político-ideológico pelo fato de os professores não serem claros e não comentarem sobre questões políticas dentro da sala de aula, ele como outros estudantes buscam no professor essa figura crítica, politizada, muita vezes ausente por causa da precarização intensa que a profissão tem sofrido, principalmente com as políticas neoliberais do PSDB em São Paulo. Outra fala de Pedro²⁷ deixa a entender essa ausência de concepção político-ideológica no movimento:

E tipo, essa questão de eu não ligar na época é porque eu não tinha tanta consciência também, porque cara, nenhum professor falava pra mim. Eu só entendia que tinha direita, esquerda e ninguém chegava a fundo no assunto, tá ligado? Tipo... eu acho que tinha que ter um professor neutro lá para falar, nem a turma da UNESP, que a maioria é de esquerda também, nem a turma da UNESP que manja querendo ou não do assunto não conversava direito, tá ligado? Mesma coisa, se eu conversar puxando a sardinha pra um lado, eu só vou entender de uma coisa, mas nem isso a turma fazia entendeu?

Esta fala nos leva a entender que, diferente de algumas escolas ocupadas na capital, a Ocupação Maria do Carmo representou um momento

²⁶ Pedro atualmente é estudante de educação física na UNOESTE, em Presidente Prudente – SP. O estudante ganhou uma bolsa de estudos pelo programa PROUNI.

²⁷ Importante constar que hoje Pedro dentro desse espectro defende o candidato da direita, Bolsonaro, pois acredito que o mesmo representa o novo, porém não absorve as narrativas de ódio, e mostra-se aberto ao diálogo e a constante mudança de pensamento como forma de evolução da consciência.

mais espontâneo, autonomista e estimulado pela pauta local, a não mudança da estrutura da escola. Os estudantes da UNESP e a atuação de professores ligados a APEOESP não foi capaz, ou não tinha o objetivo de causar influência político-ideológica, apenas auxiliar em questões organizativas, de manutenção e segurança do movimento.

Observa-se no gráfico que grande parte dos estudantes, representando 34% demonstram aversão a política, dizem não se importar com ela. Em seguida 26% dos estudantes se consideram de direita. No campo progressistas aparecem 18% declarando-se de esquerda e 15% de centro. Um ponto importante a se destacar é a contradição, pois grande parte dos atuais estudantes defendem educação pública, de qualidade, como investimento estatal, pautas legitimamente e historicamente do campo político progressista.

Perguntados sobre suas concepções entre esquerda e direita, os que se dizem de esquerda acreditam lutar pela justiça social e que a direita é fascista e golpista. Da mesma forma os que se dizem de direita acreditam luta pela manutenção do Estado democrático de direito e que o campo progressista (esquerda e centro) são comunistas e querem implantar uma ditadura.

Esses alunos quando questionados sobre a importância das ocupações colocam suas respostas que percorrer o caminho da pauta local e da percepção dos motivos imediatos da ocupação.

Um deles diz que “iriam tirar o ensino fundamental e deixariam apenas o ensino médio e os alunos teriam que ir para uma escola mais longe” outro ainda complementa dizendo que “foi importante, pois fez com eu continuasse no mesmo ambiente escolar, além de aumentar o meu senso de união com outras pessoas.” Percebemos que a percepção positiva sobre o movimento continua e perpassa concepções de esquerda, centro e direita, tornam-se percepções de cunho coletivo, baseados na autonomismo e na espontaneidade.

Feita a exposição do atual cenário das heranças ideológicas da ocupação na Escola Maria do Carmo, buscaremos focar nas heranças práticas que se destacam durante o ano de 2016, gerando mudanças na organização do grêmio, contestações organizadas, organização de alguns estudantes com movimentos sociais de esquerda e também repressão por parte do Estado voltada a professores e lideranças estudantis.

Os anos de 2017 e 2018 tem se mantido calmos, com ausência de contestação pro parte dos jovens e com a presença de apenas uma professora que se posiciona politicamente na sala de aula, além disso o grêmio nesses dois anos não teve importância como instrumento dos alunos, sendo totalmente controlado pela Diretoria de Ensino.

5.2.1. A turbulência de 2016: Da contestação ao grêmio à Reforma do Ensino Médio

“Se nós deixarmos a cabeça para o que tentam nos impor, nosso futuro nunca vai mudar. Admiro quem participou de forma direta, não estive em 2015, mas apoio. Só que 2016 a gente tava lá pra não deixar o ensino médio mudar.” Richard, atualmente no 2º ano do Ensino Médio.

O ano de 2016²⁸ inicia-se com a recente experiência das ocupações de escola em 2015 e um novo cenário que ameaça a ordem democrática no país bem como os direitos sociais que a classe trabalhadora adquirara ao longo de décadas: Era o espectro do Golpe de Estado que trazia consigo o aprofundamento das reformas neoliberais no Estado e na educação, trazendo o aprofundamento da crise.

Tais acontecimentos e a conjuntura influenciaram na atuação dos estudantes naquele ano. Alguns pontos devem ficar evidentes: Primeiro o professor de geografia que abre os espaços de aula a participação dos estudantes na decisão de que conteúdos e como seriam trabalhados, neste ponto os estudantes recusam a apostila oficial solicitando aulas mais dinâmicas, em espaços abertos e com debates políticos.

Outro ponto se dá na Resolução 12 de 29/01/2016 da SEE, que diminui a quantidade de coordenadores e gestores nas escolas, neste caso a coordenadora de ensino médio, apoiadora do movimento e professora de história, retorna à sala de aula também em tom crítico em relação aos conteúdos e as aulas. É a política de Estado que se faz como forma de repressão para alguns, seguindo também com o objetivo de cortar gastos.

O contra-ataque do governo também é materializado no projeto e no

²⁸ O pesquisador passa a atuar como professor de geografia ao início deste ano.

discurso da Gestão Democrática²⁹, que tem como uma de suas ações o envolvimento no processo de escolha do grêmio, oferecendo um calendário de assembleias, discussões sobre o estatuto e processo eleitoral. O projeto centraliza o poder de decisão dos jovens estudantes nas mãos da direção da escola, com atuação dos Professores Mediadores em todo o processo, inclusive presidindo as assembleias estudantis em muitas escolas.

Na Escola Maria do Carmo houve, inclusive, a proposta de escolher os membros do novo grêmio a dedo pela coordenadora e a direção, fato que foi imediatamente contestado pelo professor de geografia e a professora de história, tanto no meio docente, quanto na sala de aula junto aos estudantes. Esses estudantes, com a experiência das ocupações ainda vivas tem uma estratégia para que o grêmio sirva de instrumento democrático dos alunos, que vai se dar seguindo os eventos listados:

Março - Os estudantes exigem que a assembleia geral aconteça no período diurno e seja presidida por um deles, esse fato vai contra os planos da escola que planejaram a assembleia para acontecer a noite e presidida pela Professora Mediadora;

Abril – A assembleia ocorre conforme a vontade dos estudantes e é presidida pelo estudante Gabriel Oliveira³⁰. A estratégia desses estudantes se materializa na mudança do estatuto, que antes só permitia a organização e a participação na entidade através da direção³¹ eleita por voto direto. Os estudantes conseguem modificar o artigo dando espaço para que qualquer um que queira participar da diretoria eleita possa, mesmo não fazendo parte da chapa;

Maio³² – É eleita a chapa apoiada pela direção da escola, composta por crianças de 6º ano do ensino fundamental e que apresentam propostas

²⁹ O projeto foi apresentado pelo secretário José Renato Nalini e tem como objetivo discutir a atuação, limitações e novos formatos para grêmios estudantis, conselhos de escola e associação de pais e mestres. A expectativa é que a reedição dos estatutos contribua de forma positiva na rotina de alunos e mestres das 5 mil unidades de ensino. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/gestao-democratica-saiba-como-contribuir-para-o-desenvolvimento-do-projeto/> (acesso em 15/09/2018)

³⁰ Gabriel, do 2º ano do em Ensino médio em 2016, participou ativamente das ocupações, mas não se destacou como liderança em 2015 durante o movimento, sendo uma das figuras mais importantes durante o ano que se seguiu.

³¹ Neste mesmo mês, sob denúncias de interferir no processo de atribuição de aulas para beneficiar aliados, a Diretora Sueli se afasta através de uma licença prêmio, mantendo seu vice na direção a mando da Dirigente Regional de Ensino.

³² Também neste mês a Presidenta Dilma Rousseff é afastada em um processo de impeachment, iniciando o Golpe de Estado.

recreativas para a escola, com ausência de pautas políticas e forte influência da Direção da escola.

Junho – O estudante Gabriel Oliveira e a estudante Kathlyn aproximam-se do Movimento Liberdade e Luta, ligado a uma das correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Agosto – Com as ameaças da finalização do Golpe de Estado com a deposição da Presidenta Dilma³³, os estudantes Gabriel e Kathlyn junto a outros estudantes secundaristas, iniciam uma campanha por uma convocação de uma assembleia. Esta ocorre ao final do mês e tem como resultado a abertura a participação aberta de novos membros. Há forte contestação da direção, na época já ocupada pelo Vice Diretor em exercício na Direção, Gilson, frente a decisão da assembleia, em vão, pois o estatuto permitia tal ato.

A partir do Golpe de Estado, o governo ilegítimo começa a impor medidas neoliberais que continuam reformando a educação e aprofundando a crise. Este evento está inscrito na Medida Provisória 746³⁴, conhecida como reforma do ensino médio, aprovada em 22 de setembro de 2016 e também com a proposta do Projeto de Emenda Constitucional 241³⁵. No mês de setembro tal conjuntura vai se exprimir na forma de milhares de escolas, ETECs e Universidades ocupadas pelo país³⁶.

A herança prática das ocupações de 2015 para a Escola Maria do Carmo atinge seu ponto máximo no dia 26 de setembro de 2016, quando esses estudantes influenciados pelo movimento nacional, se organizam através do Whatsapp convocando um ato em frente à Escola Maria do Carmo, logo pela manhã, contra o governo ilegítimo, contra a reforma do ensino médio e contra a PEC do teto de gastos.

³³ Dilma é deposta em 31/08/2018, poucos dias após a assembleia estudantil.

³⁴ A Reforma do Ensino Médio prevê a transição do curso para modalidade integral, tendo como obrigatorias apenas as disciplinas de Português e Matemática, e também dando a obrigatoriedade de repassa federal de verbas apenas pelos próximos 4 anos seguidos. O discurso é que a reforma ampliaria as oportunidades de escolha e protagonismo dos jovens, mas sem as verbas federais abre-se espaço para aprofundamento da precarização e crise na educação. Ela se tornou a lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017

³⁵ A PEC, aprovada no Senado e promulgada pelo Presidente ilegítimo no dia 13 de dezembro de 2016, prevê o congelamento de investimentos públicos em áreas como educação, saúde e outras obrigações públicas, pelos próximos 20 anos.

³⁶ Em 2016, as ocupações estudantis escancaram a situação de calamidade da educação pública no país. Inspirados pelos secundaristas de São Paulo, que ocuparam centenas de escolas e derrotaram a reorganização escolar proposta por Alckmin, os estudantes fizeram o maior movimento de ocupações da história do país.

Houve a participação de estudantes das Escolas Maria do Carmo e Justina e o bloqueio por cerca de 30 minutos da Avenida Domingos Carmelino Caló, até a chegada da Polícia Militar que negociou a abertura de uma faixa da via. Muitos professores foram contra o protesto e temiam uma nova ocupação, mantendo-se aflitos no interior da escola, os estudantes contavam com poucos apoiadores. A Direção nessa época já estava ocupada pelo Prof. Glaucio, mais democrático e aberto ao diálogo, tentou amenizar os ânimos no ambiente escolar entre os professores e respeitando as formas de protesto entre os alunos, que cerca de 2 horas depois do protesto decide ocupar a escola e realizar uma assembleia.

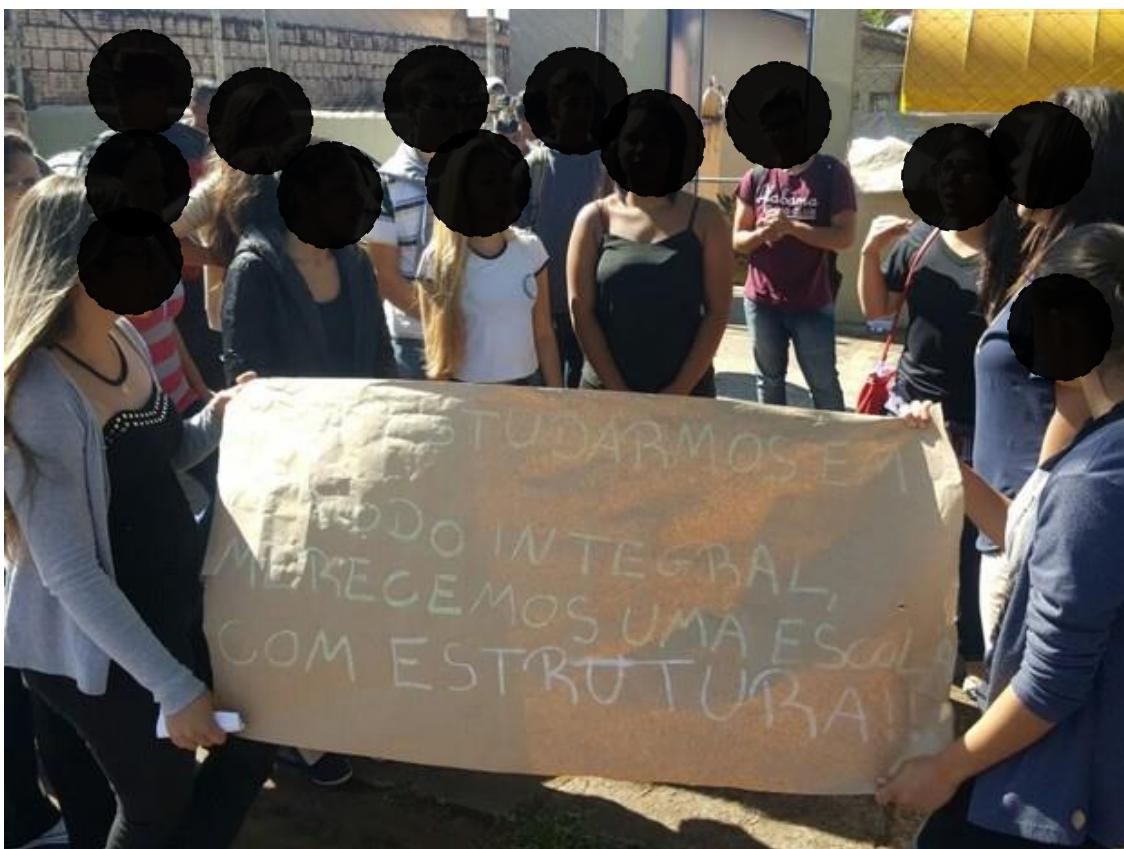


Figura 21: Estudantes em protesto contra a Reforma do Ensino Médio.
Fonte: Cunha (2018)

A figura mostra lideranças estudantis da Escola Maria do Carmo e da Escola Justina explicando os motivos do protesto, ele foi totalmente organizado pelos estudantes, sem a influência ou interferência de professores e funcionários, que só ficaram sabendo quando chegaram à escola para iniciarem a rotina de trabalho.

Após a convocação da assembleia, que aconteceu no pátio, os

estudantes resolveram dividir-se em comissões, a primeira para preparar o almoço, a segunda para informar a comunidade do acontecido e convidar a todos para um grupo de estudo que aconteceria durante a tarde sobre a reforma do ensino médio e a PEC do teto de gastos. Esses estudos foram mediados pelos professores de geografia e história, a pedido dos estudantes.

Observamos o interesse dos estudantes pela política nacional que os afetaria, essa percepção só foi possível pela experiência que esses jovens já tinham passado no ano anterior. Interessante destacar que o Estado já iniciara suas políticas de contra ataque e nesta tarde quando os professores mediavam os estudantes há a presença de dois homens que passam a filmar os trabalhos do movimento. Mais tarde foi descoberto que esses homens se tratavam de policias a paisana, chamados à escola pelo Vice Diretor, sem o conhecimento do próprio diretor, não é a toa que o vice se mantia no cargo a mando da Dirigente de ensino.

Tais movimentações são o reflexo da agudização da crise materializada na escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado. As forças pela democracia e contestação estudantil contra as forças e políticas repressivas de Estado, que geram ações que se materializaram em repressão nos meses que se seguiram. A ocupação finda ao final do dia, com os estudos sobre as mudanças na lei concluídos e a elaboração de um calendário de mobilizações contra tais políticas, o que não foi possível de ser efetuado, por causa da repressão.

Ela aconteceu de duas formas: Primeiro contra os estudantes líderes que foram suspensos a mando da Diretoria de ensino e com as ameaças de reprovação de estudantes do 3º ano do ensino médio que, em grande maioria, se colocaram contra as mobilizações previstas. Segundo através da perseguição dos Aparelhos de Repressão do Estado ao professor de geografia³⁷, que por volta do mês de novembro se retirou da cidade de Ourinhos após as ameaças e perseguições aos direitos de ir e vir. Tal fato silenciou professores e estudantes que passaram a não mais questionar as políticas impostas pelo Estado.

Como visto, as heranças de luta das ocupações foram efetivas e

³⁷ As perseguições se davam com perseguições policiais em lugares públicos, aprisionamento de bens do professor, como carro e em última instância através das mídias locais que tentavam enquadrar o professor como um criminoso do tráfico de drogas, fato que elevou os ânimos da população, levando a saída imediata deste pesquisador da cidade de Ourinhos.

inclusive trouxeram pensamento crítico e questionador frente as políticas aplicadas pelo governo federal para aprofundar as reformas na educação. Porém a escola como Aparelho Ideológico de Estado continua como espaço de disputa. O Estado venceu essa batalha e rotomou totalmente o controle sobre a escola, os estudantes e os professores, através da repressão policial e jurídica.

Em conversas informais com professores e funcionários, durante os anos de 2017 e 2018 não houveram quaisquer formas de contestação individual e muito menos organizada por parte dos estudantes, mostrando que o movimento, pela sua falta de frente organizativa foi vencida pelos discursos e ações do Estado rapidamente e o que resta são percepções individuais dos jovens sobre as políticas e Estado, que a eles, resta aceitar, retomando o papel de reprodução da Escola Maria do Carmo.

5.3. Percepção estudantil acerca das políticas do estado de SP e ambiente escolar

“O governo não está nem aí para o nosso futuro, o que o governo quer é que os alunos fiquem cada vez mais burros” Felipe, atualmente no 2º ano do Ensino Médio.

A repressão do Estado se fez presente na prática da luta de classes, calou professores e alunos e mostrou que a ideologia neoliberal veio para se ampliar a qualquer custo. Já não é de hoje que essas políticas vem sendo implantadas no estado de São Paulo e gradativamente tem aprofundado a crise na educação e inclusive a percepção dos jovens.

Veremos a forma que essa percepção tem se expressado atualmente entre os estudantes de ensino médio da Escola Maria do Carmo, nos mostrando a incapacidade da escola de ser uma referência de superação e evolução para esses adolescentes, que temem o futuro e não confiam no Estado e suas políticas para a educação, sintetizados na fala de Felipe, que acredita que o objetivo do poder público é diminuir a capacidade cognitiva e intelectual dos jovens da rede pública de ensino.

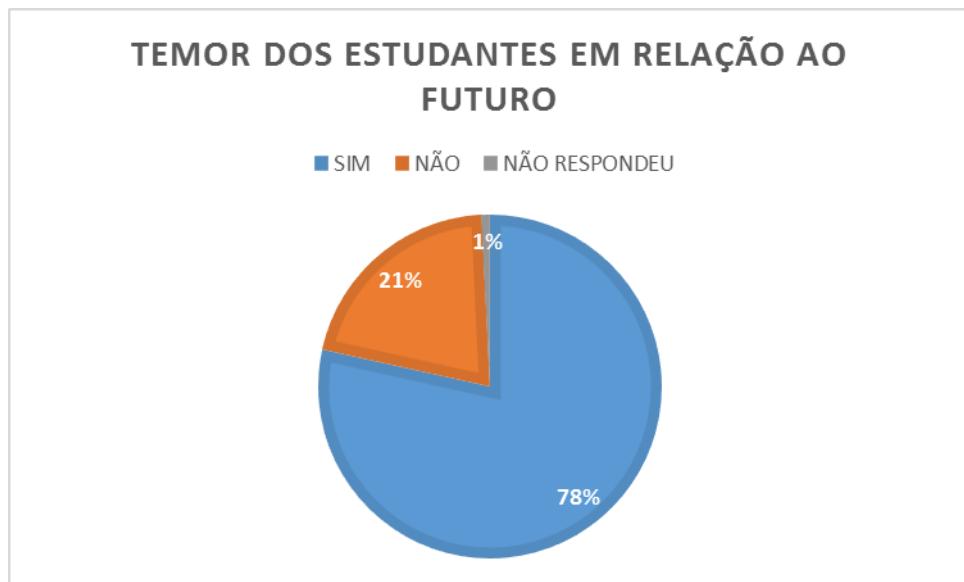


Gráfico 5: Confiança na escola em relação ao futuro.
Org.: Cunha (2018).

O gráfico mostra que a maioria dos estudantes do ensino médio, representados por 78%, temem o futuro, ou seja, não confiam na escola como forma de sentirem-se seguros em relação a um emprego, ou ao ingresso nas universidades. Esses jovens vivem na incerteza, constatamos isso na fala de um jovem de 1º ano, que diz que “o governo não está investindo na educação e isso pode dificultar para realizar os meus sonhos”. Sonhos esses que são básicos para qualquer jovem (um bom emprego e um curso superior).

Emprego e faculdade significa para esses jovens dois coisas intrísecas a um futuro de certezas, de sucesso e de tranquilidade. Alguns estudantes percebem que não são apenas seus esforços que são necessários para se alcançar esses dois objetivos, mas políticas públicas que gerem igualdade de oportunidades.

A fala de uma estudante de 2º ano do ensino médio sintetiza esta ideia: “Mesmo que eu me esforce na escola, eu acho que o governo não nos dá acessibilidade a tudo que precisamos para passar em uma faculdade ou entrar em um bom emprego”. É interessante esta percepção da garota a partir do momento que o neoliberalismo enquanto ideologia tenta individualizar as culpas, mas há a percepção de que o Estado representa a função social de investir no futuro da sociedade de forma a minimizar as desigualdades.

Na escola Maria do Carmo é possível presenciar esses principais temores a partir da leitura do gráfico, onde 48% temem o desemprego, bem

como 28% temem não conseguir cursar uma universidade em um futuro próximo.

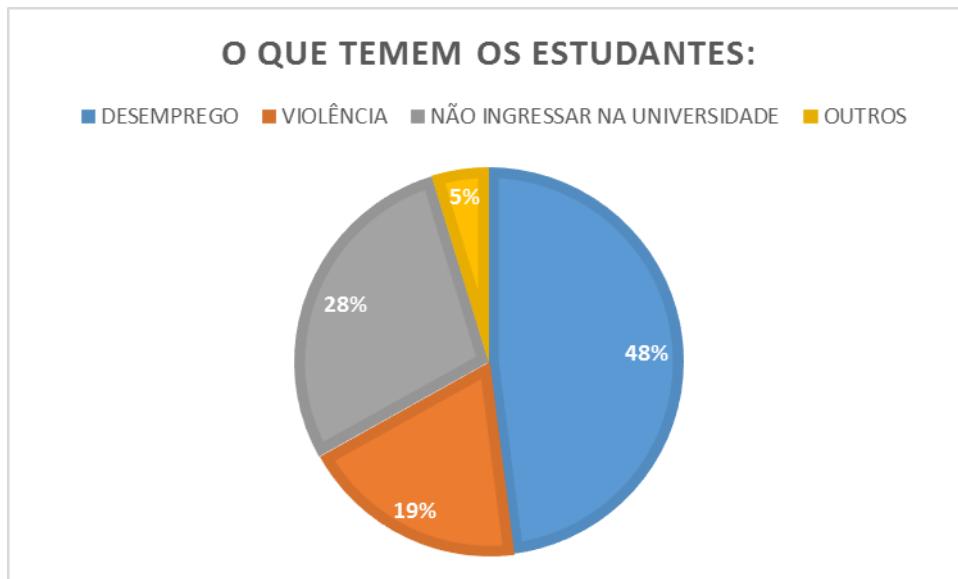


Gráfico 6: Principais temores dos estudantes.
Org.: Cunha (2018).

Um jovem de 2º ano faz a leitura desses temores e o aumento da violência atribuindo a falta de alguns valores a escola:

Falta de humanidade! A escola é o reflexo dos jovens, e se não crescemos num ambiente onde somos motivados e incentivados, crescemos arrogantes e sem nenhuma empatia, desfavorecidos. A escola só se importa com a cobrança e o resultado, e não se importam com a ansiedade e depressão que você desenvolve nossa história.

Ele relata consequências emocionais que a incerteza e os temores do futuro trazem através da falta de acolhimento da escola, da escola que perdeu seu valor humano e passou a conceber as pessoas em valores numéricos. Este é um dos aspectos da ideologia neoliberal e suas políticas de estado, causam temores e desconfiança afim de expandirem os mercados dentro da educação.

Forte exemplo é que os jovens não confiam que a políticas de estudo os auxiliem a entrar na universidade e portanto buscar cursos pagos, online e presenciais. A educação tornou-se um verdadeiro campo de lucro para essas empresas que se apoiam cada vez mais na ansiedade e pressão que o processo educativo causa nos estudantes da escola pública.

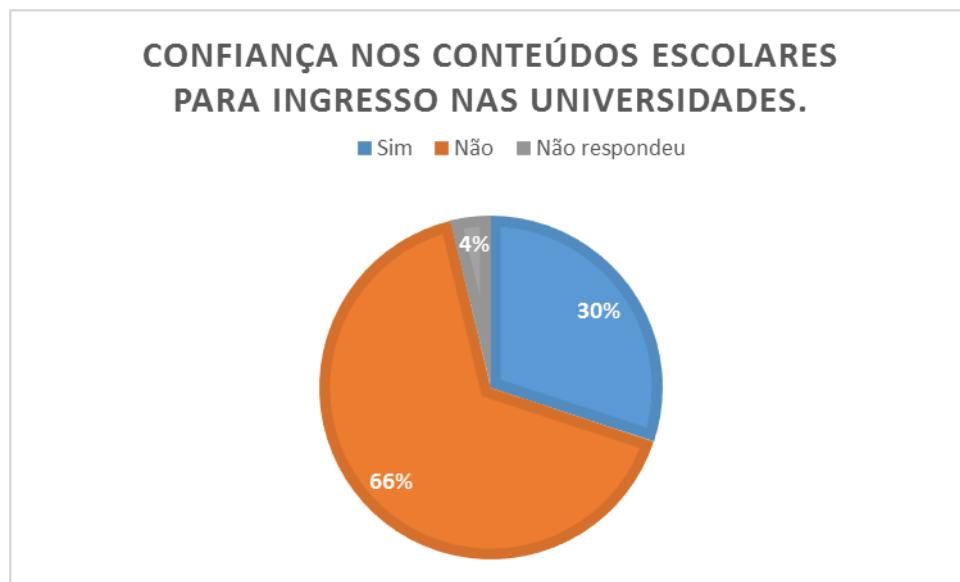


Gráfico 7: Confiança no Estado como propulsor de uma educação de qualidade.
Org.: Cunha (2018).

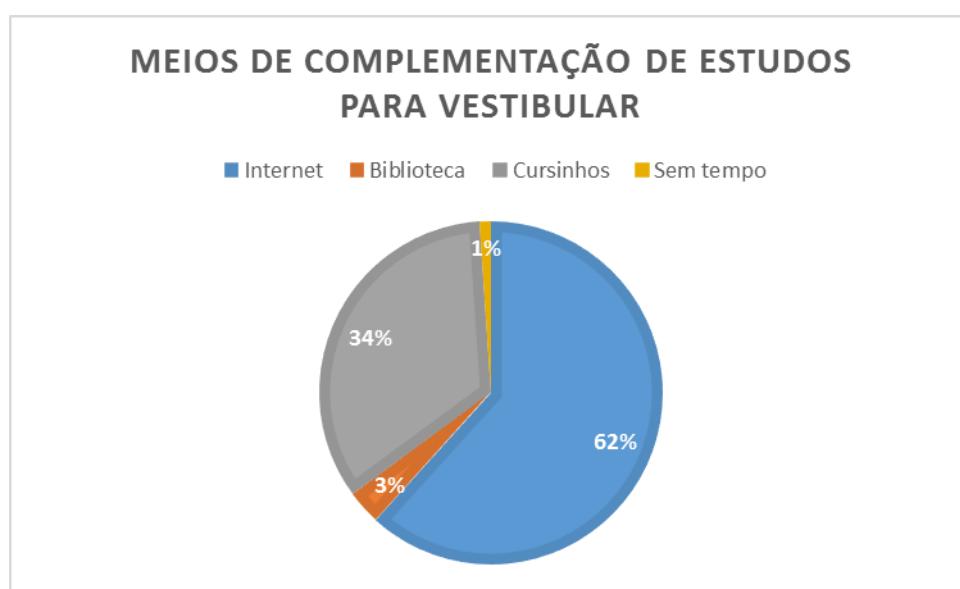


Gráfico 8: Meios de complementação de estudos dos jovens.
Org.: Cunha (2018).

Os gráficos foram postos juntos para que se pudesse comparar o poder da ideologia na escola enquanto espaço de reprodução de valores e relações de produção. A grande parte representada por 66% dos estudantes entrevistados não confiam nos conteúdos escolares e portanto nas políticas de Estado para superar as barreiras da universidade.

A internet representa para 62% a melhor forma de complementar os estudos em busca desse sonho e 34% buscam cursos pagos, hoje generalizados, baratos e precários. Esse é justamente o objetivo do neoliberalismo, mercantilizar cada vez mais os setores educativos, e isso se alcança com a precarização da educação pública, o consequente aprofundamento da crise e seus efeitos materializados na forma de violência, incertezas e desconfianças.

O estudante de 3º ano comenta como se sente com seu quase egresso dizendo que já está saindo da escola e essas políticas de hoje não fizeram diferença na vida dele. Um equívoco ideológico que pode ser explicado pelo gráfico:

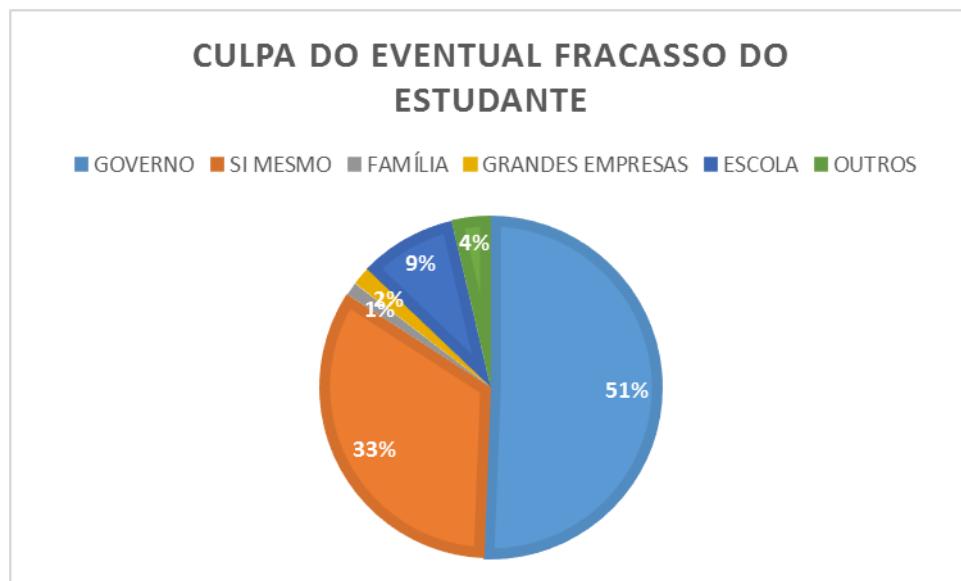


Gráfico 9: Culpados pelo fracasso estudantil.
Org.: Cunha (2018).

Estado ineficaz e culpa individualizada é a premissa da ideologia neoliberal. É interessante notar a opinião da maioria desses estudantes que apontam como culpados os próprios indivíduos pelo fracasso em relação a realização de seus sonhos, e também o governo, que para eles, é incapaz de proporcionar educação de qualidade e por isso buscam outras alternativas.

A estudante de 2º ano observa esses dois aspectos na escola quando diz:

A estrutura do prédio me incomoda, pois é muito fechada e com danos. A educação que recebemos também é fraca e um

tanto manipuladora, pois é nítido que o governo não quer alunos críticos e pensantes.

Acerca da educação de qualidade o gráfico mostra que a maioria massante, representada por 83% dos estudantes não confiam nas políticas para formação de qualidade, ou seja, para esses estudantes os sentidos da escola se perdem, voltam-se apenas a resultados, a acumulação de conteúdos e valores desnecessários, aprisionadores. A jovem de 1º ano diz que não acredita nas políticas “porque faz com que os alunos não tenha vontade de estudar”. Essa fala representa a concepção da maioria.

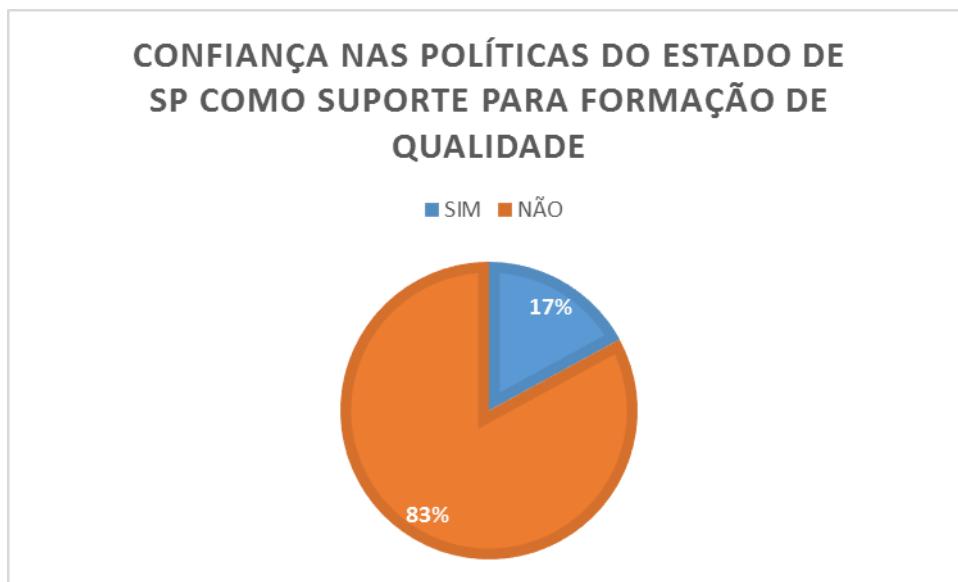


Gráfico 10: Confiança nas políticas de Estado
Org.: Cunha (2018).

Outro jovem, também do 1º ano atribui a falta de qualidade das escolas certeiramente no projeto de enxugamento de gastos, quando diz que “o governo não manda verba o suficiente, assim, não temos melhorias escolares o suficiente, pois quando temos, deixam a aula mais intrigante, fazendo com que aprendemos de uma maneira mais divertida”. É a esperança por uma escola plural, com investimento, que traga o gosto pelo estudar e pelo conhecimento científico.

Os estudantes foram perguntados sobre sua percepção de uma escola ideal e o quadro lista as 10 respostas que mais se destacaram dentro da percepção dos jovens frente às políticas aplicadas na escola: Falta de estrutura, de investimento, de pluralismo, de liberdade, além da presença da

violência e da intolerância em alguns casos. A resolução desses problemas é precisa para uma escola ideal e justa como se pode constatar.

Para você o que seria uma escola ideal e justa?		
Ordem	Série	Resposta
1	2º EM	Para mim uma escola ideal seria um lugar onde tivéssemos liberdade, onde pudéssemos nos expressar sem opressão e receber uma educação de qualidade que nos mostrasse as verdades e não manipulação.
2	2º EM	Mais companheirismo, mais educação e mais igualdade.
3	2º EM	Aonde o governo realmente se preocupasse com a educação e aonde os alunos soubessem o que é respeito e aprendessem a lidar com as diversas opiniões dos colegas.
4	2º EM	Primeiro, nota não faz aluno. Mais humanidade com quem tem dificuldades, mais incentivo e mais desconstrução para nossos alunos. Resistência!
5	2º EM	Uma escola ideal seria uma escola com um preparo real para vestibulares, etc, e não apenas ensino comum da onde não vai se lembrando de nada.
6	1º EM	Alunos respeitando, professor dando matéria, reprovando aqueles que não sabem, passeios gratuitos, banheiros com chuveiro, câmeras.
7	2º EM	O ensino fosse com os jovens tendo mais oportunidades, fosse investido mais dinheiro, que os jovens tivessem direito de expressão.
8	3º EM	Seria uma escola com educação melhor e sem desigualdade social, racial e profissional
9	3º EM	Uma escola em que tenha literalmente a igualdade, com mais atividades, lugares específicos para cada aula e etc.
10	2º EM	Uma escola que haja materiais que são necessários para todas as matérias e menos violência.

Quadro 6: Tipo de escola ideal e justa na perspectiva dos estudantes.

Org.: Cunha (2018)

As políticas do estado de São Paulo com sua tentativa de melhorar a qualidade da educação, faz reformas atrás de reformas tentando amenizar a crise que a orientação neoliberal trouxe para a concepção da educação e da escola. A busca incessante de expansão do capital e sua demanda pela mão de obra barata, seu olhar para o humano apenas como mercadoria é causa do choque ideológico que se amplia na luta de classes nesse período de agudização da crise. É evidente que os estudantes secundaristas da Escola Estadual Professora Maria do Carmo Arruda da Silva apresentam narrativas ligadas ao modo de vida neoliberal, mas também mantém o aspecto ontológico humano da coletividade, da busca pela ampliação da sua capacidade versátil de trabalho, pelo respeito, pela igualdade, pela evolução, como vimos nas falas citadas. Amplos aspectos observados no movimento de ocupação e que ainda continuam vivas na memória daquela comunidade escolar classe trabalhadora

como formas de luta inovadoras e eficazes que servirão como suporte para os próximos levantes de resistência contra o neoliberalismo de ferro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade passa por um momento histórico que vem sendo marcado por grandes mudanças estruturais em todos os aspectos, evolvendo nosso desenrolar enquanto corpo social em constante desenvolvimento e contradição. A crise que se apresenta na forma do enrijecimento da ideologia neoliberal como modelo de sociedade, se expande no contexto do redesenho da divisão internacional do trabalho.

O aspecto mais marcante da expressão desse contexto no Brasil se dá no golpe institucional de 2016, engendrando um governo não legitimado pelas bases da democracia liberal, refundada em 1988, dando início rapidamente a uma série de medidas e políticas de Estado demandadas pela ideologia do neoliberalismo em sua forma mais robusta: autoritário, impositivo e implacável, o objetivo é que as medidas necessárias pelo capital sejam impostas a quaisquer custos. O motivo é capitalizar a maior quantidade de riquezas nacionais e lucros para os grandes conglomerados empresariais e financeiros do centro do sistema.

Para o território brasileiro isso significa posicionar-se enquanto produtor de mão-de-obra pouco qualificada e de matérias-primas, recondicionando-se enquanto neocolônia submetida ao mercado financeiro e aos mais poderosos grupos empresariais do Norte. Porém as novas relações de produção e reprodução da força de trabalho pleiteadas para o Brasil precisam de um aparato ideológico para se disseminarem e se estabelecerem. A escola e as políticas de Estado para a educação serão os portavozes dessas reivindicações do centro do capital.

No espectro da educação a crise se expande e se aprofunda. A escola enquanto Aparelho Ideológico de Estado atravessa uma série de reformas de cunho econômico e de concepções que vem para suprir a expansão do capitalismo, no contexto paulista isso já não é de hoje.

Desde 1995 quando o PSDB assume o poder no governo do Estado já passa a aplicar diversas reformas derivadas do centro de poder na forma do

Banco Mundial e Consenso de Whashington. Essas políticas tem dois grandes objetivos: Primeiramente descentralizar e enxugar a gestão, cortando gastos, afim de pagar os juros da dívida pública adquirida junto ao sistema financeiro para aplicação em parcerias público-privadas e também ampliar esses pactos. O segundo objetivo é no aspecto macroeconômico e ideológico, buscando reformular as relações de produção e reprodução de trabalho, simplicando as habilidades e oferecendo competências básicas para realização do trabalho simples.

A simplicação do trabalho e as novas formas de alienação, o olhar frio do Estado para o aluno na forma de “capital humano”, os cortes de verba e o autoritarismo aprofundam a crise na educação gerando uma polarização ideológica que se expressa na forma de revolta e violência generalizado, traduzindo a barbárie social que representa nosso período histórico.

A percepção negativa dos estudantes acerca do ambiente escolar é evidente a partir do momento que essa instituição não serve mais como base para um futuro com emprego e curso universitário. Esses são elementos básicos para adentrar na vida adulto, segundo a concepção desses jovens. Aliando a isso os estudantes não enxergam a escola enquanto ambiente de liberdade e socialização, auxiliando inclusive no baixo rendimento de muitos, que não sentem vontade de estudar.

Essas políticas se materializam desde a primeira reorganização escolar, passando pela progressão continuada, a centralização do Currículo pelo “São Paulo faz escola”, programas de recuperação de aprendizagem, centralização das avaliações com o SARESP, chegando à imposição de uma nova reorganização, que representa o ápice da crise, gerando de maneira prática a resistência que se seguiu pelos meses de novembro e dezembro de 2015 na forma do Movimento de Ocupações das escolas.

Os levantes da juventude e o movimento estudantil sempre foram peça chave nas principais transições políticas e econômicas que a classe trabalhadora enfrentou, apresentando-se com disposição à atuação enquanto atores sociais que influenciam nos rumos das políticas de Estado.

Esse marco está evidente no período que se inicia na ditadura militar com a luta pelas liberdades democráticas e contra o Estado autoritário até o período globalizatório, que traz consigo grandes reestruturações na forma de

produzir e viver, retirando direitos e precarizando setores públicos essenciais, fatos que também fazem se reinventar as formas de luta, como vimos ao longo de 2013, 2015 e 2016 com muita enfervescência.

Nesse contexto percebemos que apresentam-se dois paradigmas dentro do período citado. O primeiro paradigma inscreve o movimento na forte centralização de partidos de esquerda e movimentos sociais na organização militante durante o período militar, que via como estratégias os protestos de rua e a forma de comunicação orgânica entre os opositores do regime. A radicalização se aprofunda na forma de luta armada a partir do momento que expande a repressão. Esmagado em 1968, os estudantes são desarticulados e só passam a se reorganizar após a segunda metade da década de 70 com a transição iniciada para a redemocratização.

Com as tecnologias de informação pulsantes durante as décadas de 80 e 90, o processo de redemocratização e a entrada do neoliberalismo, há realinhamento nas formas de luta e expressão da juventude fundando um novo paradigma – o da informação. No Brasil há dois momentos expressivos de organização estudantil nesse período em 1985 com a redemocratização e em 1992 com o Impeachment do presidente Collor.

Os reflexos da crise neoliberal na organização e contestação estudantil aparecerão com força no Chile, no ano de 2006. Organizados por entidades estudantis centralizadas, a Revolta dos Pinguins traz a tona os problemas enfrentados na educação pública do país, resultado de políticas de Estado que reformaram a escola para as privatizações através do corte de gastos e de gestão. Sob o paradigma informacional o movimento apresentou além das bandeiras de defesa da educação pública, uma série de pautas locais e imediatas no que se refere a estrutura dos prédios e materiais e formas variadas de protestos nos momentos que antecederam a radicalização.

Resultado disso foram centenas de escolas ocupadas apresentando novas formas de expressão e contestação, pautadas na ação direta, ocupando espaços públicos através de atos e protestos. Sem grandes resultados imediatos, como a revogação da LOCE, reivindicação dos secundaristas. O movimento serviu como experiência adquirindo o caráter centralizador das entidades, mas horizontal na medida que usavam-se de assembleias e comitês organizativos para o funcionamento das ocupações e são esses aspectos que

estarão presentes no movimento como principal herança para os saltos da atual década.

Com a reorganização anunciada em setembro de 2015 e um forte arcabouço histórico do movimento estudantil, os jovens e a comunidade escolar insatisfeitos com as imposições do governo iniciam em agosto uma escalada de protestos de ruas, abaixo-assinados, intervenções artísticas e tentativas de diálogo, todas em vão. Para o governo Alckmin o diálogo se daria com apresentação do projeto de reorganização indicando a pais e alunos como funcionariam as transferências compulsórios e o novo modelo de escola.

Então que em 9 de novembro inicia-se o movimento de ocupações, apresentando a característica da horizontalidade do movimento chileno e a ação direta das jornadas de 2013. O caráter autônomo e distante de partidos centralizadores aparece no manual “Como ocupar sua escola”, do coletivo “O Mal Educado” que traduz as experiências chilenas na voz de estudantes argentinos que também passara por movimento semelhantes já no período informacional.

É gritante as marcas deste período para o movimento paulista. A internet e as redes sociais foram os principais meios de comunicação e disseminação das ideias e notícias acerca do movimento, o que representou avanços no que se refere aos movimentos anteriores, já sob esse paradigma. Foram centenas de páginas e grupos na internet, onde eram organizados os protestos e as assembleia gerais e a articulação entre as escolas.

O caráter autonomista e espontânea faz com que rapidamente as ocupações se generalizem pelo estado, chegando a mais de 200 escolas ao final de novembro, com centenas de protestos de ruas e intervenções das mais diversas formas, outra das heranças chilenas. Em muitos casos a aversão a partidos e entidades organizadas, que ainda assim apresentavam-se nas lutas de rua.

Sob o aspecto ideológico as principais possibilidades oferecidas pelas ocupações foi o desenvolvimento da coletivo e a reflexão sobre o espaço escolar e sua precariedade. A luta pela manutenção de direitos já garantidos também marcam as orientações que o movimento seguiu. O movimento segue até o governo recuo, no dia 4 de dezembro, com a suspensão da reorganização escolar via decreto 61.692 de 2015 o movimento e suas táticas

representam grande vitória para as lutas da juventude.

A experiência das ocupações, espelhadas na experiência latinoamericana alcança o estado de Goiás em dezembro daquele ano. O estado passava pela etapa final do projeto neoliberal – A entrega da gestão escolar às Organizações Sociais (OSSs) – as ocupações também se alastram para estados como Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Sul como forma de apoio a greve dos professores e contra o controle ideológico na escola.

Ainda em 2016 com a Reforma do ensino médio proposta em setembro através da MP 746, e a PEC do teto de gastos iniciam um movimento nacional de ocupações que em seu auge atingiu milhares de escolas ocupadas proliferando as táticas de luta e mobilização que os estudantes paulistas haviam apresentado ao cenário da classe trabalhadora. Em 2017 a reforma do ensino médio foi aprovada na forma da lei 13.415 de fevereiro, bem como a lei do teto de gastos na forma da Emenda Constitucional 13.587 de 2018.

Tais imposições do Estado na continuidade das políticas neoliberais demonstram os limites do movimento de ocupações, que por sua espontaneidade e imediatismo não consegue manter-se em mobilização. A aversão por partidos e movimentos sociais também apresenta-se como problema na medida que o movimento dos estudantes isola-se em suas práticas organizativas e de ação, não tendo um fio condutor da energia e disposição de luta desses jovens. São esses os efeitos e os reflexos do paradigma informacional no interior da luta estudantil.

Na Escola Estadual Maria do Carmo Arruda, na cidade de Ourinhos, distante 370 km da capital paulista, o movimento vai espelhar revolta e falta de organização no início e pouco tempo depois transmutando-se em um movimento organizado e que demonstrou nas ruas a insatisfação com a forma que a educação pública vinha se apresentando. O caráter político-ideológico não foi tão presente nas ocupações de Ourinhos, voltando as reivindicações dos estudantes às pautas imediatas, que baseavam-se na não reorganização das escolas e a transferência compulsória de professores e estudantes.

No caso de Ourinhos o movimento vai trazer experiências que se desenrolam pelo ano de 2016, gerando contestação dos estudantes frente a reforma do ensino médio e a PEC 241/55 que previam o congelamento de investimento no setor público por 20 anos.

O Estado já não aceitava mais as contestações, fato que gerou repressão de algumas formas: Primeiro contra o professor de geografia através da polícia militar e do ministério público que inicia uma escalada de perseguições físicas, psicológicas, midiáticas e jurídicas, fatos que levam o professor a se exiliar do município antes mesmo do final daquele ano letivo. Da mesma forma lideranças estudantis foram suspensas da escola a mando da Diretoria de Ensino. Tal repressão cala professores e estudantes mostrando o encrucilhamento do Estado no que diz respeito à aplicação das reformas e na imposição da ideologia neoliberal. O Estado vence a batalha e expõe os limites que representaram as ocupações.

Até o presente momento já foram mais 6 mil salas fechadas em todo o estado segundo a APEOESP, o que representando, cerca de 235 escolas fechadas de forma descentralizada. O Estado, alcança seu objetivo de cortar gastos, de enxugar gestão, demitir professores e funcionários e superlotar salas.

A Resolução 2 de 2016, imposta já pelo Secretário de Educação José Roberto Nalini prevê o aumento de 10% de alunos por sala, representando 38 alunos no ensino fundamental e 44 no médio. Também a Resolução 12 de 2016 que traz o corte de coordenadores e gestores nas escolas são representações de que o governo de São Paulo não desistiu nem recuou nas suas políticas, fato que fez com que o governador indicasse um jurista ao cargo de secretário.

Em 2018 São Paulo passa a ocupar a 10^a posição em investimentos por aluno na educação, sendo esse da ordem de 5.778,19 reais em 2018 contra os quase 10.000 reais que representavam no início da década de 2010 (SÃO PAULO, 2018). Nesse mesmo aspecto a pasta da educação recebia repasse de 561 milhões de reais, representando em 2018 apenas 375.200 reais para fins administrativos e organizativos.

Sob o discurso da gestão democrática do Secretário Nalini o Estado avança em seus planos de mercantilizar cada vez mais a educação, cooptando grêmios e organizações estudantis, que na falta de entidades organizativas facilmente se veem controladas pelas diretorias de ensino, com pouca oportunidade de contestação. O Estado retoma o controle total sobre as escolas e ideologia que se dissemina.

As ocupações representaram mais ganhos de experiências, é preciso que para o futuro sejam feitas as análise sobre os erros e acertos da movimentação de juventude para que elas se mostrem com mais efetividade na questão político-material. No aspecto ideológico elas foram essenciais para demonstrar que ainda continua viva enquanto experiência de contestação para a classe trabalhadora trazendo novas concepções de luta que devem ser revistas para os próximos assaltos da luta dos trabalhadores contra o avanço do neoliberalismo.

7. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Marcio Miguel. **Seleção de Conteúdos e Organização do Trabalho Docente: Reflexões sobre a prática e suas consequências no ensino de geografia.** Dissertação de Mestrado – Londrina, 2013.
- ALMEIDA, Vanessa Sievers. **Educação e liberdade em Hannah Arendt.** Revista Educação e Pesquisa. V.34, n.3. São Paulo, 2008. p.465-479.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado.** In: ZIZEK, Slavoj. (org) **Um mapa da Ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- BARRETO, Maribel Oliveira. **Consciência e Educação.** In: DI BIASE, Francisco. **Em busca da consciência que está por vir** (org). Salvador: I Simpósio Nacional sobre Consciência, 2006. p. 126-143
- BOUDON, Raymond. **A Ideologia.** São Paulo: Ática, 1989.
- FILHO, Paulo Alves de Lima. **Nossa Dura caminhada pela história.** In: FILHO, Paulo Alves de Lima; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogério Fernandes. (Orgs) **Movimentos sociais e crises contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017 p. 30-49
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- _____. **Educação e Mudança.** – 22.ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis.** – 2.ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1998.
- GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da &
- GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília, DF: CNTE, 1996, p. 9-49.
- HAMMEL, Ana Cristina; COSTA, Gelson Kruk da; MEZNEK, Ivone. **A Ditadura Militar Brasileira e a Política Educacional: leis nº 5.540/68 e nº 5.693/71.** In: Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Cascavel, 2011. p. 1-13
- LENIN, Vladmir Ilich. **Obras Escolhidas.** – 3.ed. – São Paulo: Editora Alfa Omega, 1986.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: RocketEdition, 1999. (Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf> acesso em 13/07/2017)

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. – 2.ed. – São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Marx: a teria da alienação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **O Século XXI: socialismo ou barbárie**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA *et al.* **A intencionalidade da Consciência no Processo Educativo Segundo Paulo Freire**. Revista Paideia, vol.17, n.37. Ribeirão Preto, 2007. p.219-230.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As Políticas Educacionais no Governo Lula: rupturas e permanências**. RBPAE – v.25, n.2, 2009. p. 197-209.

PESSOTO, Umberto Catarino; SOBREIRA, Antônio. **Mídia e Ideologia: uma leitura crítica**. Revista Formação, nº14, volume 2. São Paulo, 2007 – p.61-69

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 1981.

SAVIANI, Demeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2^a ed., 2013

SOBREIRA, Antônio Elísio Garcia. **Pedagogia Anarquista e ensino de geografia: conquistando cotas de liberdade**. Presidente Prudente: [s.n], 2009. Tese (Doutorado) Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSE-TUNG, Mao. **Sobre a Prática e a Contradição**. Apresentação de ZIZEK, Slavoj. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2008.

VESENTINI, José William. **Educação e ensino de geografia: instrumentos de dominação e/ou libertação**. In. CARLOS, Ana Fani A. [org.]. **A geografia na sala de aula**. 8. Ed., 3^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contra ponto, 1996

ANEXOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Questionário – Ensino médio – Percepção sobre as políticas educacionais e espaço escolar – E.E.

Profª Maria do Carmo Arruda da Silva

Série:_____

Pesquisador: Prof. Gabriel da Silva Cunha

1 – Você participou da ocupação da escola em 2015? () Sim () Não

Sem sim, responda: Essa participação foi de forma direta (presente na escola) ou indireta (apenas apoiando)? () Direta () Indireta () Eu era contra o movimento.

2 – Qual a importância daquele movimento para a sua formação?

3 – Você acredita que os conteúdos ensinados na escola são suficientes para enfrentar os vestibulares? () Sim () Não

Se não, responda: Que meios você busca para complementar seus estudos? () Internet () Biblioteca () Cursinhos pagos () Não tenho tempo para isso

4 – Você teme o futuro? () Sim () Não

Se sim, responda: O que mais você teme? () Desemprego () Violência () Não conseguir fazer faculdade () Outro _____.

5 – Quem você culpa pelo seu eventual fracasso no futuro? () Governo () Você mesmo () Família () Grandes empresas () Escola () Outro _____

6 – Politicamente você se considera: () Direita () Esquerda () Centro () Isso não existe () Pra mim não importa a política

7 – O que mais te incomoda no ambiente escolar? E como você reage a isso?

8 – Você Trabalha? () Sim () Não. Se sim qual a sua ocupação? _____

9 – Você acredita que as políticas do Governo de SP para educação vão te ajudar a realizar seus sonhos para o futuro? () Sim () Não. Por que? _____

OBS: Podem ser marcadas mais de uma alternativa. Não precisa colocar nome.
Obrigado! A ciência agradece.

Escolas ocupadas no Estado de São Paulo até 23/11/2015.

CIDADE - ESCOLA

Americana - Escola Estadual Monsenhor Magi
Americana - Escola Estadual Antonio Zanaga
Americana - Escola Estadual Sebastiana Paie Rodella
Americana - Escola Estadual Anna Maria Lucia De Nardo Moraes Barros
Americana - Escola Estadual Heloisa Therezinha Murbach Lacava
Araçoiaba Da Serra - Escola Estadual Maria Angélica Baillot
Araraquara - Escola Estadual Lysanias De Oliveira Campos
Assis - Escola Estadual Dr. Clybas Pinto Ferraz
Assis - Escola Estadual João Batista De Aquino
Barueri - Escola Estadual Ivani Maria Paes
Barueri - Escola Estadual Henrique Fernando Gomes Estudante
Barueri - Escola Estadual José Leandro De Barros Pimentel
Barueri - Escola Estadual República De Cuba
Bauru - Escola Estadual Ayrton Busch
Bauru - Escola Estadual Stela Machado
Bauru - Escola Estadual Luiz Castanho De Almeida
Cachoeira Paulista - Escola Estadual João Bastos Soares
Caieiras - Escola Estadual Olindo Dartora Doutor
Caieiras - Escola Estadual Mario De Toledo Moraes
Caieiras - Escola Estadual Francisco Gonçalves Vieira Professor
Caieiras - Escola Estadual Isaura Valentini Hanser
Caieiras - Escola Estadual Albino Fiore
Campinas - Escola Estadual Carlos Gomes
Campinas - Escola Estadual Francisco Glicério
Campinas - Escola Estadual Antonio Vilela Junior
Campinas - Escola Estadual Julio Mesquita
Campinas - Escola Estadual Reverendo Eliseu Narciso
Campinas - Escola Estadual Dom Barreto
Campinas - Escola Estadual Hugo Penteado Teixeira
Campinas - Escola Estadual Procópio Ferreira
Campinas - Escola Estadual Newton Pimenta Neves
Campinas - Escola Estadual Eduardo Barnabé Deputado
Campinas - Escola Estadual Jamil Gadia Deputado
Campo Limpo Paulista - Escola Estadual Frei Dagoberto Romag
Cândido Mota - Escola Estadual Rachid Jabur
Caraguatatuba - Escola Estadual Colônia Dos Pescadores
Cotia - Escola Estadual Pequeno Cotelengo De Dom Orioni
Diadema - Escola Estadual Delcio De Souza Cunha
Professor
Diadema - Escola Estadual Diadema
Diadema - Escola Estadual Homero Silva
Diadema - Escola Estadual Riolando Cannó
Embu Das Artes - Escola Estadual Ede Wilson Gonzaga
Professor
Franca - Escola Estadual Suely Machado Da Silva Profa
Guarujá - Escola Estadual Rene Rodrigues De Moraes
Guarulhos - Escola Estadual Alayne Maria Vicente
Professora
Guarulhos - Escola Estadual Conselheiro Crispiniano
Guarulhos - Escola Estadual Alice Chuery
Guarulhos - Escola Estadual Ilia Zilda Innocenti Blanco
Guarulhos - Escola Estadual José Storopoli Deputado

Guarulhos - Escola Estadual Vereador Antonio De Ré
Ibitinga - Escola Estadual Iracema De Oliveira Carlos
Indaiatuba - Escola Estadual Maria De Lourdes Stipp Steffen
Iperó - Escola Estadual Gaspar Ricardo Junior
Itapira - Escola Estadual Antonio Caio
Itaquaquecetuba - Escola Estadual Cicero Antonio De Sá Ramalho
Jandira - Escola Estadual Josepha Pinto Chiavelli Professora
Jaú - Escola Estadual Domingos De Magalhães
Jundiaí - Escola Estadual Eloy De Miranda Chaves Doutor
Jundiaí - Escola Estadual Barão De Jundiaí
Lencois Paulista - Escola Estadual Antonieta Grassi Malatrasi
Profa
Lins - Escola Estadual 21 De Abril
Marilia - Escola Estadual José Alfredo De Almeida
Marilia - Escola Estadual Sylvia Ribeiro De Carvalho Profa
Marília - Escola Estadual Monsenhor Bicudo
Matão - Escola Estadual Chlorita De Oliveira Penteado Martins
Mauá - Escola Estadual Maria Elena Colonia Professora
Mauá - Escola Estadual Maria Aparecida Damo
Mauá - Escola Estadual Álvaro De Souza
Mauá - Escola Estadual Marta Teresinha Rosa
Mauá - Escola Estadual Professora Iracema Crem
Miracatu - Escola Estadual Pé De Serra
Miracatu - Escola Estadual Bairro Jaire
Mogi Das Cruzes - Escola Estadual Francisco De Souza Mello
Osasco - Escola Estadual Antonio Paiva De Sampaio Coronel
Osasco - Escola Estadual Heloisa De Assumpção Professora
Osasco - Escola Estadual Francisca Lisboa Peralta
Ourinhos - Escola Estadual Profª Maria do Carmo Arruda da Silva
Ourinhos - Escola Estadual Profª Justina de Oliveira Gonçalves
Ourinhos - Escola Estadual Profº Dalton Morato Villas Boas
Piracicaba - Escola Estadual Antonio De Mello Cotrim
Professor
Piracicaba - Escola Estadual Barão Do Rio Branco
Piracicaba - Escola Estadual Jethro Vaz De Toledo
Piracicaba - Escola Estadual Pedro Moraes Cavalcanti
Poa - Escola Estadual Nanci Cristina Do Espírito Santo Professora
Ribeirao Pires - Escola Estadual Santinho Carnavale
Ribeirao Pires - Escola Estadual Leico Akaishi Professora
Ribeirão Preto - Escola Estadual Professor Alberto Ferriani
Santa Barbara D'oeste - Escola Estadual Benedicta Aranha De Oliveira Lino
Santa Bárbara D'oeste - Escola Estadual Irene De Assis Saes Profa
Santa Cruz Das Palmeiras - Escola Estadual Mario Avesani
Prefeito
Santo André - Escola Estadual 16 De Julho
Santo André - Escola Estadual Américo Brasiliense Doutor
Santo André - Escola Estadual Antonio Adib
Chammas
Santo André - Escola Estadual João Galeão Carvalhal
Senador
Santo André - Escola Estadual José Augusto De Azevedo Antunes
Professor
Santo André - Escola Estadual Oscavo De Paula E Silva
Professor
Santo André - Escola Estadual Valdomiro Silveira
Santo André - Escola Estadual Oito De Abril

Santo André - Escola Estadual Wanda Bento Gonçalves
Santo André - Escola Estadual Nelson Pizzotti Mendes
Santos - Escola Estadual Cleobulo Amazonas Duarte
Professor
Santos - Escola Estadual Azevedo Junior
Sao Bernardo Do Campo - Escola Estadual Tito
Lima
São Bernardo Do Campo - Escola Estadual Professora Maria Osório Teixeira
São Carlos - Escola Estadual Arlindo Bittencourt
São Carlos - Escola Estadual Jesuíno De Arruda
Sao Jose Dos Campos - Escola Estadual Miguel Naked
Major
São José Dos Campos - Escola Estadual Moabe Cury
São Paulo - Escola Estadual Caetano De Campos
(Consolação)
São Paulo - Escola Estadual Fidelino Figueiredo Professor
São Paulo - Escola Estadual João Kopke
São Paulo - Escola Estadual Miss Browne
São Paulo - Escola Estadual Ana Rosa De Araujo Dona
São Paulo - Escola Estadual Emiliano Augusto Cavalcanti De Albuquerque E
Melo
São Paulo - Escola Estadual Fernão Dias Paes
São Paulo - Escola Estadual Godofredo Furtado
São Paulo - Escola Estadual Pedro Fonseca Professor
São Paulo - Escola Estadual Caetano De Campos
(Aclimação)
São Paulo - Escola Estadual Raul Fonseca
São Paulo - Escola Estadual Astrogildo Arruda Prof
São Paulo - Escola Estadual João Doria Deputado
São Paulo - Escola Estadual Maria Regina Machado De Castro Guimaraes
Profa
São Paulo - Escola Estadual Republica Do Suriname
São Paulo - Escola Estadual Roger Jules De Carvalho
Mange
São Paulo - Escola Estadual Shinquichi Agari
São Paulo - Escola Estadual Jardim Wilma Flor
São Paulo - Escola Estadual Salvador Allende Gossens
Presidente
São Paulo - Escola Estadual Moacyr Campos Professor
São Paulo - Escola Estadual Antonio Emilio Souza Penna
Professor
São Paulo - Escola Estadual Gavião Peixoto Brigadeiro
São Paulo - Escola Estadual Martin Egidio Damy
São Paulo - Escola Estadual Silvio Xavier Antunes Professor
São Paulo - Escola Estadual Castro Alves
São Paulo - Escola Estadual Flavio Jose Osorio Negrini
Professor
São Paulo - Escola Estadual Maria Petronila Limeira Dos Milagres Monteiro
São Paulo - Escola Estadual Mary Moraes
São Paulo - Escola Estadual Miguel Maluhy
Comendador
São Paulo - Escola Estadual Neyde Apparecida Sollitto
Professora
São Paulo - Escola Estadual Saboia De Medeiros Padre
São Paulo - Escola Estadual Antonio Manoel Alves De
Lima

São Paulo - Escola Estadual Eulalia Silva Professora
São Paulo - Escola Estadual Honorio Monteiro Doutor
São Paulo - Escola Estadual José Lins Do Rego
São Paulo - Escola Estadual Maria Peccioli Giannasi
Professora
São Paulo - Escola Estadual Marilda Garbossa Francisco
Professora
São Paulo - Escola Estadual Sinha Pantoja
São Paulo - Escola Estadual Tancredo De Almeida Neves
Pres
São Paulo - Escola Estadual Andronico De Mello Prof
São Paulo - Escola Estadual Manuel Ciridião Duarte
São Paulo - Escola Estadual Emygdio De Barros Prof
São Paulo - Escola Estadual João Xxiii
São Paulo - Escola Estadual Décio Ferraz Alvim
São Paulo - Escola Estadual Sapopemba
São Paulo - Escola Estadual Pio Telles Peixoto
São Paulo - Escola Estadual Etelvina De Goes Marcucci
São Paulo - Escola Estadual Joao Ernesto Faggin
São Paulo - Escola Estadual Plinio Negrão
São Paulo - Escola Estadual Capitão Pedro Monteiro Do Amaral
São Paulo - Escola Estadual Antonio Firmino De Proença
São Paulo - Escola Estadual Antoine De Saint Exupery
São Paulo - Escola Estadual Orville Derby
São Paulo - Escola Estadual Antonio Aggio
São Paulo - Escola Estadual Dona Zulmira Cavalheiro Faustino
São Paulo - Escola Estadual Salim Farah Maluf Professor
São Paulo - Escola Estadual Maria José
São Paulo - Escola Estadual Benedita Ribas Silveira
São Paulo - Escola Estadual Alberto Conte
São Paulo - Escola Estadual Antonio Alves Cruz Professor
São Paulo - Escola Estadual Ministro Dilson Funaro
São Paulo - Escola Estadual Estela Borges Morato
São Paulo - Escola Estadual Arthur Chagas Junior
São Paulo - Escola Estadual Luis Magalhães Araujo
São Paulo - Escola Estadual Oswald De Andrade
São Paulo - Escola Estadual Jardim Aracati Ii
São Paulo - Escola Estadual Romeu De Moraes
São Paulo - Escola Estadual Augusto Ribeiro De Carvalho
São Paulo - Escola Estadual Aracy Leme Da Veiga Ravache
São Paulo - Escola Estadual Octávio Mendes - Cedom
São Paulo - Escola Estadual Romeu De Moraes
São Paulo - Escola Estadual Anhanguera
São Paulo - Escola Estadual Dona Prisciliana Duarte De Almeida
São Paulo - Escola Estadual Adelaide Rosa Fernandes Machado De Souza
São Paulo - Escola Estadual Comendador Alfredo Vianello Gregório
Sertãozinho - Escola Estadual Bruno Pieroni Professor
Sertãozinho - Escola Estadual Nicia Fabiola Zanutto Professora
Sorocaba - Escola Estadual Lauro Sanchez Professor
Sorocaba - Escola Estadual Antonio Vieira Campos
Sorocaba - Escola Estadual Beathris Caikeiro Del Cistia
Sorocaba - Escola Estadual Hélio Del Cistia
Sorocaba - Escola Estadual Humberto De Campos
Sorocaba - Escola Estadual Jorge Madureira
Sorocaba - Escola Estadual Mario Guilherme Notari
Sorocaba - Escola Estadual João Rodrigues Bueno

Sorocaba - Escola Estadual Antonio Padilha
Sorocaba - Escola Estadual Antonio Cordeiro
Sorocaba - Escola Estadual Elza Salvestro Bonilha Professora
Sorocaba - Escola Estadual Genésio Machado Professor
Sorocaba - Escola Estadual Dr Julio Prestes De Albuquerque
Sorocaba - Escola Estadual Rafael Orsi Filho Professor
Sorocaba - Escola Estadual Roque Conceição Martins Professor
Sorocaba - Escola Estadual Senador Vergueiro
Sorocaba - Escola Estadual Guiomar Carmolesi Professora
Sorocaba - Escola Estadual Isabel Lopes Monteiro
Sorocaba - Escola Estadual Ezequiel Machado Nascimento
Sorocaba - Escola Estadual Ossis Salvestrini Mendes
Sorocaba - Escola Estadual Professor Julio Bierrenbach Lima
Sorocaba - Escola Estadual Senador José Ermírio De Moraes
Sorocaba - Escola Estadual Dr Julio Prestes De Albuquerque
Sorocaba - Escola Estadual Mario Guilherme Notari
Sorocaba - Escola Estadual João Soares Monsenhor
Taboão Da Serra - Escola Estadual Domingos Mignoni
Taquaritinga - Escola Estadual Francisco Silveira Coelho Professor
Votorantim - Escola Estadual Selma Maria Martins Cunha

Fonte: apeoesp, 2015.

contra a "reorganização" da rede estadual!



SE FECHAR, VAMOS OCUPAR!

COMO OCUPAR UM COLÉGIO?

Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile



A luta dos estudantes não começou agora, e está longe de terminar. Em 2006 e 2011, o Chile viveu a "Revolta dos Pinguins", um movimento imenso de estudantes secundaristas que exigia uma educação pública gratuita e de qualidade. Durante meses, as escolas do país inteiro foram ocupadas pelos alunos – que entravam, tomavam o prédio, montavam acampamentos, e ali ficavam dia e noite como forma de protesto, até as reivindicações serem atendidas.

As ocupações começaram nas escolas onde as turmas estavam mais engajadas na luta, mas o exemplo serviu de inspiração para estudantes de mais lugares, e rapidamente quase todos os colégios do Chile foram tomadas pelos alunos.

Essas ocupações serviam para por medo no governo e chamar atenção da mídia, mas também para aumentar a força e a organização do movimento secundarista. Nos pátios, os alunos faziam assembleias regulares para discutir os rumos da luta. Essas assembleias eram coordenadas em toda cidade, permitindo que fossem feitas manifestações simultâneas e também grandes atos unificados.

Já pensou se fizéssemos igual em São Paulo? Para aprendermos com nossos companheiros de outros países, traduzimos alguns trechos do manual sobre "Como ocupar um colégio?", escrito por estudantes da Argentina durante seu movimento.

“

1. PLANO DE AÇÃO

O objetivo deste texto é explicar o plano de ação escolhido para a luta dos estudantes secundaristas da cidade. Nossa estratégia deve nos permitir vencer a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade. As ocupações massivas de colégios são uma das ferramentas dentro desta estratégia. Para ganhar, todos devem saber porquê brigamos, quando devemos atacar, quando é preciso recuar e quando é preciso dispersar. Se nunca atacamos, não seremos ouvidos, mas se também não dispersarmos no momento certo, vamos nos isolar e desgastar, e não conseguiremos o que queremos.

Começaremos com ocupações rápidas, que nos permitam usar nossas forças da forma mais efetiva possível. Não devemos nos desgastar no inicio da luta, além disso devemos deixar claro que não ocupamos as escolas porque queremos. Uma ocupação é sempre o último recurso, depois que todos os canais de diálogo e as outras formas de luta tiverem se esgotado. Não é nenhuma festa ter que dormir todos os dias no colégio, suportando as mentiras do governo e dos meios de comunicação que nos apresentam como vagabundos que não querem estudar. É por isso que ocupações devem ser relativamente curtas (por volta de uma semana), para abrir um canal de diálogo, e ver se o governo está disposto a atender nossas demandas.



Se depois das primeiras ocupações e das tentativas de negociação o governo insistir em suas políticas contra a educação pública, teremos que medir nossas forças novamente. Se sentirmos que somos mais fortes, que conseguimos convencer mais estudantes de que eles devem estar dispostos a ocupar seus colégios, então estará dada a possibilidade para um novo levante dos estudantes com dezenas de ocupações em toda a cidade. No entanto, se vemos que não temos forças suficientes para ocupar as escolas, seria um erro ir para o tudo ou nada. A ocupação não é um fim em si mesma, é só uma ferramenta a mais dentro de um plano de luta maior. O nosso objetivo final é frear o avanço governamental sobre a nossa educação, não ocupar por ocupar. Por isso, se não temos condições para ocupar, temos que encontrar outras maneiras para defender nossa educação, com travamentos de ruas, marchas, jornadas culturais, debates abertos com nossos pais, etc.

E NO BRASIL?

estudantes ocupam escola no Mato Grosso do Sul e impedem seu fechamento

Pode parecer distante, mas não é só em outros países que os estudantes tomam as escolas para fazer suas lutas. Aqui no Brasil isso já aconteceu algumas vezes, como no Mato Grosso do Sul em 2012.



Para impedir que o Governo do Estado entregasse a escola ao município, os estudantes da E.E. Prof. Luiz Carlos Sampaio se uniram e decidiram ocupar o colégio como forma de protesto. Entraram no prédio, montaram acampamento, e ali ficaram por dias, até que o governador recusasse. A ocupação logo chamou atenção da mídia, pôs medo no Estado e conquistou o apoio dos demais trabalhadores da cidade, que passaram a se solidarizar com os estudantes. A pressão deu certo: no final, a escola se manteve.

exemplo para nossa luta de São Paulo



A vitória desse colégio no Mato Grosso do Sul é um exemplo para todos os estudantes que estão hoje lutando em São Paulo. Porque prova que com organização coletiva e ousadia é possível impedir o fechamento de escolas, e barrar a "reorganização" que o Governo Alckmin quer impor. **Se eles fizeram lá, podemos fazer também aqui.**

ASSEMBLEIAS - A assembleia é o órgão mais importante durante uma ocupação. As decisões mais importantes devem passar por ela e ser discutidas nela. É importante que se incentive a participação de todos os estudantes e não só dos mais experientes. Isso pode ser alcançado decidindo com antecedência um conjunto de temas para serem discutidos, para que dessa forma os companheiros com menos experiência tenham mais tempo para elaborar suas posições.



fugindo do tema e um outro que faça uma lista de quem deseja falar e anote as decisões tiradas na assembleia. Outra pessoa deve fazer a ata, um registro detalhado da assembleia. Como é algo que pode ser chato e entediante, esse posto pode ser rotativo.

Na primeira assembleia (quando se decide a ocupação) é conveniente que seja votada uma série de reivindicações e demandas. Com isso, se evitam confusões e se tornam claros os objetivos da ocupação.

ATIVIDADES - É recomendável que durante o dia sejam realizadas atividades na ocupação com a participação de alunos, professores, pais e todos os que apoiam a ocupação. Essas atividades podem ser decididas tanto por companheiros com experiência quanto por professores ou por pessoas que não sejam da escola (familiares, conhecidos, etc). Algo a ser levado em conta é que tendo mais gente na ocupação durante o dia se reduz muito a possibilidade de algum tipo de agressão à ocupação por parte das autoridades.

Essas atividades podem tanto ser recreativas quanto de formação: podem ser conversas sobre algum tema de interesse ou também pintar cartazes, murais, paredes, grafittis, oficinas de desenhos, o que se desejar. Finalmente, mas não menos importante, é durante esse período de atividades que os companheiros mais atarefados e presentes na ocupação possam relaxar e descansar, diminuindo o esgotamento e cansaço deles.

”

(Documento publicado pela Frente de Estudantes Libertários - Argentina em 2012. Traduzido e adaptado pelo coletivo *O Mal Educado*.)

2. ORGANIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO

Com esse texto não queremos nada mais que tentar deixar mais fácil o caminho para os companheiros que estão começando suas lutas agora. Textos como esse são os que nos fizeram falta durante os momentos de luta para evitar que conflitos dentro dos grêmios nos distraissem dos problemas que são realmente importantes em um período de ocupação.

Não existe fórmula secreta nem perfeita para ocupar um colégio. Simplesmente é necessário seguir alguns princípios básicos, ter clareza sobre como se organizar e ajeitar o que foi planejado à conjuntura geral, à correlação de forças, etc.

Uma vez decidida e votada a ocupação do colégio pela totalidade dos estudantes, é primordial e “obrigatório” que se discuta como se organizará todo o processo de ocupação, para garantir que todas as tarefas sejam cumpridas no prazo e da forma proposta, sempre respeitando a democracia direta.

Para que se respeite a democracia e se garanta o cumprimento das tarefas, é preciso dividi-las de alguma maneira. O mais prático e recomendável é que a assembleia geral nomeie comissões para cada tema específico, que fiquem responsáveis de supervisionar e cumprir as tarefas designadas para elas.

As seguintes comissões são básicas e não devem faltar em nenhum processo de ocupação:

COMIDA - É a comissão encarregada de garantir comida para quem dormirá no colégio. Ou seja, ela deve se assegurar para que haja pelo menos jantar e café da manhã. Pode cuidar do almoço, mas como esse é um horário em que há mais pessoas entrando e saindo do colégio, é mais fácil conseguir alimentos do que nos horários em que o colégio fica fechado.

SEGURANÇA - É uma das comissões mais importantes. É a encarregada de cuidar do patrimônio da escola e dos ocupantes. Também é a encarregada de evitar qualquer tipo de briga ou descontrole entre os estudantes. Ela deve fazer as seguintes tarefas:

- Fechar os principais acessos à escola e garantir que sempre tenha alguém os vigiando;
- Impedir que qualquer pessoa não autorizada pela assembleia entre na ocupação (depende do que for decidido coletivamente: professores, autoridades, jornalistas, pais, alunos de outras escolas, alunos que possam representar uma ameaça, etc.) exceto durante a realização de atividades abertas. Durante todo o dia deve haver um grupo considerável de companheiros na entrada principal – no mínimo três – que anotem em uma lista quem entrou e saiu e o horário em que essas pessoas entraram e saíram. Com isso, há um controle que garante um número constante de pessoas na ocupação. Ao encerrar a ocupação, essa lista deve ser destruída, para que não caia em mãos de autoridades que possam chegar a utilizá-la contra os estudantes, fazendo “listas negras”, punindo, expulsando, etc;



- Geralmente as autoridades são avisadas da possível ocupação da escola e podem chegar a "entrincheirar-se" (ficar esperando os alunos lá) na diretoria, secretaria, etc. Isso deve ser evitado a todo custo, tendo em conta que nesses espaços é que estão os documentos dos estudantes nos quais as autoridades podem efetuar as sanções/advertências/suspensões/expulsões e fazê-las constar em ata;

- Evitar o uso de álcool, drogas, armas ou qualquer outro elemento proibido pela assembleia. Isso pode ser garantido evitando a entrada desses materiais, proibindo seu uso dentro da ocupação ou até descartando esses materiais; Essa comissão não tem outra tarefa além de cumprir o que foi deliberado pela assembleia em relação ao tema da segurança. Em relação a casos de violência (tanto internos quanto externos) não se deve tomar uma posição de entrar na briga. Ao contrário, utilizando métodos fraternais, deve-se tentar acalmar os ânimos o máximo possível.

IMPRENSA - É encarregada de divulgar a ocupação para os meios de comunicação, outras escolas/universidades e para quem se considerar necessário. No caso dos meios de comunicação, deve-se chamar os meios selecionados, informando-os da ocupação e pedindo um número de celular para mandar uma nota (por mais boba que isso pareça, ajuda bastante na difusão das razões da ocupação e da luta em si).

Assim que for feita a ocupação, essa comissão deve também redigir um comunicado no qual se explique suas razões e os motivos que os levaram a este ponto. O comunicado deve ser difundido por todos os meios possíveis (email, Facebook, meios de comunicação, etc). É primordial ressaltar que o comunicado deve se ater ao que foi decidido na assembleia, sem a interferência de interesses pessoais ou partidários.

Outra ferramenta de divulgação da ocupação são os cartazes, para colar na fachada da escola com as reivindicações da luta que está sendo feita ali.

INFORMAÇÃO - É a encarregada de difundir a informação dentro da ocupação. Ou seja, deve divulgar as resoluções tomadas pela assembleia para todos os estudantes, assim como informes dos meios de comunicação sobre o processo de ocupação. Dessa forma todos tem acesso à informação, igualando o nível de discussão de todos os companheiros e possibilitando um processo realmente democrático e igualitário. Deve também informar os horários e salas das atividades caso essas sejam atividades que todos possam participar.

LIMPEZA - É a encarregada de limpar o estabelecimento (varrer, lavar, etc.). Deve utilizar os utensílios que os funcionários emprestem ou, caso não possam emprestá-los, devem conseguí-los em suas casas ou onde for possível. É importante não só limpar, mas também evitar que os companheiros sujem o espaço, para reduzir o esforço coletivo de limpar grandes estabelecimentos, além de que um espaço muito sujo prejudica a imagem do movimento. Como é uma tarefa que a maioria não quer fazer, o melhor é incentivar a rotatividade de integrantes nessa comissão.

RELAÇÕES EXTERNAS - É um tema importante, sobretudo para evitar que organizações, grupos ou partidos se apropriem da luta, passando por cima da decisão dos estudantes. É necessário proibir práticas que só tenham como objetivo "ganhar ibope" à custa do movimento ou o movimento pode perder sua legitimidade e se esvaziar ao tentarem impor uma bandeira externa.

Para falar com os meios de comunicação, a assembleia deve eleger um ou dois delegados revogáveis (de preferência com mais de 18 anos, para evitar inconvenientes com a lei) que possam comunicar apenas o decidido pela assembleia, sem emitir opiniões pessoais ou de seus grupos.

Para falar com as autoridades (da escola ou externas, como a polícia) devem ser eleitos também um ou dois delegados revogáveis. Esses, depois da discussão, devem transmitir tudo o que foi discutido para a assembleia. Se não o fizerem devem ser trocados. Todas as propostas que surgirem por parte das autoridades devem ser discutidas em assembleia antes de tomar qualquer decisão.

É desejável gravar as reuniões com as autoridades para evitar qualquer tipo de agressão ou ameaça. Devem ser escolhidos também um ou dois delegados para ir às assembleias das escolas vizinhas para dar informações sobre a ocupação, trazendo depois informes das outras escolas para a ocupação.

